



Universidade de Brasília (UnB)
Centro de Desenvolvimento Sustentável
Curso de Mestrado em Desenvolvimento Sustentável

Gabrielle Nunes de Andrade

**Entre a Inércia e a Ação: A Percepção de Risco Climático como Catalisadora de uma
Agenda Sustentável do Turismo**

Dissertação de Mestrado

Brasília,
Dezembro de 2024

**Entre a Inércia e a Ação: A Percepção de Risco Climático como Catalisadora de uma
Agenda Sustentável do Turismo**

Orientador: Prof. Dr. Saulo Rodrigues Pereira Filho

Coorientador: Prof. Dr. Diego Pereira Lindoso

Brasília,

Dezembro, 2024

Entre a Inércia e a Ação: A Percepção de Risco Climático como Catalisadora de uma Agenda Sustentável do Turismo

Dissertação de Mestrado apresentada ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento Sustentável.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Saulo Rodrigues Pereira Filho, Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília. (Orientador)

Prof. Dr. João Paulo Faria Tasso, Centro de Excelência em Turismo da Universidade de Brasília. (Examinador interno)

Prof. Dr. Osiris Ricardo Bezerra Marques, Departamento de Turismo da Universidade Federal Fluminense (Examinador externo)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
Justificativa	22
Objetivo Geral.....	23
Objetivos Específicos.....	23
1. CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO	24
1.1. O Turismo e suas múltiplas abordagens	24
1.2. Turismo e mitigação	27
1.3. Turismo e adaptação	30
1.4. Governança do Setor do Turismo	34
1.4.1. O Conselho Nacional do Turismo.....	35
2. VISÕES TEÓRICAS SOBRE A PERCEPÇÃO DE RISCO E SUAS APLICAÇÕES AO TURISMO.....	37
2.1. Percepção de Riscos.....	37
2.1.1. Paradigma Psicométrico e Heurística	39
2.1.2. Teoria Cultural do Risco.....	42
2.1.3. Amplificação Social do Risco - SARF	44
2.2. O Estudo da Percepção de Riscos Aplicado ao Turismo.....	47
3. MATERIAIS E MÉTODOS	52
3.1. Revisão da literatura	55
3.2. Pesquisa <i>Survey</i>	55
3.2.1. Desenvolvimento do questionário.....	55
3.2.2. Aplicação de teste	56
3.2.3. Coleta de dados	57

3.3.	Análise de Conteúdo	57
4.	RESULTADOS E DISCUSSÃO	59
4.1.	Perfil dos Respondentes	59
4.2.	Percepção de Risco dos participantes	61
4.2.1.	Níveis de Preocupação	61
	Fonte: Elaborado pela autora	62
4.2.2.	Início e graduação dos Impactos das Mudanças Climáticas	62
4.2.3.	Gravidade das consequências em relação aos Impactos das Mudanças Climáticas	67
4.3.	Fatores moduladores das Percepções de Risco	68
4.3.1.	Conhecimento e Informação	68
4.3.2.	Experiência Passada	70
4.3.3.	Comunicação	71
4.3.4.	Confiança nas Instituições	74
4.4.	Atitudes em Relação ao Risco	75
4.4.1.	Relevância das mudanças climáticas nas reuniões do CNT	76
4.4.2.	Níveis de responsabilidade e relevância	81
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	87
	APÊNDICES	98
	Apêndice 1 - Questionário	98
	Apêndice 2 - Resultados das frequências absoluta e relativa dos códigos definidos para a análise de conteúdo das atas de reunião do Conselho Nacional de Turismo	101
	ANEXOS	103
	Anexo 1 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	103

Anexo 2 - Manifestação negativa da Ouvidoria do MTur sobre a disponibilização das atas da 61ª reunião ordinária do CNT e de reunião ordinária ocorrida em 10 de setembro de 2024.....	105
---	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEAR - Associação Brasileira da Empresas Aéreas

AFOLU - *Agriculture, Forestry, and Other Land Use*

ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas

BRAZTOA - Associação Brasileira de Operadores de Turismo

CDS - Centro de Desenvolvimento Sustentável

CEMADEN - Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais

CEP/CHS - Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais

CIM - Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima

CLIA Brasil - *Cruise Lines International Association - Brasil*

CNT - Conselho Nacional de Turismo

COP26 - 26.^a Conferência das partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima

COP27 - 27.^a Conferência das partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima

COP30 - 30.^a Conferência das partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima

ESG - *Environmental, Social and Governance*

FIPE - Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas

GEE - Gases de Efeito Estufa

IATA - *International Air Transport Association*

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INMET – Instituto Nacional de Meteorologia

IPCC - *Intergovernmental Panel on Climate Change*

MTUR - Ministério do Turismo

OMM - Organização Meteorológica Mundial

ONU - Organização das Nações Unidas

PNA - Plano Nacional de Adaptação

PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

PNT - Plano Nacional de Turismo

PNPS - Política Nacional de Participação Social

REDD + - Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal

SAF - *Sustainable Aviation Fuel*

SARF - *Social Amplification Risk Framework*

SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SIDS - *Small Island Developing States*

SNPS - Sistema Nacional de Participação Social

TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UnB - Universidade de Brasília

UNFCCC - Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima

WTTC - *World Travel & Tourism Council*

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – motivação de viagem por segmento: chegadas de turistas internacionais entre os anos 2014 e 2019.

Gráfico 2 - Distribuição do percentual de participação de cada iniciativa para a descarbonização do setor aéreo mundial

Gráfico 3 – Evolução das emissões de créditos de carbono no mercado voluntário do Brasil (2002-2021)

Gráfico 4 - Número de artigos disponíveis na *Web Of Science*, sobre turismo e percepção de risco organizados por ano de publicação

Gráfico 5 - Representação dos respondentes do questionário de pesquisa por Unidade da Federação

Gráfico 6 - Nível de preocupação dos efeitos das mudanças climáticas sobre o Planeta, sobre o setor de turismo e sobre a sua operação turística

Gráfico 7 - Percepção sobre o impacto das mudanças climáticas ao longo do tempo em relação ao Planeta, ao setor de turismo e a sua operação turística

Gráfico 8 - Percepção sobre em que grau cada um dos riscos climáticos listados pode afetar o setor de turismo

Gráfico 9 - Percepção sobre gravidade das mudanças climáticas caso nada seja feito para reduzir seus efeitos

Gráfico 10 - Distribuição das respostas às afirmações sobre mudanças climáticas usadas para medir o conhecimento

Gráfico 11 - Frequência da busca por informações sobre as mudanças climáticas em diferentes canais de comunicação

Gráfico 12 - Confiança no que dizem as diferentes fontes de informação sobre as mudanças climáticas

Gráfico 13 - Nível de confiança nas instituições quanto a gestão dos efeitos das mudanças climáticas

Gráfico 14 - Nível de controle das mudanças climáticas pelas ações humanas nas mudanças climáticas (melhorar ou piorar)

Gráfico 15 - Relevância da adesão do setor de turismo à agenda climática

Gráfico 16 - Grau de responsabilidade na tomada de medidas para proteger o setor de turismo contra os impactos das mudanças climáticas

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Ilustração dos principais conceitos do 5º Relatório de Avaliação do Grupo de Trabalho II (WGII AR5)

Figura 2 – Influência multinível da tomada de decisão de adaptação

Figura 3 - Fatores que influenciam as percepções de risco das pessoas

Figura 4 - Modelo de grupo-grade de visões de mundo

Figura 5 - Quadro da Amplificação Social do Risco

Figura 6 - Mapa com os valores estimados gerados pelos recifes de coral em proteção costeira e turismo no mundo

Figura 7 - Quadro conceitual que demonstra a relação entre os principais fatores que influenciam a percepção de risco das mudanças climáticas.

Figura 8 - Mapa do Brasil com o resumo das ocorrências de desastres relacionados a eventos hidrológicos no ano de 2023

Figura 9 - Diagrama com a representação da categorização dos temas abordados durante as reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Nacional do Turismo, no período de agosto de 2023 a setembro de 2024.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Principais conceitos relacionados a vulnerabilidade climática

Quadro 2 - Passos metodológicos adotados na pesquisa

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice 1 - Questionário

Apêndice 2 - Resultados das frequências absoluta e relativa dos códigos definidos para a análise de conteúdo das atas de reunião do Conselho Nacional de Turismo

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Anexo 2 - Manifestação negativa da Ouvidoria do MTur sobre a disponibilização das atas da 61ª reunião ordinária do CNT e de reunião ordinária ocorrida em 10 de setembro de 2024

RESUMO

A pesquisa analisa a percepção dos membros do Conselho Nacional de Turismo (CNT) sobre os riscos das mudanças climáticas para o setor e investiga como essas percepções influenciam a disposição para a criação de uma agenda climática voltada ao turismo no Brasil. Por meio da aplicação de questionários e da análise de conteúdo das atas e das memórias das reuniões do CNT, foram examinadas as percepções de risco associadas às mudanças climáticas, bem como os fatores que as moldam. Adicionalmente, explorou-se a relação entre os riscos percebidos e o papel do CNT como um agente de amplificação ou atenuação do risco. Os resultados indicaram que os membros do CNT reconhecem os riscos climáticos e demonstram uma preocupação significativa com os impactos do aquecimento global para os sistemas terrestres, para o setor de turismo e para suas próprias operações. No entanto, o estudo revelou um descompasso entre a elevada consciência sobre os riscos e a baixa prioridade atribuída à estratégia de enfrentamento às mudanças climáticas no âmbito do Conselho. A pesquisa conclui que, embora haja indícios de uma governança climática emergente, é necessário superar a inércia institucional e setorial para avançar na construção de ações efetivas, visando a adaptação aos impactos e a redução da contribuição do setor para o aquecimento global.

Palavras-chave: percepção de riscos; mudanças climáticas; turismo e sustentabilidade; vulnerabilidade; adaptação; mitigação

ABSTRACT

The research analyzes the perception of the members of the National Tourism Council (CNT) about the risks of climate change for the sector and investigates how these perceptions influence the willingness to create a climate agenda for tourism in Brazil. Through the application of questionnaires and content analysis of the minutes and memories of CNT meetings, the perceptions of risk associated with climate change were examined, as well as the factors that shape them. In addition, the relationship between perceived risks and the role of the CNT as a risk amplification or mitigation agent was explored. The results indicated that CNT members recognize climate risks and show significant concern about the impacts of global warming on land systems, the tourism sector and their own operations. However, the study revealed a mismatch between the high awareness of the risks and the low priority given to the strategy of tackling climate change within the Council. The research concludes that, although there are signs of emerging climate governance, it is necessary to overcome institutional and sectoral inertia in order to make progress in building a climate agenda for Brazilian tourism, with a view to adapting to the impacts and reducing the sector's contribution to global warming.

Keywords: risk perception; climate change; tourism and sustainability; vulnerability; adaptation; mitigation

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento de atividades industriais e agrícolas em larga escala, associado ao uso intensivo de combustíveis fósseis e ao desmatamento, tem comprometido a estabilidade climática, impactando as condições que sustentaram a prosperidade da espécie humana ao longo dos últimos 10 mil anos, compreendidos no período do Holoceno (MOLINA; SARUKHÁN, 2017).

Essas atividades antropogênicas alteram significativamente a composição química da atmosfera e perturbam os ciclos naturais de aquecimento e resfriamento da Terra, resultando na inversão da tendência natural de resfriamento global. Esse fenômeno tem repercussões de grande escala sobre sistemas ecológicos e climático, e fortalece a hipótese do advento de um novo período geológico, o Antropoceno, caracterizado pela crescente capacidade da humanidade de modificar profundamente as dinâmicas ambientais do planeta (ROCKSTRÖM e GAFFNEY, 2021; STEFFEN et al., 2006).

O funcionamento de importantes sistemas terrestres, que oferecem as condições para a manutenção da vida como a conhecemos, estão instáveis. Nesse contexto, Rockström e Gaffney (2021), chamam a atenção para uma grande urgência planetária. Eles reconhecem limites claros para o desenvolvimento sustentável a partir da definição de nove fronteiras que delimitam um “espaço operacional seguro” para a humanidade.

Entre as fronteiras planetárias que já se encontram em risco está o sistema climático, afetado pelas concentrações de gases de efeito estufa (GEE) na atmosfera, que se elevaram de 280 ppm a, aproximadamente, 420 ppm desde o período pré-industrial aos dias atuais, puxadas pelas emissões anuais que cresceram cerca de 50% de 1990 a 2012, impulsionadas pelo crescimento econômico na China, América do Sul e África, período de compromisso do Protocolo de Kyoto (SCHIERMEIER, 2012).

O risco associado a esse aumento de emissões e de concentrações atmosféricas é o de alcançarmos elevações de temperaturas médias superiores a 2°C até o final deste século, implicando em impactos mais acentuados sobre o regime de chuvas e maior frequência de ondas de calor, movimentos de massa, inundações e erosão costeira, dentre outros.

As nações devem intensificar seus esforços para adequar suas matrizes econômicas e manter o aquecimento médio do planeta abaixo dos 2°C, tornando os anos 2020 uma década decisiva para a humanidade alcançar avanços na agenda de mitigação e de adaptação climática (ROCKSTRÖM e GAFFNEY, 2021). No entanto, com base nas tendências das mudanças

climáticas no início da década, o cenário é alarmante. Em 2022, as emissões globais de gases de efeito estufa aumentaram 1,2% em relação a 2021, atingindo um recorde de 57,4 bilhões de toneladas de dióxido de carbono equivalente. Esse aumento contínuo nas emissões, impulsionado principalmente por atividades humanas como a queima de combustíveis fósseis e o desmatamento, está intensificando o aquecimento global e seus impactos (ORGANIZAÇÃO METEOROLÓGICA MUNDIAL et al., 2024).

O ano de 2023 foi o mais quente já registrado, com a temperatura média global 1,31°C acima da média de 1850-1900. A primeira metade de 2024 também registrou temperaturas excepcionalmente altas e uma série de eventos climáticos extremos, incluindo ondas de calor intensas na Ásia e secas severas na África Austral (ORGANIZAÇÃO METEOROLÓGICA MUNDIAL et al., 2024).

No Brasil, a Amazônia enfrenta uma seca extrema e prolongada pelo segundo ano consecutivo, agravada pelas mudanças climáticas. Os impactos da seca, em 2024, já superaram os sofridos em 2023, até então recordista. O Rio Madeira atingiu o seu pior nível mínimo da série histórica registrada desde 1967, com 1,02 metro, comprometendo o acesso à água potável, cultivos agrícolas e o transporte de produtos e de pessoas para cidades (CLIMAINFO, 2024a). Em 2023, mais de 150 botos morreram no Lago Tefé, no Rio Solimões e, em 2024, a mortandade em massa de peixes, tartarugas, jacarés e arraías, atingiu o Rio Amazonas (CLIMAINFO, 2024b).

Enquanto a Amazônia sofre com a estiagem e a crise hídrica, o Rio Grande do Sul enfrentou o oposto. As inundações recordes no estado, em abril de 2024, destacaram os impactos crescentes das mudanças climáticas, quando chuvas intensas, enchentes e enxurradas atingiram 478 dos 497 municípios, afetando 2,4 milhões de pessoas, deixando mais de 04 mil desabrigados, 173 mortos e 38 desaparecidos (AGÊNCIA SENADO, 2024).

Todos esses acontecimentos corroboram o último relatório produzido pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, sigla em inglês para *Intergovernmental Panel on Climate Change*) o qual apontou que o nível de aquecimento global a 1,5°C, acima dos níveis pré-industriais, será ultrapassado nas próximas décadas (IPCC, 2022).

Evidências como estas refletem como as vulnerabilidades de sistemas socioambientais se manifestam diante das mudanças climáticas, especialmente em contextos como o brasileiro, que enfrenta desafios agravados por suas características socioeconômicas.

O risco de um sistema é definido pela combinação de uma série de fatores socioeconômicos, geográficos e culturais (MARENGO, RODRIGUES-FILHO e SANTOS,

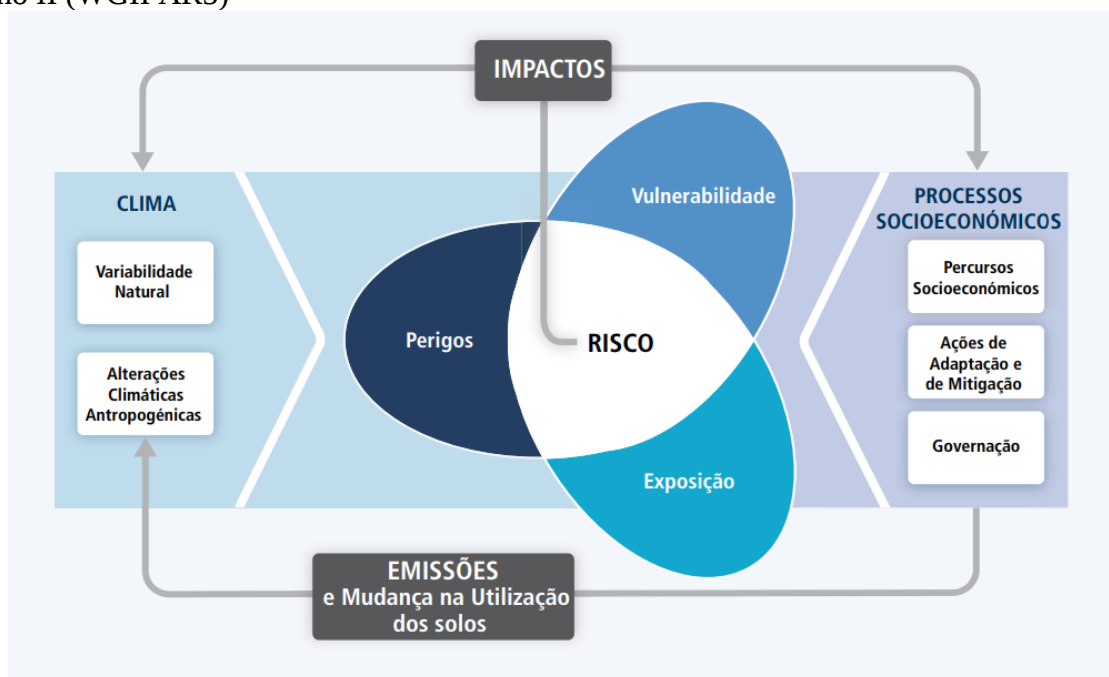
2020; PINHO et al., 2020). Ele se manifesta em impacto a partir da interação entre exposição, vulnerabilidade (sensibilidade e capacidade adaptativa) e às ameaças climáticas às quais um sistema está submetido (IPCC, 2022). Os principais conceitos que auxiliam a compreensão da vulnerabilidade climática estão expostos no Quadro 1 e na Figura 1.

Quadro 1 - Principais conceitos que auxiliam a compreensão da vulnerabilidade climática

Elementos	Significado
Vulnerabilidade	A propensão ou predisposição de um sistema para ser afetado negativamente. Abrange uma variedade de conceitos e elementos, incluindo sensibilidade a danos e a falta de capacidade para enfrentar ou se adaptar .
Sensibilidade	Conceito subordinado à vulnerabilidade que expressa as características intrínsecas do sistema que influenciam seu grau de suscetibilidade quando exposto a um distúrbio.
Capacidade Adaptativa	Conceito subordinado à vulnerabilidade que expressa as propriedades dos sistemas socioecológicos, preexistente ao distúrbio. Reflete a sua capacidade de lidar com distúrbios ambientais e inclui a habilidade de administrar, acomodar e recuperar-se, bem como de planejar, se preparar e implementar medidas antes, durante e após o distúrbio, moderando danos e reduzindo impactos das mudanças climáticas.
Exposição	Refere-se a resença de pessoas, meios de subsistência, espécies ou ecossistemas, funções ambientais, serviços e recursos, infraestruturas ou bens econômicos, sociais ou culturais em locais e ambientes que podem ser afetados adversamente.
Perigo	Perigo é definido como a ocorrência potencial de um evento ou tendência física natural ou induzida pelo homem que pode causar perda de vidas, ferimentos ou outros impactos à saúde, bem como danos e perdas à propriedade, infraestrutura, meios de subsistência, prestação de serviços, ecossistemas e recursos ambientais.
Risco Climático	No contexto das mudanças climáticas, o risco é definido como o potencial de consequências adversas que podem surgir das interações dinâmicas entre os perigos relacionados ao clima, a exposição e a vulnerabilidade dos sistemas humanos e ecológicos afetados.

Fonte: (LINDOSO e RODRIGUES FILHO, 2016); IPCC, 2022.

Figura 1 - Ilustração dos principais conceitos do 5º Relatório de Avaliação do Grupo de Trabalho II (WGII AR5)



Fonte: IPCC (2014)

A sensibilidade, no contexto da vulnerabilidade climática, indica o quanto um sistema é suscetível a perdas e danos diante de eventos como secas, inundações e ondas de calor. Ela depende das características intrínsecas do sistema em questão, como condições socioeconômicas, infraestrutura existente, conservação dos ecossistemas e práticas de manejo de recursos naturais (PINHO et al., 2020).

A capacidade adaptativa pode moderar a influência da sensibilidade, ao permitir que um sistema se ajuste às mudanças climáticas e minimize os seus impactos. Um sistema com elevada capacidade adaptativa, por exemplo, possui maiores chances de moderar danos potenciais ou de lidar com consequências indesejáveis. Nesse sentido, a capacidade adaptativa pode ser vista como o conjunto de recursos, habilidades e condições que permitem a implementação de medidas de adaptação, se refletindo em respostas efetivas como também na habilidade de planejar e executar ações que reduzam sensibilidades e aproveitem oportunidades. Essa capacidade está diretamente ligada à forma como diferentes sistemas mobilizam tecnologias, ajustam infraestruturas, promovem mudanças comportamentais e garantem a conservação ambiental, contribuindo para a resiliência frente aos impactos das mudanças climáticas (O'BRIEN, 2009).

Há, portanto, um contexto, no qual a capacidade de gestão é refletida no papel central da governança, cada vez mais reconhecida como um importante influenciador para o sucesso

ou o fracasso das iniciativas de adaptação, uma vez que estruturas e processos inadequados podem impedir a coordenação e a implementação de medidas eficazes (BROCKHAUS e KAMBIRÉ, 2009; MOSER, 2009).

No âmbito do turismo, essa dinâmica se manifesta em iniciativas globais, como a Declaração de Glasgow para Ação Climática e Turismo, que liderada pela Organização Mundial do Turismo (ONU Turismo) durante a 26.^a Conferência das partes (COP 26) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, realizada na Escócia, destacou a importância de alinhar compromissos climáticos e governança no setor, reforçando o papel central da colaboração e da liderança.

Esta não foi a primeira declaração sobre o tema emitida pela ONU Turismo, que já realizou outras Conferências Internacionais sobre Turismo e Mudanças Climáticas. A primeira, ocorrida há 20 anos (2003), produziu a Declaração de Djerba (ONU TURISMO, 2003). A segunda, no ano de 2007, gerou a Declaração de Davos e um robusto documento técnico (ONU TURISMO, 2008).

A Declaração de Glasgow para Ação Climática e Turismo, mantém pontos em comum com os documentos anteriores, embora se destaque pela criação de mecanismos e de ferramentas que, face aos desafios globais de reduzir emissões de GEE relacionados com os negócios e destinos turísticos, orientam os signatários na construção de seus planos de ação para atingir os compromissos assumidos para a agenda da mitigação e da adaptação, sobretudo relacionadas ao Acordo de Paris.

Outro destaque é a articulação expandida entre setor público, sociedade civil e setor privado. Essa rede está interessada em cumprir metas voluntariamente assumidas no âmbito da Declaração de Glasgow: (i) reduzir em 50% as emissões de CO₂ até 2030 e (ii) neutralizar as emissões o mais rápido possível antes de 2050 (ONE PLANET, 2021). Como desdobramento da Declaração de Glasgow para Ação Climática e Turismo, durante a COP 27, ocorrida em 2022 no Egito, foi lançado um guia de ações climáticas para destinos e negócios turísticos (GREEN INITIATIVE, 2022).

Durante a COP 28, ocorrida em Dubai, em 2023, a ONU Turismo reuniu líderes mundiais do setor de turismo para debater os avanços da Declaração de Glasgow que, em dezembro daquele ano, reunia 857 signatários em todo mundo. Um dos destaques foi a inclusão formal da Declaração na Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) como uma iniciativa da Plataforma para a Ação Climática Global (ONU TURISMO, 2023). Essa inclusão sinaliza o reconhecimento da UNFCCC de que o turismo, como um setor que contribui para as emissões de gases de efeito estufa, também possui um

papel importante na mitigação das mudanças climáticas. Isso coloca o turismo em igualdade com outros setores na busca por soluções para a crise climática. Além disso, a inclusão na UNFCCC reforça a conexão das metas de redução de emissões do turismo com o Acordo de Paris.

O crescente envolvimento do setor fortalece a criação de uma governança climática global que deve enfrentar, de forma ágil e coordenada, os desafios trazidos pelos impactos das mudanças climáticas sobre destinos, empresas e comunidades ao redor do mundo. Esses impactos exigem uma análise cuidadosa e profunda sobre a necessidade urgente de novos arranjos econômicos que ofereçam alternativas sustentáveis.

Essa conjuntura representa uma oportunidade para questionar e reformular o modelo de desenvolvimento predominante no setor, tradicionalmente voltado para a maximização do fluxo de turistas como solução para problemas de inclusão social, sob o lema da geração de emprego e renda. No entanto, esse modelo pode, paradoxalmente, agravar os próprios riscos climáticos, ao intensificar pressões sobre o meio ambiente e aumentar a vulnerabilidade de ecossistemas e comunidades locais.

Tasso, Perinotto e Rezende-Filho (2023) encontraram evidências de *overtourism* em diversos destinos brasileiros, com base em entrevistas com pesquisadores e em notícias que relatam protestos de moradores contra a saturação de visitantes. Destinos consolidados como Fernando de Noronha, Jericoacoara, Pipa, Porto Seguro, Gramado e Tiradentes são apontados como exemplos de locais que já sofrem com os impactos negativos da sobrecarga do fluxo de turistas.

Neste contexto complexo, um dos primeiros passos para a ação climática é perceber os riscos envolvidos. Partindo da hipótese de uma baixa percepção de risco climático entre gestores do setor do turismo, a pesquisa pretende examinar a forma como os riscos relativos à mudança climática são percebidos, e a maneira que a leitura dos indivíduos sobre possíveis impactos e consequências para o setor do turismo influencia a disposição para a elaboração e condução de uma agenda climática.

Para tanto, a dissertação é estruturada em quatro capítulos, além desta introdução, das referências bibliográficas, apêndices e anexos. O primeiro capítulo aborda a caracterização do objeto de estudo, com informações sobre o setor de turismo, a sua relação com as mudanças climáticas e sobre como se estrutura a governança do turismo no Brasil. O segundo capítulo busca oferecer uma visão geral da pesquisa sobre percepção de risco e a sua relação mais específica com o nexo mudanças climáticas e turismo. Os materiais e métodos de pesquisa são apresentados no capítulo três. Em seguida, no último capítulo, são percorridos

os resultados, onde são revelados os achados sobre as percepções dos riscos derivados das mudanças climáticas pelos gestores públicos e privados com assento no Conselho Nacional do Turismo, e a relação entre os riscos percebidos e a disposição para a elaboração e condução de uma agenda climática pelo setor do turismo.

Justificativa

Diante do cenário assumido, algumas inquietações orientaram a pesquisa: Quais riscos derivados das mudanças climáticas afetam ou afetarão o setor do turismo no Brasil? Os gestores públicos estão incorporando práticas e estratégias de mitigação e de adaptação, pensando em médio e longo prazo? Políticas que induzem atores privados a se adaptarem estão sendo pensadas para minimizar sensibilidades e ampliar a capacidade adaptativa do setor, de destinos e de grupos sociais mais vulneráveis e ligados ao turismo? Quais os fatores que moldam e/ou influenciam as percepções dos riscos pelos gestores de turismo?

Para a pesquisa, foram considerados atores-chave aqueles gestores públicos e privados detentores de poder de influência na elaboração e/ou indução de políticas públicas que configuram e regulam o funcionamento do setor, capazes de impactar estratégias para o tratamento da agenda climática nacional.

Com base na crescente relevância que as temáticas de mudança climática vêm ocupando no cenário mundial frente aos seus efeitos cada vez mais presentes, e os mais recentes eventos climáticos extremos ocorridos no Brasil entre 2022 e 2024, que afetaram destinos turísticos importantes, como o Pantanal mato-grossense, a Serra Gaúcha e os rios amazônicos, surge a principal pergunta da pesquisa: Como atores-chave do turismo brasileiro percebem os riscos ao qual o setor está exposto frente às mudanças climáticas?

A hipótese principal é a de que existe no Brasil uma baixa percepção dos riscos das mudanças climáticas pelos atores-chave do turismo, com reflexos na ausência de liderança nacional do setor para a condução da agenda climática, e uma governança não estabelecida em nível nacional e pouco atuante nos diálogos internacionais. Este cenário pode ter consequências negativas com destinos turísticos fragilizados, e atores econômicos e sociais despreparados para uma nova realidade climática.

Objetivo Geral

Analisar a percepção dos membros do Conselho Nacional de Turismo sobre os riscos das mudanças climáticas para o setor, e investigar como essas percepções se manifestam na disposição para a criação de uma agenda climática para o turismo no Brasil.

Objetivos Específicos

Para alcançar o objetivo geral foram definidos três objetivos específicos:

- a) Estabelecer um marco teórico-conceitual sobre mudança climática, percepção de risco e sua aplicação no estudo do turismo;
- b) Examinar os fatores podem influenciar as percepções de risco climáticos, dos membros do Conselho Nacional do Turismo;
- c) Explorar a relação entre os riscos percebidos e a disposição para condução de uma agenda climática para o setor.

Como resultado, espera-se construir reflexões que auxiliem a incorporação das ações climáticas na agenda do desenvolvimento sustentável do turismo brasileiro e contribuir com os processos de criação de uma Agenda Climática para o Turismo Brasileiro, com vistas a oferecer subsídios para enfrentar os desafios da formulação de políticas públicas mais efetivas e eficazes.

1. CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

1.1. O Turismo e suas múltiplas abordagens

A pesquisa em turismo tem sido moldada por diversos paradigmas que, ao longo do tempo, influenciam como os pesquisadores entendem e interpretam as características do turismo. Apesar da sua característica múltipla, a aceitação da sua relação com outras áreas do conhecimento e da sua condição de complexidade é quase unânime entre os pesquisadores. BELHASSEN e CATON (2009) defendem uma visão democrática e reflexiva da epistemologia do turismo, que reconhece a diversidade de perspectivas e a importância do diálogo inter e transdisciplinar.

Para TRIBE (1997), o turismo não pode ser visto como uma disciplina tradicional devido à sua natureza fragmentada, além da sua relação de dependência com outras áreas do conhecimento e da sua diversidade de perspectivas. Ele propõe, em vez disso, a aceitação da "indisciplina" do turismo como uma característica definidora do campo, abrindo espaço para uma gama mais ampla de abordagens e contribuições.

BENI e MOESCH (2017), argumentam que o turismo deve ser compreendido como um sistema complexo que interage com diversos fatores sociais, culturais, econômicos e ambientais, onde o sujeito é o motor desse sistema e a interação entre os diversos elementos é parte da sua dinâmica.

A combinação entre dois campos de estudo complexos, como as mudanças climáticas e o turismo, objetos de estudo desta pesquisa, exige uma abordagem que reconheça o turismo como parte integrante de um ecossistema maior, um fenômeno cujo estudo combina diversas áreas do conhecimento. Sobretudo, este estudo reconhece que as experiências, as percepções e os valores dos indivíduos são elementos definitivos para a compreensão desse fenômeno (BENI e MOESCH, 2017).

Do ponto de vista econômico, o setor do turismo é a expressão do consumo de um determinado conjunto de visitantes, moldado pela relação entre os atributos da oferta turística e características da motivação e do perfil de visitantes (IBGE, 2012).

Sendo um sistema complexo, interage com outras 354 atividades produtivas, 21 dessas atividades são diretamente relacionadas ao turismo, 191 atividades compartilhadas – aquelas dedicadas ao residente local, mas que também atende ao turista, e 142 indiretas - que fornecem bens e serviços às empresas que atendem ao turista (ALDRIGUI, 2018).

Essa característica torna possível ao turismo se configurar de formas distintas em cada destino em que ocorra, todavia, para fins de padronização estatística, o desempenho do setor do turismo brasileiro é avaliado por meio da classificação de nove Atividades Características do Turismo – ACTs, definidas a partir de produtos cujo consumo seria sensivelmente reduzido na ausência de turistas. São eles: i) serviços de alimentação; ii) serviços de alojamento; iii) atividades recreativas, culturais e desportivas; iv) transportes aquaviários e serviços auxiliares dos transportes; v) atividades de agências e organizadores de viagens; vi) transporte ferroviário; vii) transporte rodoviário; viii) transporte aéreo e ix) aluguel de bens móveis.

O setor privado é caracterizado pela grande participação de pequenas e microempresas. Dos 1,9 milhões de empresas no setor de turismo, 94,74% são micro e pequenas empresas (SANTOS e COSTA, 2022).

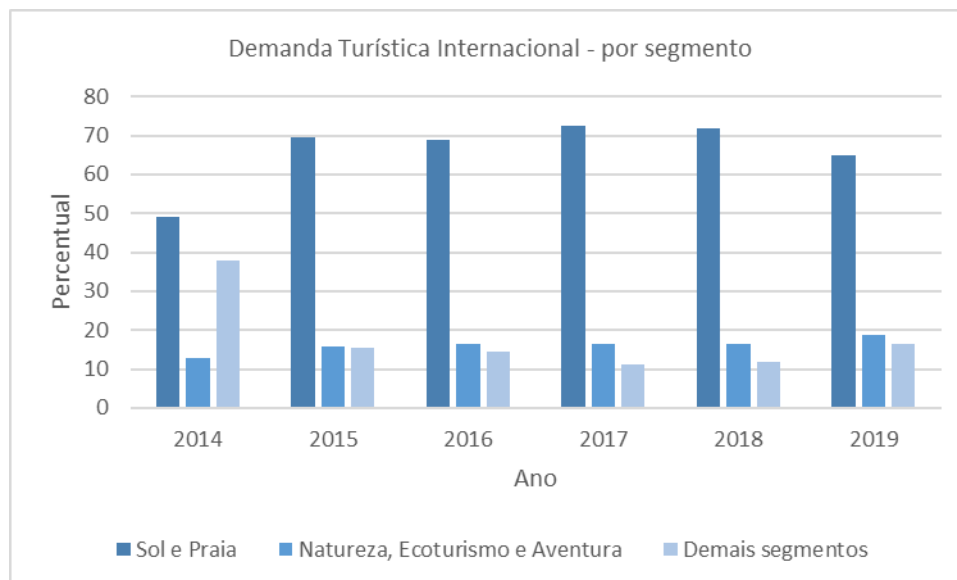
Embora as micro e pequenas empresas sejam menos expressivas do ponto de vista da geração de riquezas nacionais, respondendo por pouco mais de 20% do total de receitas do setor, elas respondem por mais de 60% da alocação de pessoas ocupadas, sendo importantes para a manutenção do trabalho e da renda de grande parte da população de localidades turísticas (IBGE, 2007, 2012).

As pequenas empresas de alimentação representam a grande maioria desses números, sendo 79,89% do total, contribuindo com 59,36% da receita operacional líquida e com 49,12% das pessoas ocupadas, o que demonstra a importância econômica e social do segmento da alimentação/gastronomia para o turismo (IBGE, 2007, 2012).

Na perspectiva da oferta, o turismo se organiza em segmentos de mercado. No Brasil, o segmento “Sol e Praia” é o segmento que mais motiva o deslocamento de turistas nacionais e internacionais. Dados da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio Contínua - PNAD 2021 mostram que em 2020, as viagens domésticas motivadas pela junção sol, areia, mar e calor chegaram a 55,6% da amostra da pesquisa (IBGE, 2022).

Da mesma forma, segundo pesquisa realizada pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) e Ministério do Turismo, o segmento de Sol e Praia foi o responsável por 64,8 % das motivações de viagem ao Brasil de turistas internacionais em 2019, se mantendo como o principal segmento de mercado do turismo no Brasil (BRASIL, 2020).

Gráfico 1 – motivação de viagem por segmento: chegadas de turistas internacionais entre os anos 2014 e 2019.



Fonte: Pesquisa de caracterização e dimensionamento do turismo internacional no Brasil (2020)

Além disso, o turismo de Sol e Praia envolve uma gama de atores em condições de maior vulnerabilidade socioeconômica como pescadores, marisqueiras, jangadeiros, bugueiros e artesãos que desempenham atividades ligadas a oferta de lazer ou ainda como parte importante da cadeia de produtos associados ao turismo¹.

A dimensão do número de atividades econômicas que o turismo mobiliza oferece um vislumbre dos possíveis impactos que os sistemas socioeconômicos podem sofrer diante da interrupção ou diminuição relevante do fluxo de visitantes, em especial, nas localidades onde o turismo representa a principal, senão a única fonte de renda.

Exemplo atual está relacionado com a ocorrência de eventos climáticos extremos no Brasil. No Rio Grande do Sul, o setor de turismo foi bastante afetado pelas enchentes históricas ocorridas no início de 2024, com prejuízos estimados em R\$ 6 bilhões até o final daquele ano, o que evidenciou a vulnerabilidade do setor frente a impactos na infraestrutura turística e de transporte, como o fechamento do aeroporto de Porto Alegre e de rodovias estratégicas (BRASIL, 2024b). Além disso, é possível que existam impactos na sensação de

¹ Considera-se como produção associada ao turismo, “qualquer produção artesanal, industrial ou agropecuária que detenha atributos naturais e/ou culturais de determinada localidade ou região, capaz de agregar valor ao produto turístico”. Mais informações em: <https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/atividades-turisticas-com-foco-na-producao-associada.8a895415e6433410VgnVCM1000003b74010aRCRD>

segurança e na percepção de risco pelos viajantes, devido a associação dos destinos gaúchos com a ocorrência de desastres naturais.

Em São Sebastião, considerado um importante balneário da cidade de São Paulo, a ocorrência de precipitações elevadas no ano de 2023, para além dos danos irreparáveis causados pelas perdas de vidas, trouxeram como consequências o deslizamento de encostas que impuseram dificuldades de acesso a alimentação das pessoas e visitantes e a interrupção dos serviços de turismo, além de perdas em infraestrutura de empreendimentos turísticos. Em uma situação como esta há disputa entre turistas e moradores pelos serviços de saúde, acesso à água e alimentos (CNN BRASIL, 2023).

Estudo recente sobre os impactos da mudança climática no setor do turismo da cidade de Salvador (BA), revelou que ameaças e riscos climáticos como fortes precipitações, deslizamentos, inundações, elevação do nível do mar, ondas de calor mais frequentes e mais intensas, podem causar perdas econômicas no setor da ordem de 03 bilhões de reais até 2030 (TRIDELLO, SPINOLA e CISAPINO, 2021).

No contexto das cidades, podemos tomar como exemplo os impactos e riscos de deterioração de patrimônio cultural edificado dos séculos XVI e XVII em cidades históricas do Rio de Janeiro e Minas Gerais impactadas pelo agravamento do cenário de chuvas e inundações (PEREIRA, PASINI e BITTENCOURT, 2021). Elevação do nível do mar e precipitações severas afetando a infraestrutura de cidades costeiras como Salvador (BA), Santos (SP); inundações e tempestades que impactam a infraestrutura litorânea como já vêm ocorrendo em Recife (PE) e Balneário Camboriú (SC) e ondas de calor, como ocorrido no Rio de Janeiro no início de 2023 (CNN, 2023; SANTOS e MARENGO, 2020) e recentemente em todas as regiões brasileiras, levando o Instituto Nacional de Meteorologia - INMET a emitir alerta de grande perigo para o Distrito Federal e mais onze estados (G1, 2023).

1.2. Turismo e mitigação

Como outras atividades econômicas, o turismo contribui para e é impactado pelo aquecimento global. A mudança climática se relaciona com o turismo pelos impactos climáticos diretos, indiretos e emissões de GEE (BECKEN e CLAPCOTT, 2011). As emissões de dióxido de carbono – CO₂ do setor de viagens e turismo atualmente estão em torno de 8% a 11% do total de emissões globais (WTTC, 2021).

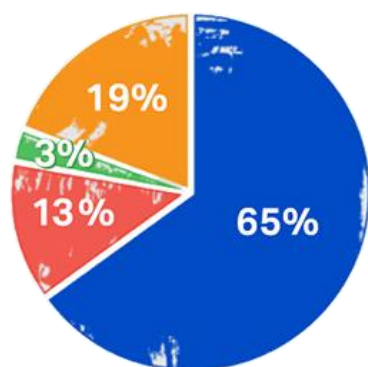
Ainda que as estimativas disponíveis não tenham padrões alinhados para a medição de gases de efeito estufa no setor de viagens e turismo, todas indicam que o setor de transporte

é o principal responsável pelas emissões de GEE no turismo. Pesquisa da Organização Mundial do Turismo e Fórum Internacional de Transportes (ONU TURISMO e ITF, 2020) calcula que 5% das emissões de CO₂ no mundo são causadas pelo transporte relacionado ao turismo.

Isto pode justificar o envolvimento do setor aéreo com os compromissos de redução e de compensação de emissões. Observando o cenário internacional, a *International Air Transport Association* (IATA), que representa cerca de 290 companhias aéreas responsáveis por 83% do tráfego aéreo mundial, desenvolveu o programa Fly Net Zero que ambiciona alcançar emissões líquidas zero de CO₂ até 2050 (IATA, 2021).

A estratégia envolve a combinação do uso de combustíveis sustentáveis de aviação (SAF - *Sustainable Aviation Fuel*), compensação de emissões e desenvolvimento de tecnologias de captura de carbono, com destaque substancial para os investimentos em SAF, que representa mais de 60% do percentual de participação no conjunto de iniciativas de descarbonização (IATA, 2021), conforme demonstrado no Gráfico 1.

Gráfico 2 - Distribuição do percentual de participação de cada iniciativa para a descarbonização do setor aéreo mundial



65% Sustainable Aviation Fuel (SAF)

13% New technology, electric and hydrogen

3% Infrastructure and operational efficiencies

19% Offsets and carbon capture

Fonte: *International Air Transport Association* (2021)

No Brasil, grandes *players* incorporam iniciativas ou políticas de sustentabilidade em suas estruturas organizacionais, como a Associação Brasileira de Operadores de Turismo

(BRAZTOA, 2023), a *Cruise Lines International Association - Brasil* (CLIA BRASIL, 2023) e a Associação Brasileira das Empresas Aéreas (ABEAR, 2023).

No caso das companhias aéreas, as três principais empresas de aviação que operam o mercado doméstico brasileiro - Azul, Latam e Gol - acompanham o comportamento mundial. Adotam políticas de sustentabilidade e ações ESG (*Environmental, Social and Governance*), que combinam o investimento em soluções para a redução das emissões de GEE, ações de compensação e redução de emissões, com investimentos na modernização de frotas, desenvolvimento de tecnologias para aeronaves e biocombustíveis, apoio a projetos de restauração, ajustes de rotas e programas de compensação voluntária destinado aos passageiros (AZUL, 2023; GOL LINHAS AÉREAS, 2023; LATAM AIRLINES, 2023).

Em um momento em que a atenção do mundo está voltada para a Amazônia, especialmente pela recente confirmação de Belém como cidade que sediará a COP 30 em 2025, o turismo aparece como atividade econômica potencial para manter a floresta viva, e pode ter nos projetos REDD + (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal) oportunidade de participação no mercado voluntário de carbono.

O mercado voluntário de carbono possui um forte componente reputacional ligado ao engajamento de grandes *players* à agenda de sustentabilidade. Com o Acordo de Paris e recentemente com a realização da 26ª Conferência das Partes (COP 26), embora ainda sem um arcabouço regulatório completo, os projetos REDD+ vem avançando e as iniciativas de conservação e de restauração possuem no turismo uma oportunidade para promoção do turismo regenerativo associado as ofertas de base comunitária. E, portanto, um agente de promoção da adaptação aos impactos climáticos, especialmente no Brasil em ecossistemas costeiros, manguezais e restingas, ameaçados, e com grande potencial de fornecer créditos de carbono, além de resiliência climática.

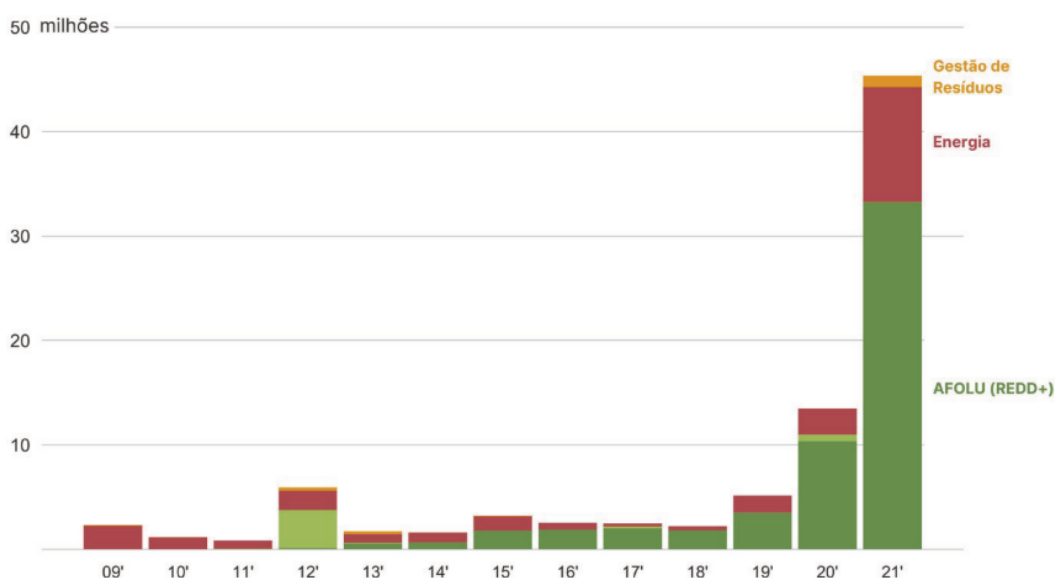
O mercado voluntário de carbono mundial é dominado por poucas empresas, com destaque para a Verra, que detém 78% deste mercado, cenário que se apresenta também no Brasil, onde a empresa é a principal responsável pelos projetos de crédito de carbono (UNGARETTI e AGUIAR, 2023; VARGAS, DELAZERI e FERREIRA, 2021). Estima-se que, atualmente, a compensação voluntária de carbono movimenta cerca de US\$ 2 bilhões por ano, com previsão de movimentar de US\$ 50 a 100 bilhões até 2030 (RESET, 2022; UNGARETTI e AGUIAR, 2023).

O Brasil possui uma posição de destaque como 4º maior gerador desses créditos. No cenário brasileiro, os projetos de Agricultura, Floresta e Outros Usos da Terra (AFOLU, do inglês *Agriculture, Forestry, and Other Land Use*) estão presentes em menor número –

correspondem a 25% do total de projetos no país – porém representam a maior quantidade de créditos gerados historicamente – com 81% de participação no mercado em 2020 e 73% de participação em 2021 (VARGAS, DELAZERI e FERREIRA, 2021), conforme demonstra o Gráfico 3.

Além disso, esse tipo de projeto apresenta maior potencial de redução de emissões de GEE, com concentração de geração de créditos na Amazônia (VARGAS, DELAZERI e FERREIRA, 2021).

Gráfico 3 – Evolução das emissões de créditos de carbono no mercado voluntário do Brasil (2002-2021)



Fonte: Mercado de Carbono Voluntário no Brasil – na realidade e na prática. Observatório de Bioeconomia (2021)

1.3. Turismo e adaptação

Além de contribuir com as emissões globais de GEE, o setor do turismo também é vulnerável aos impactos do aquecimento global. Em uma perspectiva ampliada, os impactos diretos e indiretos das mudanças climáticas ao turismo no mundo incluem escassez de água, redução de apelo paisagístico, degradação de sítios de valor histórico-cultural e bens pertencentes ao patrimônio cultural, elevação do nível do mar, branqueamento de corais (localidades costeiras), derretimento de neve (localidades montanhosas), aumento de doenças transmitidas por vetores, desconforto térmico pelas ondas de calor e frio extremo (BECKEN e CLAPCOTT, 2011; GRIMM, 2019; PEREIR,; PASINI e BITTENCOURT, 2021).

Todas essas condições podem se tornar fatores que implicam na diminuição, ou até mesmo na inviabilização, da demanda por destinos atingidos com consequências de perdas socioeconômicas.

O turismo sustentável vem ganhando espaço há pelo menos duas décadas no Brasil, inclusive com a criação de políticas públicas e institucionalidades para tratar do tema no Governo Federal, estados e municípios. No entanto, apesar de um contexto de crise climática e riscos iminentes para o setor, as políticas públicas federais de turismo, que tenham em suas concepções os debates sobre mudanças climáticas, ainda se mostram em estado embrionário.

Os Planos Nacionais de Turismo são elaborados pelo MTur e publicados, em geral, a cada quatro anos. Desde a criação do MTur, em 2003, foram publicados cinco PNTs, que se referem respectivamente aos períodos de 2003/2006, 2007/2010, 2013/2016, 2018/2022 e o recém publicado Plano Nacional de Turismo para o quadriênio 2024/2027 (BRASIL, 2003, 2007, 2013, 2018, 2024a). Porém, o tema das mudanças climáticas aparece apenas nos dois últimos PNTs. O PNT 2018/2022, reconhece a relação entre turismo e mudanças climáticas e inclui a urgência de:

[...] elaborar políticas públicas de turismo que se comprometam com uma agenda que busque sensibilizar os gestores, empreendedores e turistas para a redução e a compensação das emissões de carbono na atmosfera, de modo a minimizar os impactos das mudanças climáticas (Brasil, 2018, p.57).

A abordagem se mostra acanhada e dialoga apenas com a mitigação das emissões de GEE. Apesar de reconhecer a vulnerabilidade de destinos e de empresas turísticas, ainda não elabora um raciocínio que reconheça a esfera da adaptação, não estabelece metas, não oferece recomendações para planos de ação em âmbito público ou privado, e não estabelece prioridades, incentivos ou subsídios para adaptações.

Já o PNT 2024/2027, cujo subtítulo é “O turismo como protagonista do desenvolvimento sustentável e inclusivo”, posiciona a ação climática como uma necessidade emergente diante dos atuais impactos socioambientais que “evidenciam a capacidade limitada da natureza de manter padrões de produção e consumo insustentáveis” e sinaliza o foco nas agendas de descarbonização do setor, incentivo à transição energética e economia circular (BRASIL, 2024a).

O sucesso de destinos turísticos, estatisticamente, se mede em fluxo de visitantes e gasto médio do turista. Assim, uma localidade turística que tem seu número de visitantes

reduzido tende a experimentar problemas econômicos, e até mesmo sociais, nos locais onde o turismo é fonte importante da renda da população.

Esta condição de vulnerabilidade socioeconômica se manifestou recentemente quando, em 2020, o fluxo de viajantes foi fortemente impactado pela pandemia de COVID-19, sofrendo uma redução da movimentação internacional de 900 milhões de turistas entre janeiro e outubro daquele ano (ONU, 2020). A redução representa uma queda de cerca de 40% do fluxo mundial de turistas em relação ao ano de 2019, quando o número de viajantes circulando no mundo chegou a 1.5 bilhões de pessoas.

Guardadas as proporções, o impacto da COVID-19 fornece elementos para refletir sobre a exposição, impacto e capacidade de resposta do setor a distúrbios de escala planetária. Consequências foram constatadas na economia do setor de turismo brasileiro, com queda de 38,1% na Receita Nominal das Atividades Turísticas² no ano de 2020 comparado ao ano de 2019. Mais de 300 mil postos de trabalho no setor deixaram de existir em 2020, com pico de 155.451 demissões no mês de abril daquele ano (BRASIL, 2021).

Especialmente nos pequenos negócios (maioria no setor), a pandemia gerou insegurança e preocupação. Um estudo de 2020, realizado pela Fundação Getúlio Vargas e Sebrae, revelou que as pequenas e microempresas de turismo tiveram uma redução de 59% em seu faturamento semanal em comparação com uma “semana normal”, refletindo em muitos empresários aflitos e preocupados com o futuro (BRASIL, 2021).

Ainda que os impactos das mudanças climáticas já venham sendo experimentados especialmente nas cidades costeiras, os atores-chave do setor do turismo brasileiro demonstram baixos níveis de engajamento na agenda climática, com pouca atuação coordenada para ações de mitigação e adaptação (SANTOS e MARENGO, 2020).

Ainda assim, vale mencionar alguns casos brasileiros de engajamento climático com destaque para a cidade de Bonito (MS), referência em ecoturismo e primeiro destino neste segmento certificado como carbono neutro no mundo (CÂMARA, 2023), e signatário da Declaração de Glasgow para Ações Climáticas e Turismo. Além das empresas aéreas e suas políticas e iniciativas de redução e compensação de emissões de GEE – conforme detalhado anteriormente.

Outro avanço importante é a adesão do Ministério do Turismo à Estratégia Nacional de Adaptação do Plano Clima, colocando o turismo entre os setores que estão elaborando suas

² O setor de turismo é subdividido em oito Atividades Características do Turismo (ACTs) que foram definidas a partir das Recomendações Internacionais para Estatísticas de Turismo (RIET-2008), documento que é a base metodológica mundial para definições de estatísticas do setor.

estratégias para lidar com os riscos e impactos das mudanças climáticas. Este processo é conduzido pelo Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima (CIM), integrado por representantes de 22 ministérios, pela Rede Clima e pelo Fórum Brasileiro de Mudança do Clima (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2024).

Trata-se de um momento estratégico que destaca o turismo de forma inédita. O turismo era um setor sub representado no Plano Nacional sobre Mudança do Clima, elaborado em 2016, ora reconhecido como setor impactado ou beneficiado, ora como fator de vulnerabilidade, sem ser materializado nos objetivos, ações integradas ou metas do Plano (GIL, MARQUES e DE ANDRADE, 2023).

A integração do turismo no Plano Nacional de Adaptação (PNA) é fundamental em um país como o Brasil, que depende da saúde de seus recursos naturais, biodiversidade e da sua cultura, cada vez mais expostos a fenômenos climáticos extremos.

Nos países do hemisfério norte e nos países insulares, as pesquisas sobre turismo e mudanças climáticas vêm sendo produzidas há pelo menos 20 anos, com estudos que se debruçam especialmente sobre a mitigação de GEE. No caso dos países insulares, as pesquisas sobre adaptação estão disponíveis há pelo menos uma década.

Em contraponto, existem poucos estudos sobre aspectos de vulnerabilidade e de capacidade adaptativa de destinos brasileiros, bem como persiste uma lacuna entre as políticas de turismo e os marcos legais e políticos sobre mudanças climáticas no Brasil (GRIMM, 2019; SANTOS e MARENGO, 2020).

A ocorrência frequente de eventos climáticos extremos nas cidades brasileiras exemplifica a urgência de compreender os riscos e buscar estratégias de adaptação adequadas para proteger as áreas mais vulneráveis. O processo de adaptação inclui compreender o risco, planejar a adaptação e implementar sua gestão. Na compreensão do risco, as percepções contribuem na identificação do problema e das opções de adaptação úteis (IPCC, 2014; LITRE e BURSZTYN, 2015).

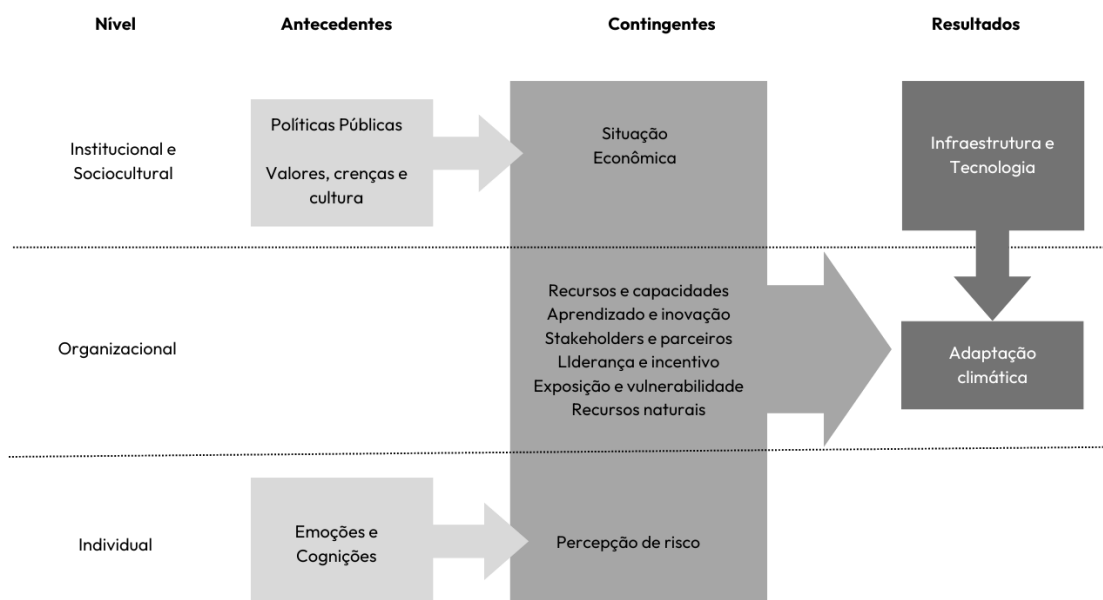
A literatura reconhece que a percepção de riscos é parte importante das decisões adaptativas, influenciando as respostas das empresas e são preditoras do envolvimento de atores sociais em diferentes políticas públicas (BRITO, 2022; DHOOMUN, 2016; LEISEROWITZ, 2005). É um fator que incide no nível individual das decisões de adaptação, influenciando os níveis organizacional e institucional, conforme ilustra a Figura 3.

Logo, compreender como os riscos às mudanças climáticas são percebidos pelas partes interessadas do turismo tem o potencial de revelar alguns desafios para engajamento do setor, e consequentes iniciativas para a adaptação de destinos no Brasil.

Para Brito (p. 12, 2022):

“a adaptação às mudanças climáticas é um fenômeno multinível e as estratégias de adaptação organizacional estão subordinadas ao contexto institucional e social, influenciadas pela percepção de urgência dos indivíduos, como gestores, proprietários, clientes e outros stakeholders”.

Figura 2 – Influência multinível da tomada de decisão de adaptação



Fonte: Brito, 2022

1.4. Governança do Setor do Turismo

A governança, de forma geral, refere-se aos mecanismos de liderança, estratégia e controle utilizados para avaliar, direcionar e monitorar a gestão de uma organização, seja ela pública ou privada. O seu objetivo final é garantir que as ações da organização ou instituição estejam alinhadas aos interesses das partes interessadas e no setor público, em específico, visa conduzir políticas públicas e prestar serviços de interesse da sociedade (TEIXEIRA e GOMES, 2019).

No Brasil, a governança do turismo se organiza a partir da dimensão das representações dos territórios em Regiões Turísticas, atualmente formadas por 2.555 municípios que se distribuem em 341 regiões em todas as Unidades da Federação³ (MTUR,

³ A atualização do Mapa do Turismo Brasileiro é dinâmica. O número de municípios e regiões turísticas foi consultado em 12 de novembro de 2024.

2024). Este arranjo foi concebido a partir da ideia de “gestão descentralizada do turismo”, com órgãos oficiais do turismo nas três esferas (federal, estadual e municipal), assessorados por fóruns ou conselhos tripartites, além das instâncias de governança regionais que representam as regiões e circuitos turísticos.

O Conselho Nacional do Turismo é um fórum de assessoramento em âmbito federal e será melhor apresentado no próximo item.

1.4.1. O Conselho Nacional do Turismo

O Conselho Nacional do Turismo, foi criado em 1966 e passou por diversas formações e vinculações institucionais. De 1966 até 1991, quando ocorreu a sua extinção, o CNT possuía caráter deliberativo e atuava não só como um órgão de assessoramento ao Poder Executivo, mas como uma extensão do então Ministério da Indústria e do Comércio, sendo responsável pela formulação da Política Nacional de Turismo e pelo direcionamento da atuação da Embratur, que à época, possuía natureza de empresa pública, com sede na cidade do Rio de Janeiro. Teve por finalidade incrementar o desenvolvimento do turismo e executar, em âmbito nacional, as diretrizes que lhes eram traçadas pelo Governo.

Após dez anos da sua extinção, o CNT é então recriado em 2001, quando assume a sua função exclusiva de assessoramento, vinculado à época, ao Ministério do Esporte e Turismo. O Conselho foi reativado com 28 membros: 09 privados, 16 públicos e 03 indicações da Presidência da República.

Em 2003, quando é criado o Ministério do Turismo, o Conselho Nacional de Turismo passa a fazer parte de sua estrutura. Com esta nova configuração, o CNT passa de 28 para 54 membros: 27 privados, 24 públicos e 03 indicações da Presidência da República.

De 2001 a 2008, período que compreende a sua recriação e a publicação do Decreto 6.705/2008, o seu arranjo era previsto nominalmente e com indicação de vagas nos respectivos decretos que regiam a sua composição, chegando a 54 membros.

Em 2019, a gestão do então Presidente Jair Bolsonaro, publica o Decreto nº 9.759/2019 que revoga a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS) (Decreto nº 8.243 de 2014). Muitos colegiados nacionais foram instintos ou fragilizados, e foi um período de inatividade para o CNT. No período de 2019 a 2022 há apenas o registro da realização de duas reuniões: uma ocorrida em abril e outra em 14 de dezembro de 2021. Esta última possui ata apensada no site do Ministério do Turismo, que faz referência à 56ª reunião do Conselho Nacional do Turismo.

Com a posse do Presidente Lula, em 2023, o Sistema Nacional de Participação Social é retomado e os esforços para recuperar o protagonismo da sociedade civil nos espaços de debate e construção de políticas públicas volta a ser fortalecido. Nesse contexto de prioridade do Governo Federal de fortalecimento dos conselhos nacionais, são retomadas as reuniões ordinárias do CNT, com a proposição de revisão do Decreto nº 6.705/2008.

Assim, é publicado o Decreto nº 11.623, de 01 de agosto de 2023, que atualmente rege o CNT, composto por 41 por órgãos públicos do Poder Executivo Federal e da administração indireta, sistema financeiro, Sistema S, e por 48 entidades que constituem as demandas dos diversos segmentos corporativos e sociais relacionados à atividade turística, e ainda por dois brasileiros de notoriedade reconhecida na área do turismo. A sua ampla representação congrega, em sua maioria, organizações e entidades ligadas a setores do mercado do turismo que atuam com fins legítimos e inerentes ao setor.

2. VISÕES TEÓRICAS SOBRE A PERCEPÇÃO DE RISCO E SUAS APLICAÇÕES AO TURISMO

2.1. Percepção de Riscos

A literatura oferece um amplo espectro onde os conceitos de risco se posicionam em diferentes campos de estudo e disciplinas, porém estes múltiplos conceitos compartilham três elementos essenciais: resultados que têm impacto sobre o que os seres humanos valorizam; a probabilidade de ocorrência; e um contexto específico em que o risco poderá se materializar (RENN, 2008).

Nessa perspectiva, os riscos se expressam em contextos nos quais são capazes de gerar impactos sobre aspectos considerados valiosos pelos seres humanos. Analisar uma situação de risco é, portanto, observar e fazer escolhas sobre evitar, mitigar ou mesmo aceitar o risco identificado (RENN, 2008).

De acordo com a interpretação de RENN (2008), as análises de risco podem ser classificadas em dois tipos principais: análises objetivas, de natureza técnica, e análises subjetivas, que abrangem perspectivas psicológicas e socioculturais.

Análises técnicas são aplicadas em diversos campos disciplinares e se concentram em criar modelos que combinam diferentes níveis de probabilidade e magnitude para antecipar riscos e seus impactos, permitindo a identificação de causas evitáveis e a mitigação de consequências (RENN, 2008).

Riscos ambientais, como aqueles relacionados à contaminação, geralmente são avaliados com base neste tipo de observação. No campo das mudanças climáticas, o principal arcabouço teórico está baseado neste tipo de análise, onde o risco é definido como *o potencial de consequências adversas que podem surgir das interações dinâmicas entre os perigos relacionados ao clima, a exposição e a vulnerabilidade dos sistemas humanos e ecológicos afetados* (IPCC, 2014, p. 5).

Neste tipo de abordagem, os riscos podem ser graduados de acordo com a interação entre a probabilidade da ocorrência e suas consequências que se manifestam em perdas e danos (IPCC, 2014). Logo, se utilizada de forma isolada, esta abordagem não é a mais adequada para os objetivos deste estudo. Ela é, no entanto, elementar para compreender como o turismo se posiciona no campo de estudo dos riscos da mudança climática, a medida em que oferece uma estrutura que orienta o posicionamento e a delimitação dos componentes do sistema turístico sob análise.

Embora a avaliação técnica dos riscos seja essencial, ela não explica completamente como as pessoas julgam e reagem de maneiras distintas aos riscos. As respostas pessoais e sociais às ameaças e perigos são componentes importantes do risco, influenciam em processos que podem propagar impactos subjacentes àqueles experimentados pelas pessoas e ambientes diretamente afetados (KASPERSON et al., 1988). Análises subjetivas, pretendem contribuir neste aspecto e se relacionam a abordagens psicológicas e socioculturais do risco. Trazem a perspectiva do julgamento do risco e dos mecanismos que indivíduos e grupos sociais utilizam para perceber, avaliar, valorar e tomar decisões (RENN, 2008). Este tipo de abordagem forma parte essencial do campo de estudo da percepção de riscos.

As abordagens da percepção de riscos tentam descrever como os indivíduos reagem a determinadas situações de risco, avaliam subjetivamente a sua probabilidade de ocorrência combinando sentimentos, valores, crenças e experiências anteriores, por exemplo. Estão associadas a duas principais correntes teóricas que admitem a sua relação com os aspectos psicológicos dos indivíduos, e as influências socioculturais que emanam dos grupos sociais aos quais pertencem (REMBISCHEVSKI e CALDAS, 2020). Cada uma dessas correntes oferece diferentes pontos de vista, e sobre elas recaem críticas por serem limitadas em medir a complexidade do processo de construção da percepção de riscos.

Enquanto as teorias sobre a percepção de risco tentam captar a complexidade dos fatores psicológicos e socioculturais que influenciam as reações individuais, sua aplicabilidade prática oferece uma ferramenta valiosa para gestores e formuladores de políticas públicas. Nesse contexto, compreender a percepção de risco vai além da análise teórica, proporcionando, aos governos e empresas, subsídios importantes para decisões estratégicas que podem ter impactos diretos nas políticas e nas ações adotadas.

Para os governos, compreender como os diferentes atores sociais percebem os riscos é fundamental para identificar falhas nas comunicações de risco, revelar os fatores que podem gerar apoio público a determinadas estratégias, e destacar áreas de interesse de gestores que ainda não foram abordadas pelas políticas públicas. Além disso, esse entendimento pode incentivar a adoção de ações urgentes, que anteriormente foram negligenciadas (DHOOMUN, 2016; DHOOMUN, HYTTEN e PERRY, 2022).

Em uma outra perspectiva, a percepção individual de risco desempenha um papel central nas decisões institucionais, organizacionais e políticas, influenciando também as respostas adaptativas das organizações. Segundo BRITO (2022, p. 02) "as respostas adaptativas das empresas são condicionadas pelo nível de risco percebido pelos seus gestores", em um contexto de mudanças climáticas. Neste estudo, sobre os fatores que

influenciam as decisões estratégicas das organizações em relação à adaptação às mudanças climáticas, a percepção de risco emerge como um dos principais fatores individuais. A autora, por meio de uma revisão sistemática da literatura, destaca que aspectos sociodemográficos, como gênero, idade e nível educacional, bem como valores, crenças e experiências anteriores frente a situações de risco climático, influenciam diretamente como esses riscos são percebidos.

Para os objetivos da dissertação, as afirmações de Brito (2022) se tornaram um importante suporte que orientou a maneira como a investigação foi conduzida. A leitura da percepção de risco foi construída a partir do indivíduo, ainda que em um fórum com representações institucionais e organizacionais. Esta estrutura de análise será melhor abordada nas seções seguintes.

As próximas seções irão descrever algumas abordagens amplamente utilizadas e influentes, destacando seus principais autores, características e pontos relevantes. As duas primeiras abordagens estão vinculadas à vertente psicológica da percepção de risco, conhecidas como Heurística (TVERSKY e KAHNEMAN, 1974) e Paradigma Psicométrico (FISCHHOFF et al., 1978). Em seguida, serão aprofundadas as abordagens associadas a conceitos sociológicos, representados pela teoria da Sociedade do Risco (BECK, 2011) e a Teoria Cultural (DOUGLAS, 1994). Por fim, será apresentada a Estrutura de Amplificação Social do Risco (KASPERSON et al, 1988), um esquema integrativo que servirá como principal referência para empreender as análises subjacentes.

2.1.1. Paradigma Psicométrico e Heurística

As abordagens psicológicas sobre o risco surgiram na década de 1970 (FISCHHOFF et al., 1978; TVERSKY e KAHNEMAN, 1974) com o intuito de compreender como as pessoas avaliavam riscos e incertezas de forma intuitiva. Esses estudos investigaram a presença de vieses nos julgamentos intuitivos, e examinaram as divergências entre as avaliações de risco feitas por especialistas e leigos. Um dos principais objetivos era determinar se essas estimativas estavam em conformidade com as referências científicas e podiam ser consideradas "corretas".

Este tipo de estudo destaca duas categorias de abordagens. Ambas revelam que as percepções de risco não são determinadas apenas por fatores objetivos, mas também por emoções e valores (REMBISCHEVSKI e CALDAS, 2020; RENN et al., 1992).

A primeira é baseada em processos intuitivos e inconscientes que utilizam atalhos mentais, denominados heurísticas - disponibilidade, ancoragem, representatividade, dissonância cognitiva, afeto, *natural-is-better*⁴ (SIEGRIST; ÁRVAI, 2020; SLOVIC et al., 2007; TONETTO et al., 2006) para simplificar o entendimento de questões complexas.

TVERSKY e KAHNEMAN (1974) iniciaram, no artigo *Judgment under Uncertainty: Heuristics and Biases*, os estudos sobre a utilização da heurística no julgamento e tomada de decisão. No contexto da percepção de risco, a heurística do afeto tem recebido atenção especial. Essa heurística descreve a influência das emoções na avaliação de riscos e benefícios, levando-nos a tomar decisões baseadas em respostas emocionais imediatas, em vez de análises racionais e ponderadas (YOON; HAN; YOON, 2024). Em outras palavras, tendemos a associar sentimentos positivos a atividades, substâncias ou tecnologias que percebemos como seguras e de baixo risco, enquanto sentimentos negativos são frequentemente ligados àqueles que consideramos perigosos ou de alto risco (REMBISCHEVSKI e CALDAS, 2020).

A segunda abordagem é fundamentada em processos cognitivos baseados em constructos mentais e psicológicos, avaliados por meio de escalas psicométricas (FISCHHOFF et al., 1978). O Paradigma Psicométrico foi desenvolvido por Slovic, Fischhoff e Lichtenstein (1978) em seu artigo seminal *How Safe Is Safe Enough?*, que examina as percepções dos indivíduos sobre uma série de agentes de risco (perigos) e as suas variáveis qualitativas. O estudo identifica que as atitudes em relação ao risco são influenciadas por fatores como o grau de controle que as pessoas sentem sobre o risco, o nível de familiaridade com a tecnologia e a gravidade das consequências associadas.

Estudos posteriores procuraram entender por que alguns riscos são percebidos como mais graves, enquanto outros são aceitos com mais facilidade, e a forma como leigos e *experts* percebem os riscos (FISCHHOFF et al., 1978; MCDANIELS et al., 1997; SLOVIC, 1987; SLOVIC, FISCHHOFF e LICHTENSTEIN, 2013).

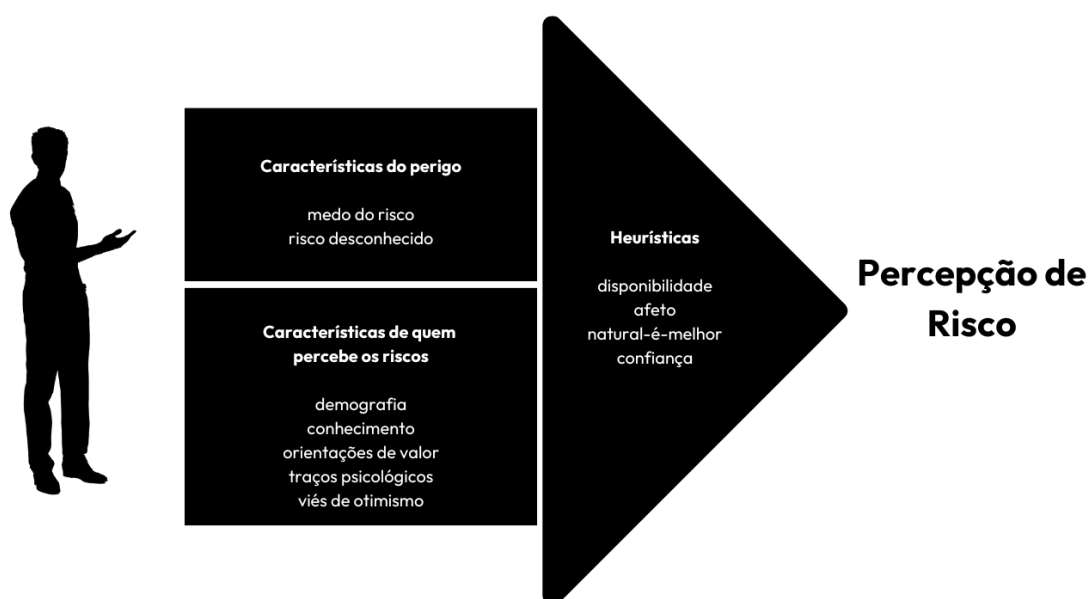
As pesquisas baseadas em abordagens psicológicas contribuíram significativamente tanto para a compreensão dos processos pelos quais os indivíduos formulam percepções de risco, quanto para o entendimento de como os atributos dos perigos são avaliados e influenciam os julgamentos de risco. A partir dos anos 2000, a aplicação dessas abordagens expandiu-se para investigar riscos globais complexos, como as mudanças climáticas

⁴ Esta lista não esgota o grande número de heurísticas disponíveis na literatura que estuda o processo de tomada de decisão de indivíduos

(JOIREMAN, TRUELOVE e DUELL, 2010; LEISEROWITZ, 2004), pandemias (WONG, YANG e LIU, 2023), riscos tecnológicos e inteligência artificial (SIEGRIST et al., 2007; TONG e SOPORY, 2019), além da segurança alimentar e organismos geneticamente modificados (HUANG, 2020).

As duas abordagens apresentadas não esgotam a amplitude de teorias e metodologias aplicadas ao estudo da percepção de risco, tampouco essa era a intenção desta seção. Contudo, elas ilustram as principais correntes de pesquisa no campo da psicologia. Vale destacar que muitos estudos não se restringem a uma única abordagem frequentemente integrando elementos do paradigma psicométrico, heurísticas e outras teorias para discutir a complexidade dos desafios envolvidos. Siegrist e Árvai (2020), por exemplo, sugerem que variáveis relacionadas às características dos riscos, às características dos indivíduos que percebem esses riscos, e aos processos psicológicos subjacentes ao julgamento e tomada de decisão, devem ser combinadas para explicar de forma mais abrangente as percepções de risco conforme ilustrado na Figura 4.

Figura 3 - Fatores que influenciam as percepções de risco das pessoas (adaptado de Figura 2 em Siegrist e Hartmann, 2020)



Fonte: *Risk Perception: Reflections on 40 Years of Research*. Siegrist e Árvai, 2020

Por fim, a principal crítica à abordagem psicológica reside em sua tendência de simplificar a percepção de risco, desconsiderando as influências socioculturais, políticas e contextuais que afetam as avaliações de risco (REMBISCHEVSKI E CALDAS, 2020). Além disso, essa abordagem é frequentemente vista como limitada, tanto em sua ênfase no nível individual, quanto em sua aplicabilidade mais ampla (RENN, 2008).

2.1.2. Teoria Cultural do Risco

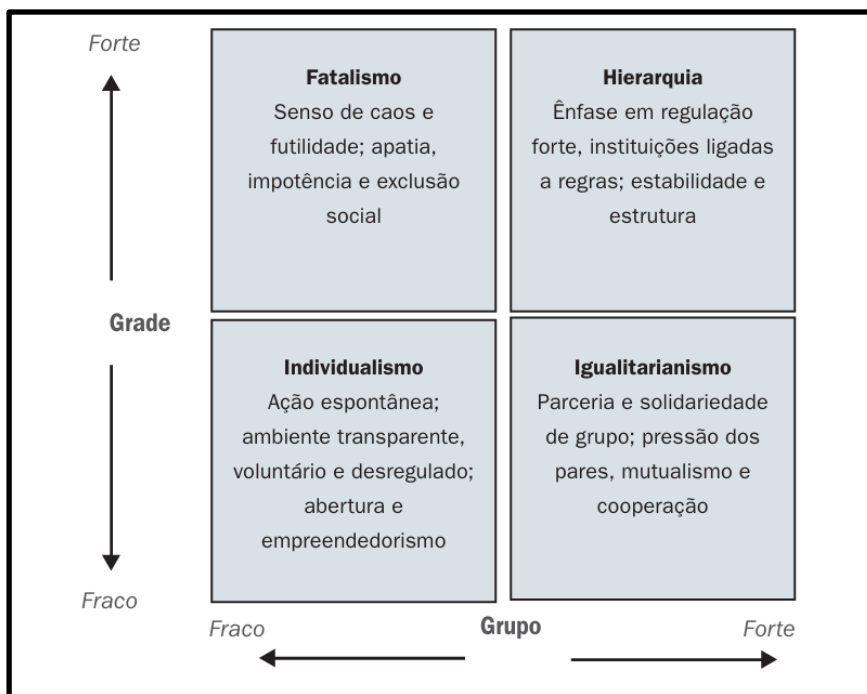
A modernização, a produção e o consumo em massa, aliados aos avanços tecnológicos, geraram ao longo do tempo as suas próprias incertezas, que são compartilhadas pela humanidade em um contexto de crescente globalização. Os perigos e as ameaças decorrentes desses processos transcendem fronteiras, impondo às sociedades a convivência com riscos socialmente construídos sob a influência de uma ampla gama de fatores, incluindo valores morais, conhecimento, traços de personalidade, padrões de vida, e características sociodemográficas, entre outras variáveis (BECK, 2011; RENN, 2008). Exemplos incluem: os riscos ambientais, como as mudanças climáticas; os riscos tecnológicos, como acidentes nucleares e o desenvolvimento da inteligência artificial; e os riscos econômicos, como crises financeiras globais. Tais riscos são caracterizados por sua dispersão transnacional e pela dificuldade de controle local, refletindo a sua natureza complexa e interconectada.

Com base nessas premissas, BECK (2011) enfatiza a importância da reflexão crítica, da participação social ampliada e da responsabilidade compartilhada na gestão e no planejamento dos riscos. Esses princípios fundamentam o conceito de Sociedade do Risco e da Modernização Reflexiva, cunhados por Ulrich Beck em 1986.

Com base no trabalho seminal de Beck, diversas teorias acerca da construção social do risco foram desenvolvidas. No campo dos estudos sobre a percepção de risco, uma das mais influentes é a Teoria Cultural, proposta por Mary Douglas em 1994. Essa teoria introduz a concepção de quatro protótipos culturais, que se estruturam a partir da interação de duas dimensões das relações sociais, denominadas grade e grupo, que combinadas moldam suas respectivas visões de mundo: hierárquica, igualitária, individualista e fatalista (Figura 5). Esses grupos, portanto, posicionam-se na sociedade de acordo com suas crenças predominantes, as quais exercem influência significativa na forma como interpretam o risco e nas atitudes adotadas para o seu enfrentamento (DOUGLAS, 1994; JOHNSON e

SWEDLOW, 2021). A articulação teórica entre a Teoria Cultural e os pressupostos da Sociedade do Risco permite explorar como distintos grupos sociais apresentam reações diferentes, diante dos desafios globais contemporâneos.

Figura 4 - Modelo de grupo-grade de visões de mundo



Fonte: Caldas e Rembischevski, 2020

Inúmeros campos de estudo utilizam a teoria cultural para examinar a interseção entre cultura, percepção de risco e tomada de decisão em diversas esferas da vida social e política. Esses estudos são aplicados para estudar, por exemplo, como diferentes culturas ou como diferentes grupos dentro de uma mesma cultura, percebem riscos ambientais, como mudanças climáticas e desastres naturais (LAZARO, 2015; MCNEELEY e LÁZARO, 2014; MORSS et al., 2020), quais as atitudes tomadas diante de tecnologias emergentes como biotecnologia e energia nuclear (FINUCANE; HOLUP, 2005; NEGRUL, TRUBCHENKO e LEMESHKO, 2015), e como diferentes grupos respondem a pandemias, vacinas e políticas de saúde pública, especialmente em contextos de crise (GUO, MUHETAER e HU, 2023; SONG, 2014). Esses estudos, em sua maioria, confirmaram que visões de mundo hierárquicas, igualitárias, individualistas e fatalistas influenciam as atitudes das pessoas em relação a esses riscos.

2.1.3. Amplificação Social do Risco - SARF

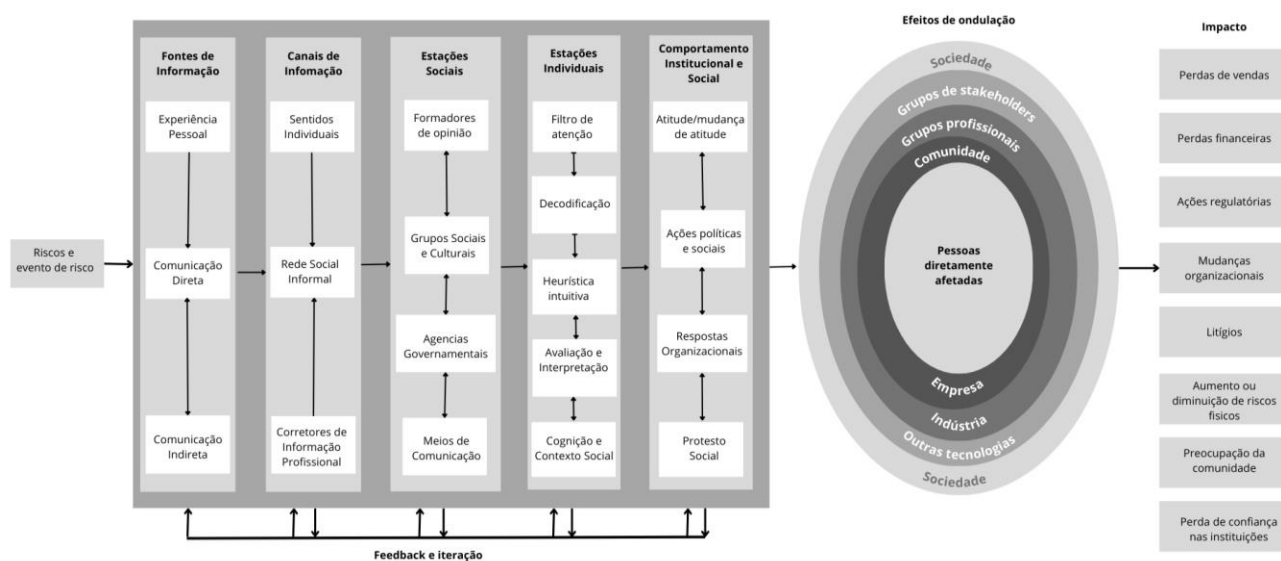
A complexa interação entre fatores objetivos e subjetivos que moldam a percepção de riscos, sugere a necessidade de combinar diferentes perspectivas de análise para buscar resultados mais confiáveis. De forma não estruturada, muitos autores articulam diferentes perspectivas culturais e psicológicas em seus estudos para empreender análises. CHASSANG, ROHMER e CHAUVIN (2024), por exemplo, utilizam a combinação de teoria cultural e paradigma psicométrico para analisar como as visões de mundo influenciam a forma como os indivíduos classificam o nível de risco de uma ameaça. Os resultados demonstraram que as pessoas conferem características específicas aos perigos, dependendo de sua visão de mundo (hierarquistas, individualistas, igualitários, fatalistas).

Existem, no entanto, estruturas elaboradas para guiar análises integrativas, a Amplificação Social do Risco (SARF - sigla em inglês para *The Social Amplification of Risk Framework*) é uma dessas soluções. Ela é uma estrutura conceitual (KASPERSON et al., 2022) cujos fundamentos foram desenvolvidos a partir da publicação seminal de Kasperson e colaboradores (1988), *The Social Amplification of Risk: A Conceptual Framework*.

A SARF integra correntes técnicas, psicológicas e socioculturais de compreensão do risco, admitindo que riscos não são construídos apenas com fatos objetivos, mas são também produto da construção social. Um importante diferencial é a figura de estações de amplificação e atenuação do risco, as quais reagem aos efeitos da comunicação do risco. Na estrutura da amplificação social do risco, os autores partem do risco físico previsto ou do reconhecimento de um efeito adverso. A partir deste ponto, os indivíduos e grupos irão selecionar aspectos específicos do risco, para interpretá-los e julgá-los influenciados por questões cognitivas e questões sociais e culturais, agindo como amplificadores ou atenuadores do risco percebido.

Este processo tem o poder de gerar impactos derivados ou efeitos secundários, que se propagam em diversos níveis e se manifestam, por exemplo, na comunicação do risco, nas mudanças de comportamento, mudanças organizacionais e políticas públicas. As interações subjacentes podem desencadear, ou dificultar, mudanças positivas para enfrentar o risco concreto, e este processo faz com que as perdas e danos oriundas da manifestação do risco não se manifestem apenas nas pessoas diretamente afetadas.

Figura 5 - Quadro da Amplificação Social do Risco



Fonte: Kasperson et al, 2022

A aplicabilidade do Quadro SARF (Figura 6) já foi testada em inúmeros campos de estudo associando teorias que explicam a influência de variáveis na construção de mecanismos de amplificação e atenuação dos riscos, como a comunicação, o conhecimento, a experiência passada e a confiança nas instituições. Entre essas variáveis, a comunicação emerge como uma das mais relevantes nos estudos sobre percepção de risco.

Nesta perspectiva, originalmente, os estudos que utilizavam o quadro da amplificação social do risco focavam no papel das mídias tradicionais, como televisão, rádio e jornais. No entanto, com o crescimento das mídias sociais, a pesquisa se expandiu para incluir plataformas *online* como Facebook e Twitter como importantes amplificadores e atenuadores de risco (REMBISCHEVSKI; CALDAS, 2020; SHEN; YANG, 2022). Esses estudos geralmente demonstram o papel das mídias na influência sobre o aumento ou a diminuição da preocupação pública com certos riscos, utilizando-se de imagens e narrativas específicas. Um exemplo de como a mídia pode moldar percepções de risco pode ser visto no estudo de Anthony Leiserowitz sobre a obra de ficção científica *The Day After Tomorrow*.

Este filme dramatiza eventos catastróficos resultantes do aquecimento global, como tempestades de neve severas e o congelamento de grandes áreas do Hemisfério Norte. O estudo de Leiserowitz (2004) investigou o impacto da obra na percepção do público

estadunidense sobre as mudanças climáticas, revelando como a mídia pode amplificar ou atenuar a maneira como os riscos são percebidos.

Os resultados, que envolveram uma amostra de espectadores e não espectadores do filme, demonstraram que o primeiro grupo de pessoas apresentou uma maior propensão a influências e preocupações relacionadas a modelos conceituais sobre as mudanças climáticas, a intenções comportamentais e, ainda, quanto às suas prioridades políticas, demonstrando o papel significativo da mídia na percepção pública sobre temas científicos complexos.

Um outro exemplo é o estudo de Shen e Yang (2022) que combina a SARF e a teoria do Conhecimento, Atitudes e Práticas, para compreender os fatores que influenciam o apoio da população de Huangshan, um dos dez principais pontos turísticos da China, ao turismo durante a pandemia de COVID-19. Eles argumentam que quanto maior a percepção de risco, mais negativas são as atitudes em relação à atividade turística. No entanto, embora o estudo não tenha se aprofundado em todos os fatores que podem influenciar a percepção de risco dos moradores em relação à COVID-19, ele destaca o uso das mídias sociais como um fator que se relaciona positivamente com o apoio dos moradores ao turismo e aos turistas. Ou seja, a comunicação, neste caso, tem um papel de atenuador da percepção de risco.

No Vale do Ribeira, DI GIULIO, PEREIRA e FIGUEIREDO (2008) analisaram como a cobertura midiática contribuiu para aumentar a preocupação pública sobre os riscos de contaminação por chumbo na cidade de Adrianópolis (PR). Apesar dos riscos reais associados à exposição ao chumbo, a forma como a mídia destacou certos aspectos e omitiu outros, influenciou fortemente a percepção pública, gerando uma amplificação social do risco.

A informação também desempenha um papel central na formação da percepção de risco. Embora a informação científica, baseada em fatos e aspectos técnicos, seja considerada importante, alguns estudos sugerem que ela não é o único fator de informação que molda a percepção de risco. Rembischevski e Caldas (2020) discutem como o simples fornecimento de informações científicas pode não ser suficiente para influenciar as atitudes em relação a tecnologias controversas, e pode até mesmo gerar um efeito reverso. *Esse fenômeno tem sido denominado de backfire effect, que é um viés cognitivo que leva as pessoas a rejeitarem evidências que desafiam suas crenças/convicções, que são então fortalecidas* (REMBISCHEVSKI E CALDAS, 2020, pag.51)

Nesse contexto surge ainda o papel das interações sociais como fonte de informação não especializadas. O estudo de BRENKERT-SMITH et al. (2013) enfatiza a importância desses processos na amplificação da percepção de risco de incêndios florestais. Eles argumentam que as interações horizontais, como conversas com amigos, familiares e

vizinhos, podem influenciar significativamente as percepções de risco, especialmente quando essas interações envolvem informações de fontes não especializadas.

A percepção de risco também pode ser moldada pela interação entre experiências passadas e a confiança nas instituições que são responsáveis pela gestão de riscos. Experiências anteriores, como desastres naturais, tendem a amplificar a percepção de riscos futuros, pois elas tornam tangíveis ameaças antes não materializadas, influenciando a forma como os indivíduos avaliam situações subsequentes (BERTOLDO, 2021). Ao mesmo tempo, a confiança nas instituições desempenha um papel moderador, ampliando ou atenuando o medo, de acordo com o nível de confiança nessas instituições. Os níveis de confiança nas instituições agem, nesses casos, como moduladores da forma como a experiência vivida repercute na percepção do risco.

Por fim, apesar dos avanços e das contribuições da SARF no estudo das percepções de risco, existem desafios e limitações que sinalizam oportunidades de expansão e refinamento da estrutura. Um exemplo é a influência dos valores sociais e morais de diferentes culturas na seleção de quais riscos devem ser considerados importantes, conforme postulado pela Teoria Cultural.

Essa perspectiva sugere que a amplificação social do risco pode variar significativamente entre diferentes culturas e grupos sociais, e embora a SARF reconheça a importância da comunicação e da mídia na amplificação ou atenuação do risco, ela não expressa esta complexidade de fatores multiculturais (REMBISCHEVSKI E CALDAS, 2020). Além disso, a SARF também não considera que a própria mídia pode ser influenciada por vieses, como opinião pública e agendas políticas, interferindo em distorções na percepção do risco (YOON, HAN E YOON, 2024).

2.2. O Estudo da Percepção de Riscos Aplicado ao Turismo

Assim como outros temas contemporâneos, o turismo é um fenômeno que despertou a atenção dos estudos sobre percepção de risco, especialmente pelo impacto que a percepção subjetiva dos riscos exerce no comportamento de viagem, sendo muitas vezes mais importante do que o risco real. Assim, embora os eventos de risco, como desastres naturais e acidentes aéreos, tenham baixa probabilidade de ocorrer, a maneira como os indivíduos percebem esses riscos influencia significativamente as suas decisões de viagem (FENG et al., 2023).

Alguns trabalhos sobre risco e turismo se debruçaram sobre compreender a percepção de riscos de líderes, trabalhadores e empresários do setor (Doomun et al, 2022; Trawöger,

2014; Hu, Becken e He, 2022; Hopkins e Maclean, 2014; Pandey e Rogerson, 2019; Shakeela e Becken, 2015; Wong et al., 2013). A maioria das discussões se relacionam, principalmente, a percepção dos riscos e os comportamentos de viagem, ao perfil de turistas de determinados segmentos (volunturismo, enoturismo), ao comportamento de turistas em destinos que sofreram com situações de risco natural (terremotos, tsunamis) ou sociais (terrorismo), ou a predição de adesão à medidas de adaptação. Além disso, esses estudos abordam os fatores que contornam a percepção do risco como aspectos sociodemográficos, comunicação e mídias.

Entre os temas mais recorrentes, está a exposição ao terrorismo e a sua relação com a percepção de risco e intenção de viagem em diferentes contextos. Esses trabalhos reconhecem a vulnerabilidade do setor a este tipo de ameaça, e seu impacto significativo na imagem de um destino, bem como sua repercussão negativa nas intenções de viagens futuras.

No estudo de Adeloye e colaboradores (2021) sobre o impacto da exposição ao terrorismo nas percepções de risco e intenções de viagem de turistas domésticos na Nigéria, os autores associaram o grau de percepção de risco ao nível de exposição do viajante ao perigo, representado pelo papel da mídia, pela proximidade do viajante com o perigo (como vítimas ou regiões vulneráveis ao terrorismo) e pela própria experiência pessoal. Os resultados revelaram que experimentar situações muito próximas ao risco, como missões de resgate, é um fator determinante nas percepções que influenciam os interesses de viagens futuras, impactando em maior grau a percepção de risco (ADELOYE, CARR e INSCH, 2021).

De forma semelhante, os resultados do estudo de Carballo e colaboradores (2021) sobre a percepção de risco em relação ao terrorismo e sua relação com o desejo de viagem de turistas em cidades europeias, mostram que o impacto negativo do terrorismo na imagem de um destino e nas intenções de viagem dos turistas é mais acentuado em cidades que sofreram ataques terroristas (CARBALLO, LEÓN e CARBALLO, 2021).

Outro risco comum nos estudos sobre percepção de risco e turismo são os desastres naturais e sua influência nas condutas comportamentais dos turistas. A gama de perigos abrange furacões, inundações, incêndios florestais, atividades vulcânicas, terremotos, poluição do ar e, ainda, eventos climáticos extremos (CABER et al., 2020; GÖSSLING et al., 2006; HAO et al., 2022; LI et al., 2020).

Esses estudos avaliam como essa percepção é moldada por vários fatores, incluindo características do desastre, experiência pessoal, comunicação de risco e a influência da mídia. Caber et al (2020) estudam a forma como os desastres naturais interferem na imagem de destinos turísticos, usando a Grécia e a Espanha como estudos de caso. A pesquisa conclui

que a percepção de risco modula de forma negativa as demais variáveis que motivam o deslocamento, diminuindo a intenção de viagem.

Do mesmo modo, Hao et. al (2022) desenvolveram um estudo de caso na Montanha Qinling, na China, sobre como a percepção de risco, o conhecimento sobre desastres e o apego emocional, influenciam as intenções comportamentais dos turistas em relação a viagens para destinos propensos a desastres naturais. Os resultados indicam que a percepção de risco diminui a intenção de viagem, enquanto o conhecimento sobre desastres e o apego emocional geram confiança e conexão afetiva com o local, impactando positivamente na intenção de viagem.

No aprofundamento dessa análise, fatores moderadores, como o gênero, não foram determinantes para a resposta dos turistas aos riscos percebidos. No entanto, tanto as características socioeconômicas como o gênero têm sido evidenciados em outros estudos cujos resultados indicam que embora a idade, a situação socioeconômica e a cultura sejam reguladores da percepção de risco, o gênero é um fator significativo na interpretação e resposta aos riscos.

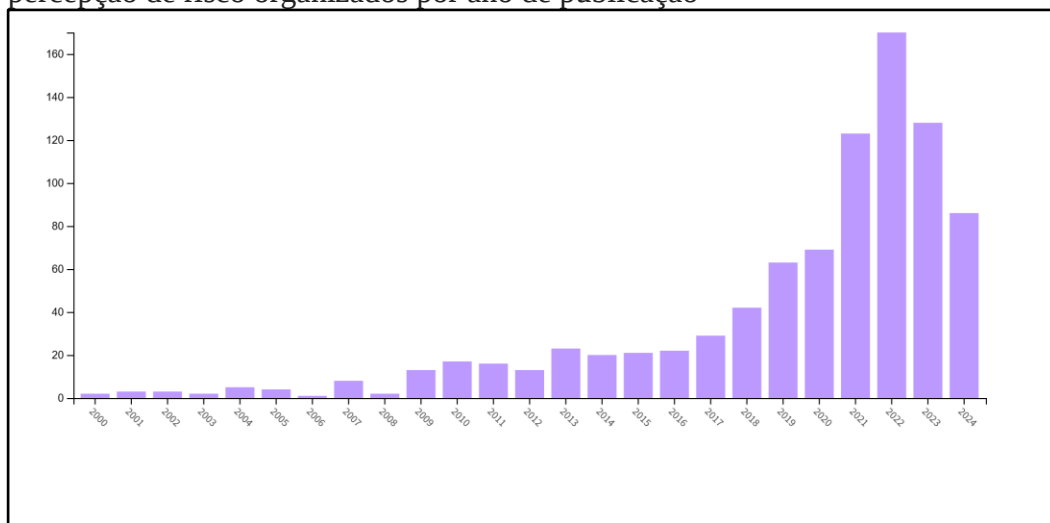
Um exemplo é a investigação conduzida por Carballo e colaboradores (2022), que examinou o papel do gênero como moderador nas relações entre percepção de risco, imagem do destino e intenção de viagem em seis países, incluindo o Brasil. Os resultados indicaram que mulheres demonstram maior sensibilidade ao risco, e estão mais inclinadas a ajustar seus planos de viagem conforme a percepção de segurança. Essa diferença pode ser atribuída a fatores sociais e culturais que influenciam as expectativas e os papéis de gênero, moldando atitudes e comportamentos distintos entre homens e mulheres (CARBALLO, LEÓN E CARBALLO, 2022).

A análise dos fatores que regulam a percepção de risco em turismo fornece uma base relevante para entender as variáveis que influenciam o comportamento de diferentes grupos de turistas, diante de situações de insegurança em viagens. Essa abordagem tornou-se ainda mais pertinente no contexto recente, no qual a pandemia de COVID-19 se manifestou como um grande risco global, impactando sobremaneira as dinâmicas de viagem no mundo.

Como reflexo desse processo, no período de 2021 a 2023, um número crescente de publicações se concentrou em estudar os riscos para o turismo que emergiram com a pandemia de COVID-19, afetando o comportamento do turista e o processo de decisão dos viajantes, modulados por diversas variáveis como mídia, experiências anteriores e confiança nas instituições (JOVIČIĆ VUKOVIĆ et al., 2023; LI et al., 2022; MENG et al., 2021). No

Gráfico 3 é possível observar como o ano de 2022 superou os demais em número de publicações, impulsionado pelos estudos relacionados aos impactos e riscos da pandemia.

Gráfico 4 - Número de artigos disponíveis na *Web Of Science*, sobre turismo e percepção de risco organizados por ano de publicação



Fonte: Web of Science

Nota: pesquisa realizada dia 29 de julho de 2024, combinando os indicadores booleanos “risk perception” OR “climate change risk perception” AND tourism OR travel OR tourist, com 934 resultados.

Essas pesquisas foram realizadas, em sua maioria, no período da flexibilização das restrições de viagem, onde as medidas de segurança, os protocolos de distanciamento e controle sanitário variavam entre países e regiões, influenciados por fatores como a gravidade da situação epidemiológica local, as políticas de saúde pública adotadas e as pressões econômicas para a retomada das atividades.

Nesse contexto, essas medidas tiveram um papel importante na construção da percepção do risco, impactando na confiança dos turistas e em sua sensação de segurança, com influência direta na experiência de viagem. Os estudos revelaram que, em geral, medidas de distanciamento, uso de equipamentos de proteção individual e protocolos de higiene foram fatores mediadores para reduzir o grau da percepção de risco relacionado ao medo da infecção por COVID-19.

Assim como a COVID-19, outras ameaças globais demandam novas dinâmicas e desafios para o setor. Nos últimos dois anos, as múltiplas manifestações do aquecimento global, intensificaram os perigos aos sistemas naturais e socioeconômicos em nível mundial, e evidenciaram as mudanças climáticas como uma nova grande ameaça.

Embora o número de artigos produzidos sobre percepção de risco e turismo seja relevante, este desempenho não se repete quando o objeto de estudo são as mudanças climáticas. A revisão da literatura encontrou poucos achados que combinassem as variáveis turismo, percepção de risco e mudança climática, restando um corpus pequeno para análise. No entanto, pode-se observar um pequeno crescimento de estudos que envolvem riscos climáticos e percepção de riscos para o turismo a partir da década de 2020.

A revisão da literatura demonstrou que esse tipo de pesquisa vem sendo utilizada de maneira tímida desde o início dos anos 2010 em destinos como Austrália, Nova Zelândia, países do norte global, Ásia, alguns estudos em países africanos, e em pequenos Estados insulares em desenvolvimento (SIDS sigla em inglês para *small island developing states*), notando lacuna em estudos nos países da América Latina.

Esses autores utilizam as pesquisas sobre percepção de riscos para tentar identificar preferências de políticas públicas e intenções de adaptação. DHOOMUN (2016) desenvolveu uma estrutura conceitual analítica que integra referenciais teóricos culturais, psicológicos e de influência da informação aplicados a sua pesquisa sobre percepção de riscos das mudanças climáticas entre as partes interessadas no setor de turismo nas Ilhas Maurício. A estrutura reconhece as relações entre os principais influenciadores da percepção de risco (experiência pessoal, estudo científico do risco, comunicação, conhecimento e compreensão do perigo e dos riscos e a confiança social) conforme incorporados aos fatores contextuais.

HU, BECKEN e HE (2022) entendem que a relação entre a consciência dos riscos das mudanças climáticas é diretamente proporcional à capacidade dos agentes do turismo em atuar de maneira sustentável a longo prazo. PANDY e ROGERSON (2019) estudam a percepção das mudanças climáticas de profissionais que atuam na linha de frente do setor de hospedagens na cidade de Joanesburgo. A sua pesquisa revela que os riscos reconhecidos institucionalmente pelas autoridades da cidade, não são percebidos pelas partes interessadas do setor.

É dentro deste contexto de estudos que a pesquisa pretende se posicionar. No cenário contemporâneo de hiper informação, em especial sob influência das mídias digitais e redes sociais, o projeto adotará o SARF como o modelo teórico principal que dialogará com a estrutura analítica da pesquisa de Dhoomun (2016).

3. MATERIAIS E MÉTODOS

O objetivo da pesquisa se concentra em analisar a percepção do risco das mudanças climáticas pelos membros do Conselho Nacional do Turismo. Trata-se de pesquisa exploratória com abordagem mista que combina dados qualitativos e quantitativos, para examinar a forma como os riscos relativos à mudança climática são percebidos pelos membros do CNT e se a leitura dos indivíduos sobre possíveis consequências para o setor do turismo influencia a disposição para a elaboração e condução de uma agenda climática.

A pesquisa qualitativa é uma abordagem que visa *compreender um conjunto de técnicas interpretativas para descrever e decodificar os componentes de um sistema complexo de significados* (Wolffenbüttel, 2023, p. 40). Minayo (2013), descreve a abordagem qualitativa como aquela que trabalha com *o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes* (MINAYO et al., 2013, p. 21).

Já, a pesquisa quantitativa busca *analisar as quantidades de informações para que os resultados constituam medidas precisas e confiáveis do objeto em estudo. Ela permite análises estatísticas, atendendo à necessidade de mensuração, representatividade e projeção* (Wolffenbüttel, 2023, p. 45).

O universo de pesquisa abrange a representação de gestores com assento no Conselho Nacional do Turismo (CNT), fórum nacional de assessoramento, descrito na seção anterior.

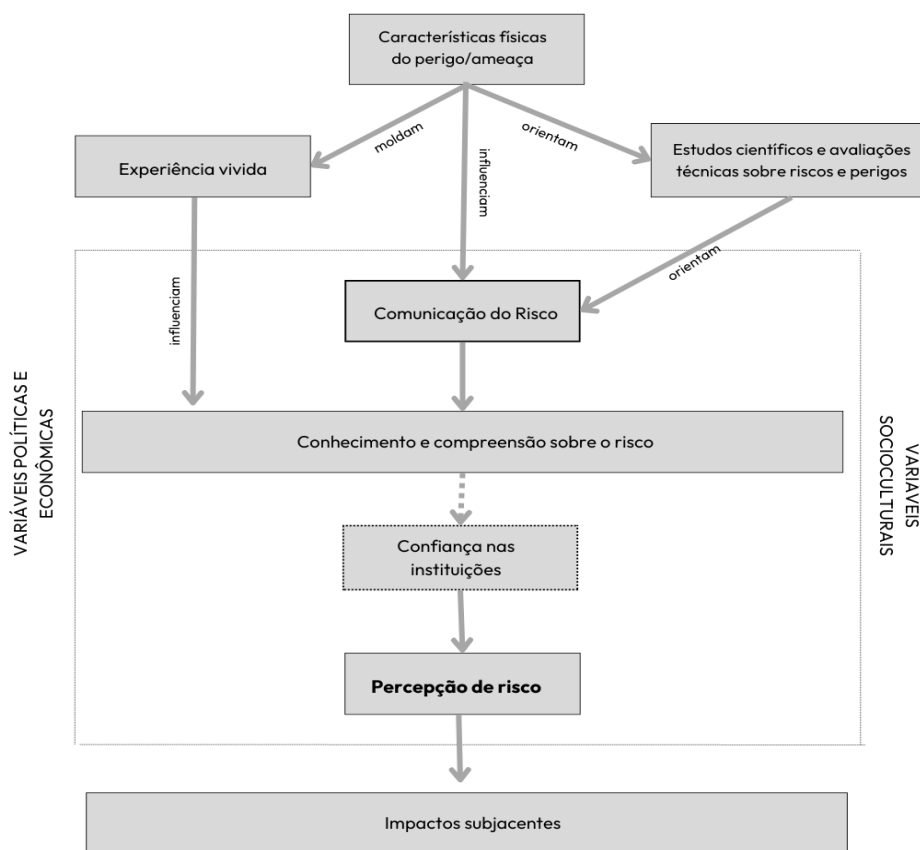
Conforme destacado na revisão de literatura, as teorias aplicadas aos estudos sobre a percepção de risco demonstram limitações quando utilizadas de forma isolada. Ademais, a complexidade inerente à estrutura proposta pela Amplificação Social do Risco revela-se inadequada para este estudo, considerando as restrições de equipe e amostra. Diante disso, a definição dos métodos de coleta e análise de dados fundamentou-se na estrutura conceitual desenvolvida por Dhoomun (2016) em sua investigação sobre a percepção de riscos climáticos por atores-chave do turismo nas Ilhas Maurício (Figura 7).

Nessa estrutura, a percepção de risco se apresenta como o resultado da iteração entre os principais componentes da percepção de risco, aplicados ao contexto das mudanças climáticas e apresentados na revisão de literatura (subitem 2.1) — experiência passada, comunicação, conhecimento e confiança nas instituições —, os quais são influenciados por variáveis contextuais. Ela reconhece que a comunicação, conhecimento e compreensão dos riscos climáticos são influenciados por contextos políticos, econômicos, sociais e culturais inerentes aos territórios em que indivíduos e grupos estão inseridos.

As características físicas dos perigos e ameaças climáticas moldam a experiência vivida pelo indivíduo, influenciam a comunicação do risco e orientam as análises técnicas e estudos sobre riscos e perigos. A comunicação é ainda influenciada por estudos técnicos e científicos. Por sua vez, o conhecimento e compreensão dos riscos pode ser influenciado pelas experiências passadas e pela comunicação. Esta compreensão mediada pela confiança nas instituições responsáveis pela gestão dos riscos climáticos, gera a percepção de risco.

Na estrutura, a própria percepção de risco interage com variáveis contextuais da sociedade/sistema para gerar (ou não), impactos subjacentes ou efeitos secundários que vão além dos danos físicos diretos. Este último ponto, foi acrescentado a proposta inicial de Dhoomun, à partir de uma interpretação simplificada da Amplificação Social do Risco. Conforme tratado no capítulo dedicado ao referencial teórico, os impactos secundários são consequências das respostas comportamentais e sociais aos riscos e eventos de risco, podendo influenciar a sociedade, a economia, a política e até mesmo a natureza do próprio risco (Kasperson et. al, 1988).

Figura 6 - Quadro conceitual que demonstra a relação entre os principais fatores que influenciam a percepção de risco das mudanças climáticas.



Fonte: Adaptado de Dhoomun (2016)

Com base na estrutura conceitual acima, os passos metodológicos adotados no presente trabalho foram resumidos no Quadro 2, e combinam revisão narrativa da literatura, aplicação *Survey* e análise de conteúdo.

Quadro 2 – Passos metodológicos adotados na pesquisa

Objetivos específicos	Métodos	Dimensões	Variáveis técnicas
1. Estabelecer marco teórico-conceitual	Revisão de literatura narrativa	Mudanças climáticas e Turismo	caracterização do setor de turismo
			Mitigação
			Adaptação
			Governança do setor
		Percepção de risco	Psicológica
			Sociocultural
			Integrativas
2. Examinar os fatores que podem influenciar as percepções de risco climáticos, dos membros do Conselho Nacional do Turismo;	Pesquisa <i>Survey</i>	2.1 Experiências passadas	2.1.1 Frequência e temporalidade da experiência direta com o perigo
		2.2 Comunicação	2.2.1 Acesso e confiança nas diferentes fontes e canais de informação
		2.3 Conhecimento e compreensão dos perigos e riscos	2.3.1 Níveis de conhecimento
		2.4 Confiança nas instituições	2.4.1 Capacidade de respostas nos níveis superiores
3. Explorar a relação entre os riscos percebidos e a disposição para condução de	Pesquisa <i>Survey</i> + Análise de Conteúdo	3.1 Atitude em relação ao risco percebido	3.1.1 Amplificação
			3.1.2 Atenuação

uma agenda climática para o setor.			
------------------------------------	--	--	--

Fonte: Elaborado pela autora com base em Kasperson et al, 1988; IPCC, 2014; Dhoomun, 2016.

3.1. Revisão da literatura

Devido ao seu caráter exploratório e aos objetivos estabelecidos, o protocolo utilizado para a revisão de literatura foi a revisão narrativa, aplicada para caracterizar o objeto de estudo e oferecer uma visão geral sobre o campo da percepção de risco e a sua relação com o turismo e as mudanças climáticas.

Apesar de adotar a revisão narrativa, alguns protocolos foram utilizados para identificar o *corpus* da pesquisa. Quando a busca era orientada a compreender cenários e o estado da arte de determinados temas, a ferramenta de busca utilizada foi o portal de Periódicos Capes e a base selecionada para pesquisa foi a *Web of Science*. Essa escolha buscou reduzir as chances de perder achados relevantes, sem ampliar demais a busca. Em alguns casos, o Google Acadêmico foi utilizado para encontrar arquivos específicos que não estavam disponíveis para leitura, por motivos diversos, nos acessos pela *Web of Science*.

Para selecionar os artigos, foram combinadas as seguintes palavras-chave e operadores booleanos: “risk perception” OR “climate change risk perception” AND “tourism” OR “travel” OR “tourist”.

Foram selecionados artigos empíricos e conceituais, que posteriormente foram lidos os resumos, títulos e palavras-chave para verificar a aderência ao objeto de pesquisa. A seleção dos estudos seguiu critérios subjetivos, que buscaram escolher aqueles artigos e documentos que pudessem auxiliar na construção dos argumentos necessários para a estruturação dos capítulos, oferecendo uma visão geral dos temas estudados, e usando um estilo de redação mais descritiva e interpretativa.

3.2. Pesquisa Survey

3.2.1. Desenvolvimento do questionário

O instrumento de coleta de dados foi desenvolvido utilizando como referência o estudo realizado por Dhommunn (2016) sobre a percepção de risco climático de atores-chave do turismo das Ilhas Maurício, adaptado ao escopo da pesquisa. Além das adaptações contextuais que considerarm características do território, época da aplicação da pesquisa, por

exemplo, a principal diferença está no fato de Dhommunn ter pesquisado a percepção de risco e as barreiras percebidas pelos *stakeholders* para a implementação da gestão das alterações climáticas, e a presente pesquisa se debruçou sobre a percepção de risco e as atitudes em relação ao risco percebido.

O formato digital foi considerado o mais adequado, portanto foi utilizada a ferramenta de formulários do Google, por ser gratuita e amplamente utilizada, o que amplia a possibilidade de familiaridade da maioria dos respondentes, reduzindo possíveis erros de acesso e problemas na manipulação do formulário. A Secretaria Executiva do CNT proveu apoio formal à pesquisa, disponibilizando lista de contatos das conselheiras e conselheiros. A pesquisa foi submetida e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP/CHS) da Universidade de Brasília (plataforma Brasil nº nº 78378224.10000.5540.). O CEP/CHS foi o primeiro comitê especializado na pesquisa social criado no Brasil, e seus trabalhos se restringem à revisão de estudos que utilizem técnicas qualitativas de levantamento e/ou análise de dados, tais como entrevistas, observações, *survey* ou questionários.

O questionário foi desenvolvido com perguntas fechadas, aplicando a escala Likert. A sua estrutura foi organizada em 10 seções, ordenadas em 03 blocos de perguntas que agruparam questões sobre: i) informes gerais, ii) aspectos que moldam a percepção de risco, e iii) Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

O primeiro bloco, com 03 seções, foi composto por: i) apresentação da pesquisa; ii) informe sobre Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e iii) dados pessoais do respondente.

O segundo bloco, contempla 05 seções: i) perfil socioeconômico ; ii) conhecimento e informação; iii) experiência passada; iv) comunicação; v) confiança nas instituições. As perguntas relacionadas ao perfil socioeconômico foram adicionadas à pesquisa no intuito de oferecer um contexto que pudesse auxiliar na interpretação das respostas, permitindo relacionar as percepções à algumas características específicas de cada grupo. As demais buscam compreender os níveis de percepção de risco e os fatores que podem atuar como modulares desta percepção. O terceiro bloco disponibiliza o TCLE em uma única seção.

3.2.2. Aplicação de teste

Para avaliar a pertinência das perguntas, clareza, estrutura, compreensão e tempo de preenchimento, foram enviados 06 questionários para respondentes de diferentes áreas de

atuação do turismo. Quatro participantes fizeram considerações de melhoria que foram posteriormente incorporadas à estrutura dos formulários.

3.2.3. Coleta de dados

Os formulários foram enviados por e-mail para a lista de membros titulares e suplentes do Conselho Nacional do Turismo. Posteriormente, a Secretaria Executiva do Conselho enviou lembretes para ampliar a taxa de resposta. O formulário ficou disponível no período de 19 de abril a 21 de junho de 2024. Nesse período, foram recebidas 26 (vinte e seis) respostas, das quais 25 (vinte e cinco) foram consideradas válidas. A resposta

descartada foi proveniente de uma pessoa que não era conselheiro, e este fato foi possível verificar segundo afirmação do próprio respondente, bem como pela conferência com a lista de membros, disponibilizada pela Secretaria Executiva do CNT.

A pesquisa inicialmente previa a aplicação de método quantitativo com o objetivo de verificar o padrão de respostas entre os gestores do CNT. A baixa taxa de resposta (25,53%) impossibilitou a extrapolação dos dados e redirecionou a metodologia da pesquisa para uma análise dos aspectos qualitativos da amostra, sem a formação de subgrupos amostrais, como inicialmente previsto. Dessa forma a metodologia da pesquisa, que à princípio teria um viés quantitativo, foi revista, assumindo o perfil exclusivamente qualitativo.

Os dados do formulário dos participantes foram tabulados e analisados com auxílio da Planilha Google e, posteriormente, foram elaborados os gráficos de escala Likert utilizando o *software* Microsoft Excel.

3.3. Análise de Conteúdo

Para explorar como o tema da mudança climática e seus riscos são tratados no âmbito das reuniões do Conselho, foi aplicada a análise de conteúdo. Segundo SAMPAIO e LYCARIÃO (2021, p. 06):

Análise de conteúdo é uma técnica de pesquisa científica baseada em procedimentos sistemáticos, intersubjetivamente validados e públicos para criar inferências válidas sobre determinados conteúdos verbais, visuais ou escritos, buscando descrever, quantificar ou interpretar certo fenômeno em termos de seus significados, intenções, consequências ou contextos

A unidade amostral foi composta por três atas de reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Nacional do Turismo. As atas se referem as reuniões realizadas no período compreendido de agosto de 2023 a outubro de 2024⁵. O universo amostral considerou a primeira ata com a composição atual do CNT para o mandato do biênio 2023/2025, após a publicação do Decreto nº 11.623 de 01 de agosto de 2023.

O percurso de análise seguiu três etapas: pré-análise; exploração do material; tratamento e interpretação dos dados, recorrendo à técnica de análise de conteúdo temática por frequência. Na primeira etapa, foi realizada uma leitura exploratória das atas, com o intuito de compreender o formato e a dinâmica das reuniões. Na etapa seguinte, o material foi revisitado para a realização dos recortes do texto, com o objetivo de estabelecer os códigos e as categorias de análise.

Na fase de tratamento e interpretação dos dados, foram definidos 31 códigos e 05 categorias analíticas, observando os temas abordados em reunião: Estrutura e funcionamento do Conselho, Desenvolvimento do Turismo, Desafios do Setor, Iniciativas do Ministério do Turismo e Mudanças Climáticas. Para apresentação das categorias e códigos foi elaborado um diagrama utilizando-se o software *EdrawMind*, disponível na seção “5. Resultados e Discussão”.

De forma complementar, foram analisadas duas memórias de reunião da Câmara Temática de Sustentabilidade e Ações Climáticas. Por ser uma memória de reunião, o documento não oferece muitos elementos para aplicação de análise de conteúdo, portanto, as etapas de análise envolveram as fases de pré-análise e interpretação dos dados.

⁵ Houve ainda outras duas reuniões no período: 61ª reunião ordinária ocorrida em 10 de agosto de 2024 e uma reunião extraordinária ocorrida em 10 de setembro de 2024, no entanto as atas não se tornaram públicas devido aos trâmites burocráticos que envolvem elaboração e aprovação das atas pela plenária do Conselho.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Perfil dos Respondentes

Entre os órgãos e entidades que responderam à pesquisa, dezoito são representações da iniciativa privada e sete do setor público ou de entidades permanentes do CNT⁶. Embora a pesquisa tenha sido aplicada a todos os membros do Conselho, a maioria dos participantes (15) exerce a função de conselheiro(a) suplente.

Ainda que as mulheres ocupem menos da metade dos assentos no Conselho Nacional do Turismo (30,85% entre titulares e suplentes), elas foram a maioria entre os respondentes, somando quatorze participantes. Dessas, dez se identificaram como brancas e dez têm entre 36 e 50 anos, com um alto nível de escolaridade – sete possuem mestrado ou doutorado. Entre as mulheres respondentes, apenas cinco ocupam a cadeira de titular.

Apesar da composição de gênero do Conselho ser predominantemente masculina, dado a adesão feminina à pesquisa, sugere que entre os membros do CNT, as mulheres demonstraram maior sensibilidade em relação ao tema das mudanças climáticas, indicando uma possível influência de gênero no engajamento de temas relacionados a mudanças climáticas. No entanto, este indicativo deve ser analisado com maior profundidade em futuras pesquisas.

Embora, com base na literatura, não se possa afirmar de forma categórica que as mulheres apresentam maior sensibilidade às questões relacionadas às mudanças climáticas, alguns estudos sugerem que as mulheres são mais sensíveis aos riscos em geral, e esta sensibilidade aumentada pode se aplicar às mudanças climáticas (CARBALLO; LEÓN; CARBALLO, 2022; SELLERS, 2016). Todavia, é fundamental ressaltar que a vivência das mulheres em relação às mudanças climáticas é diversa e pode ser influenciada por fatores como localização geográfica, nível socioeconômico e contexto cultural (SELLERS, 2016), portanto uma maior percepção de risco pode estar associada a desigualdades estruturais e à atribuição de papéis sociais que posicionam as mulheres em posição de maior vulnerabilidade (SELLERS, 2016; CARBALLO, LEÓN e CARBALLO, 2022). Assim, enquanto as mulheres, especialmente aquelas em condições de maior vulnerabilidade, podem estar mais

⁶ O Decreto nº 11.623 de 01 de agosto de 2023 define nominalmente os 41 órgãos e entidades permanentes que formam o Conselho Nacional do Turismo. Entre as entidades permanente figuram, além das representações ministeriais e entidades do Sistema S, entidades que representam um determinado conjunto de órgãos públicos, como é o caso do Fórum Nacional dos Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo (Fornatur), Associação Nacional de Secretários e Dirigentes de Turismo (Anseditur) e Confederação Nacional de Municípios (CNM).

expostas e, portanto, mais atentas aos riscos climáticos, o cenário entre homens, particularmente em países mais ricos, revela uma tendência oposta.

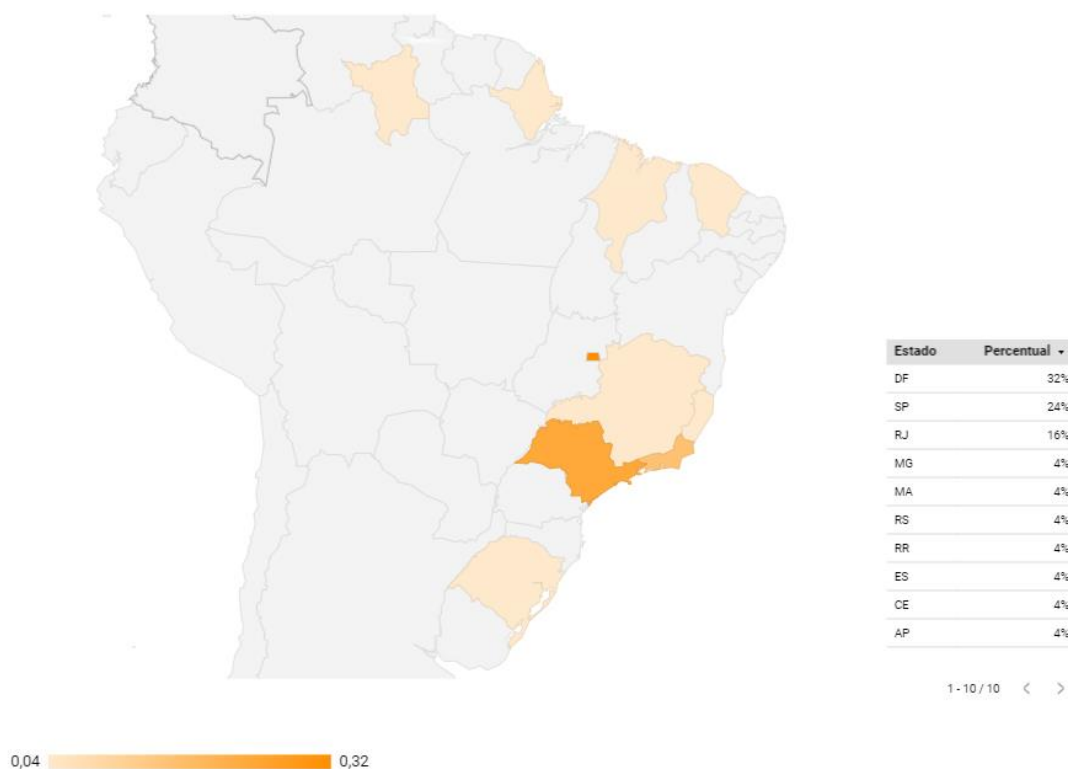
Estudo de BUSH e CLAYTON (2023) indica que homens, que vivem em países mais ricos, tendem a apresentar menor preocupação com as mudanças climáticas em comparação às mulheres. Essa diferença de gênero nas preocupações climáticas pode ser interpretada como reflexo de um custo psicológico adicional para aqueles que se beneficiam das atuais hierarquias socioeconômicas, grupo no qual os homens estão mais amplamente representados (BUSH; CLAYTON, 2023).

Quanto à representação racial, de modo geral, 88,5% dos participantes se identificam como pessoas brancas (16) ou pardas (06). A amostra apresenta uma baixa representatividade de pessoas que se declaram negras (02) ou indígenas (01). Não houveram participantes com menos de 36 anos. Quase 72% têm entre 36 e 50 anos (18), enquanto os demais estão na faixa etária de 51 anos ou mais.

Com relação ao nível de escolaridade, a amostra é representada por pessoas, em sua maioria, com formação superior 26,9% (07) ou pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* - mestrado (09), especialização (04), doutorado (03) e pós-doutorado (01) - e uma pessoa com nível médio de formação escolar.

A maioria dos respondentes (56%) residem no Distrito Federal/Brasília (08) e São Paulo (06). Os demais são do estado do Rio de Janeiro (04), Espírito Santo (01), Minas Gerais (01), Amapá (01), Roraima (01), Ceará (01), Maranhão (01), Rio Grande do Sul (01).

Gráfico 5 - Representação dos respondentes do questionário de pesquisa por Unidade da Federação



Fonte: Elaborado pela autora

4.2. Percepção de Risco dos participantes

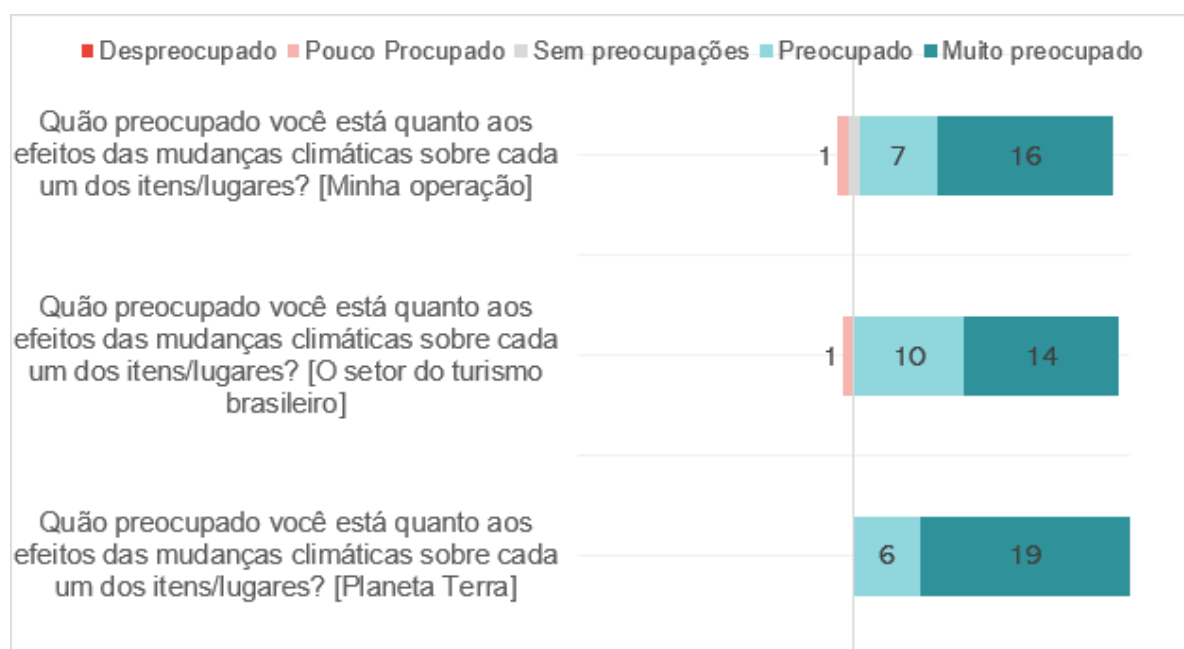
A avaliação das percepções de risco das mudanças climáticas pelos membros do Conselho Nacional do Turismo foi realizada medindo os níveis de preocupação com as mudanças climáticas e as características percebidas. Entre as características percebidas estão o início e graduação dos impactos e a gravidade das mudanças climáticas em três escalas: o Planeta Terra, o setor de turismo e as operações turísticas individuais de cada respondente. A investigação nos três níveis buscou compreender se na percepção dos participantes há relação entre a estabilidade dos sistemas planetários e a manutenção das atividades turísticas.

4.2.1. Níveis de Preocupação

Quando perguntados sobre o nível de preocupação quanto aos efeitos das mudanças climáticas sobre o planeta, sobre o setor de turismo e sobre a sua operação turística em específico, as respostas se mantiveram com níveis similares de preocupação nas três escalas. Todos se declararam preocupados (06) ou muito preocupados (19) com os efeitos das mudanças climáticas sob o planeta. No entanto, para parte das pessoas muito preocupadas com o planeta (14), os efeitos das mudanças climáticas não seriam tão perturbadores

considerando os seus impactos sobre o turismo. Curiosamente, este número volta a subir quando se observam as operações específicas de cada respondente (16). Percebe-se que há uma percepção da relação entre os efeitos das mudanças climáticas sobre os sistemas planetários e a estabilidade das operações turísticas, inferindo-se que existe um entendimento sobre a correlação entre a manutenção do equilíbrio do planeta e a estabilidade do setor.

Gráfico 6 - Nível de preocupação dos efeitos das mudanças climáticas sobre o Planeta, sobre o setor de turismo e sobre a sua operação turística



Fonte: Elaborado pela autora

4.2.2. Início e graduação dos Impactos das Mudanças Climáticas

A maioria dos respondentes entende que as mudanças climáticas já causam impactos tanto no planeta, quanto no setor de turismo, bem como em sua operação turística de forma específica.

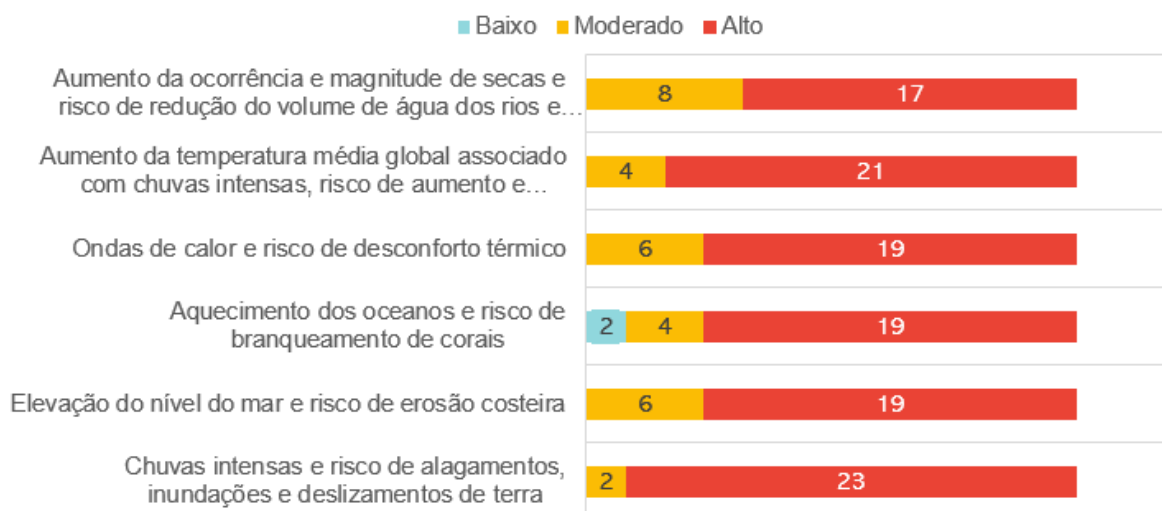
Gráfico 7 - Percepção sobre o impacto das mudanças climáticas ao longo do tempo em relação ao Planeta, ao setor de turismo e a sua operação turística



Fonte: Elaborado pela autora

Entre os eventos climáticos percebidos como mais severos para o setor de turismo, a ameaça de chuvas intensas, com risco de alagamentos, inundações e deslizamentos de terra, foi indicada por 23 respondentes (92%) como tendo um alto grau de impacto. Em seguida, destaca-se o risco de proliferação descontrolada de arboviroses, devido ao aumento da temperatura média global associado às chuvas intensas percebido como de alto risco por 23 participantes (84%), a elevação do nível do mar e a erosão costeira, ondas de calor e desconforto térmico, o aquecimento dos oceanos e o branqueamento de recifes de coral foram considerados como fatores e alto risco para o setor de turismo por 19 respondentes (76%). Por fim, 17 participantes (68%) apontaram a redução do volume dos rios e o aumento da frequência de incêndios florestais, resultantes da maior incidência de secas, como preocupações significativas. O único risco considerado de baixo impacto para o setor turístico, por 2 respondentes, foi o branqueamento de recifes de coral.

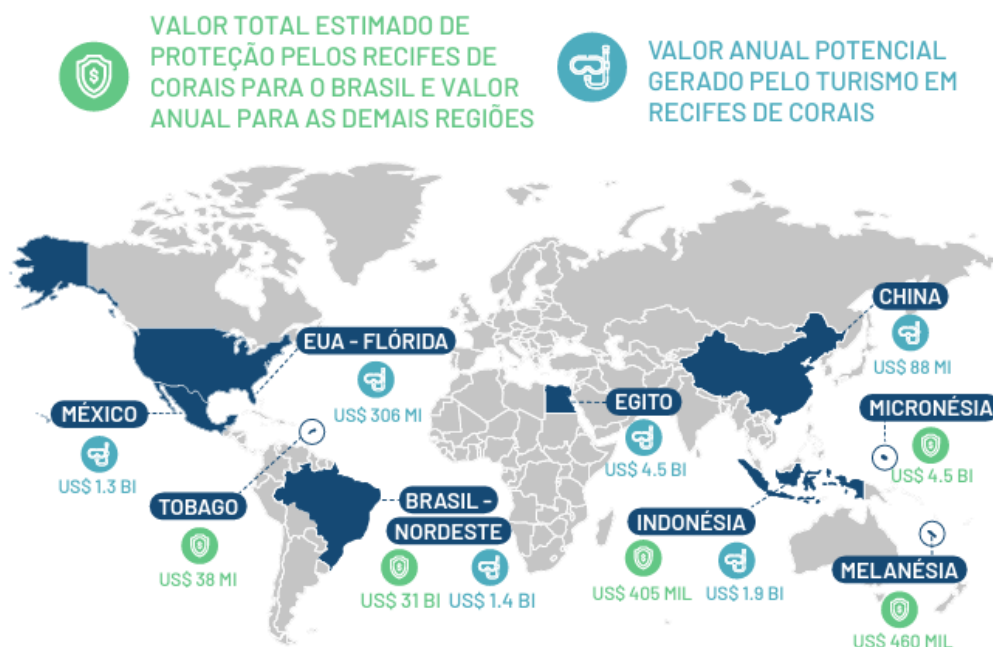
Gráfico 8 - Percepção sobre em que grau cada um dos riscos climáticos listados pode afetar o setor de turismo



Fonte: Elaborado pela autora

Os recifes de coral desempenham um papel estratégico na manutenção da atratividade do turismo de Sol e Praia, principal segmento turístico para o mercado nacional e internacional do turismo no Brasil. Estima-se que as atividades turísticas relacionadas aos recifes de coral geram cerca de US\$ 35,8 bilhões anualmente em todo o mundo, considerando os benefícios indiretos como praias arenosas, águas calmas e paisagens, e o valor diretamente ligado a atividades sub aquáticas como mergulho e *snorkeling* (SPALDING et al., 2017).

Figura 7 - Mapa com os valores estimados gerados pelos recifes de coral em proteção costeira e turismo no mundo



Fonte: Oceano sem Mistério. Publicação elaborada pela Fundação Grupo Boticário e Bloom Ocean

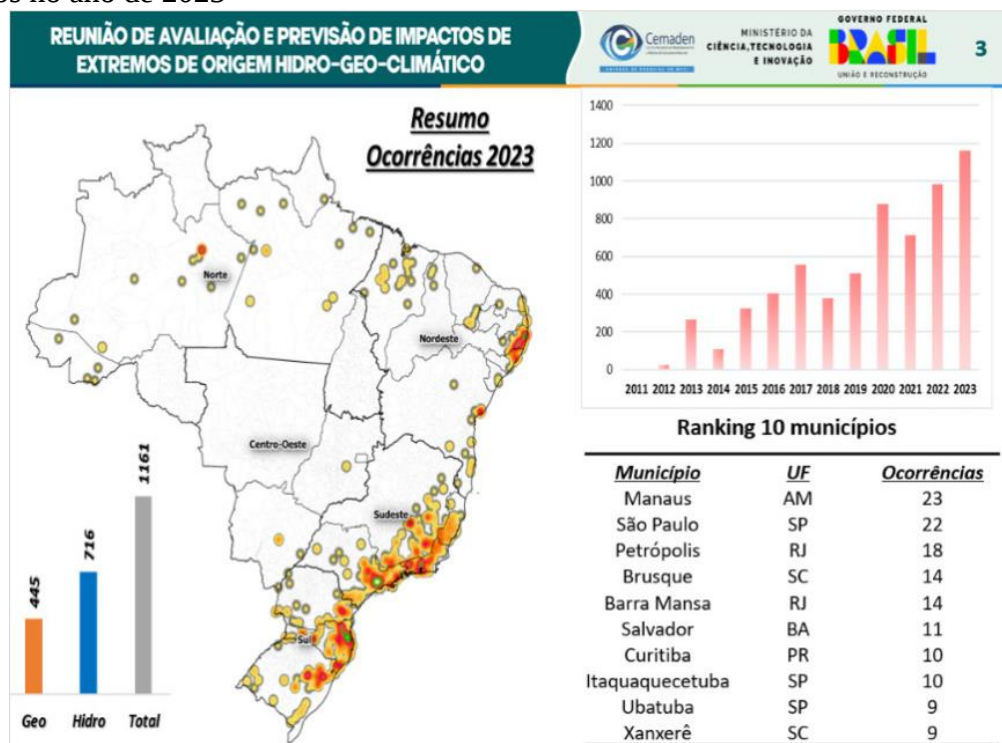
No Brasil, os ambientes recifais se concentram na região nordeste, se estendendo por 3.000 km ao longo da costa desde o Maranhão até o sul da Bahia. Estudo recente afirma que para cada 1 km² de recifes de coral, US\$ 12.2 milhões são gerados pelo turismo (FUNDAÇÃO GRUPO BOTICÁRIO; BLOOM OCEAN, 2023). Contudo, o branqueamento de corais – registrado na costa brasileira desde 1993 – tem se intensificado nos últimos anos devido ao aquecimento dos oceanos, afetando diversos trechos da costa brasileira, como Porto de Galinhas e Fernando de Noronha (PE), Abrolhos (BA) e Atol das Rocas (RN) (ABDALA, 2024; LEÃO, KIKUCHI TESTA, 2003). A baixa percepção de parte dos respondentes acerca dos riscos associados ao branqueamento, pode estar parcialmente atribuída ao acesso restrito à informação, já que esses eventos raramente recebem cobertura da mídia convencional e tendem a ser acompanhados mais de perto por indivíduos com formação científica ou interesse ambiental específico.

A divergência entre o risco técnico, calculado por especialistas, e a percepção de risco do indivíduo leigo, é um tema recorrente na literatura sobre análise de risco. Enquanto os primeiros tendem a se concentrar em probabilidades estatísticas de danos, a percepção dos “indivíduos comuns” é influenciada por emoções, valores e experiências pessoais. Os resultados do estudo de SHAKEELA e BECKEN (2015) sobre a percepção dos líderes do turismo sobre os riscos da mudança climática nas Maldivas, reforçam essa ideia. Os especialistas, com acesso direto à informação científica, tendem a quantificar as

probabilidades e consequências dos riscos, enquanto a percepção do público é baseada em uma combinação de fatores, como experiências pessoais, informações da mídia, comunicação interpessoal e crenças culturais.

A maior percepção de risco relacionada aos eventos hidrológicos pode estar parcialmente associada ao aumento da frequência e intensidade dos eventos climáticos envolvendo chuvas severas no Brasil. Nos últimos anos, este tipo de evento tem gerado consequências significativas, incluindo impactos para o turismo. Em 2023, o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN) registrou o maior número de ocorrências de desastres hidrológicos desde a sua criação, com 716 eventos de enchentes e transbordamentos (MCTI, 2024). São Paulo e no Rio de Janeiro, onde residem 40% dos participantes da pesquisa, é uma das regiões onde é recorrente este tipo de ocorrência, o que pode ter acionado moduladores de risco, como experiências pessoais.

Figura 8 - Mapa do Brasil com o resumo das ocorrências de desastres relacionados a eventos hidrológicos no ano de 2023



Fonte: Elaborado pelo CEMADEN e disponível no site do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Além disso, os conselheiros e conselheiras que responderam à pesquisa e que não vivem em regiões afetadas por este tipo de impacto, sofrem influência da repercussão midiática.

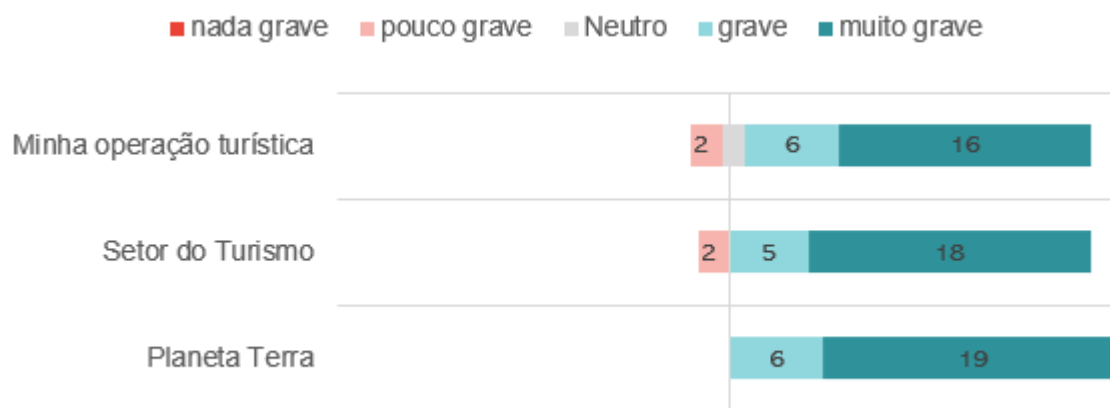
De forma semelhante, a experiência passada e a comunicação podem estar parcialmente associadas à maior preocupação com o risco de descontrolado de arboviroses decorrente, em parte, do crescimento da pluviosidade e do aumento das temperaturas. O país enfrentou recentemente um aumento dos casos de dengue, com um crescimento expressivo em 2024, em que os registros chegaram a mais de 6,5 milhões de casos prováveis até outubro. Este número significa um aumento de 400% em relação a 2023 (COFEN, 2024). Entre os estados mais afetados estão Distrito Federal, São Paulo e Rio de Janeiro (Ministério da Saúde, 2024), onde vivem a maior parte dos conselheiros e conselheiras respondentes.

O desconforto térmico em razão das frequentes ondas de calor, também tem sido um fenômeno recorrente no país. Em 2023 e 2024, várias regiões registraram temperaturas até 15°C acima da média histórica, especialmente nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, onde as temperaturas chegaram perto de 45°C (EXAME, 2023), confirmando as tendências de aquecimento mais intenso no Brasil, ao longo do século XXI (AVILA-DIAZ et al., 2020).

4.2.3. Gravidade das consequências em relação aos Impactos das Mudanças Climáticas

Ao serem questionados sobre a gravidade das consequências das mudanças climáticas para os sistemas terrestres, para o setor de turismo e para suas operações específicas, as percepções indicam uma elevada preocupação com todas as esferas mencionadas. Todos os respondentes classificam as consequências das mudanças climáticas para o planeta como graves ou muito graves. Esse percentual diminui ligeiramente quando se refere às repercussões para o setor de turismo (92%) e, de forma mais específica, para suas operações (88%). Esses resultados refletem uma preocupação elevada e sugerem que, para a amostra, há uma relação direta entre a estabilidade do planeta e a viabilidade das atividades turísticas.

Gráfico 9 - Percepção sobre gravidade das mudanças climáticas caso nada seja feito para reduzir seus efeitos



Fonte: Elaborado pela autora

4.3. Fatores moduladores das Percepções de Risco

Esta seção busca compreender os fatores que calibram a percepção de risco dos membros do Conselho Nacional do Turismo. Com base na literatura sobre percepção de risco, foram determinadas quatro variáveis que interferem como amplificadores ou atenuadores desse processo: conhecimento e informação, comunicação, experiência passada e confiança nas instituições.

4.3.1. Conhecimento e Informação

A relação entre informação e conhecimento sobre mudanças climáticas foi avaliada combinando dois tipos de perguntas. A primeira abordou a autopercepção dos participantes quanto ao nível de informação que acreditam possuir sobre o tema. A segunda apresentou uma série de afirmações verdadeiras e falsas sobre mudanças climáticas, com o objetivo de mensurar o grau de concordância de cada respondente, permitindo uma análise mais precisa do conhecimento efetivo sobre o assunto.

Quando perguntados sobre como se sentem quanto ao nível de informação que consideram ter sobre as mudanças climáticas, a maioria dos respondentes considera ter alguma informação (15 participantes) e 09 participantes se consideram muito bem informados (09). Apenas 01 (um) respondente avalia que é pouco informado sobre as mudanças climáticas.

Quando agrupadas as respostas por representação de entidades permanentes/públicas e setor privado, a maioria dos representantes do setor público manifesta que é muito bem

informado (57,14%). Em contraponto, na representação das entidades privadas, que contabiliza 72% da amostra, este percentual cai para 27,78%.

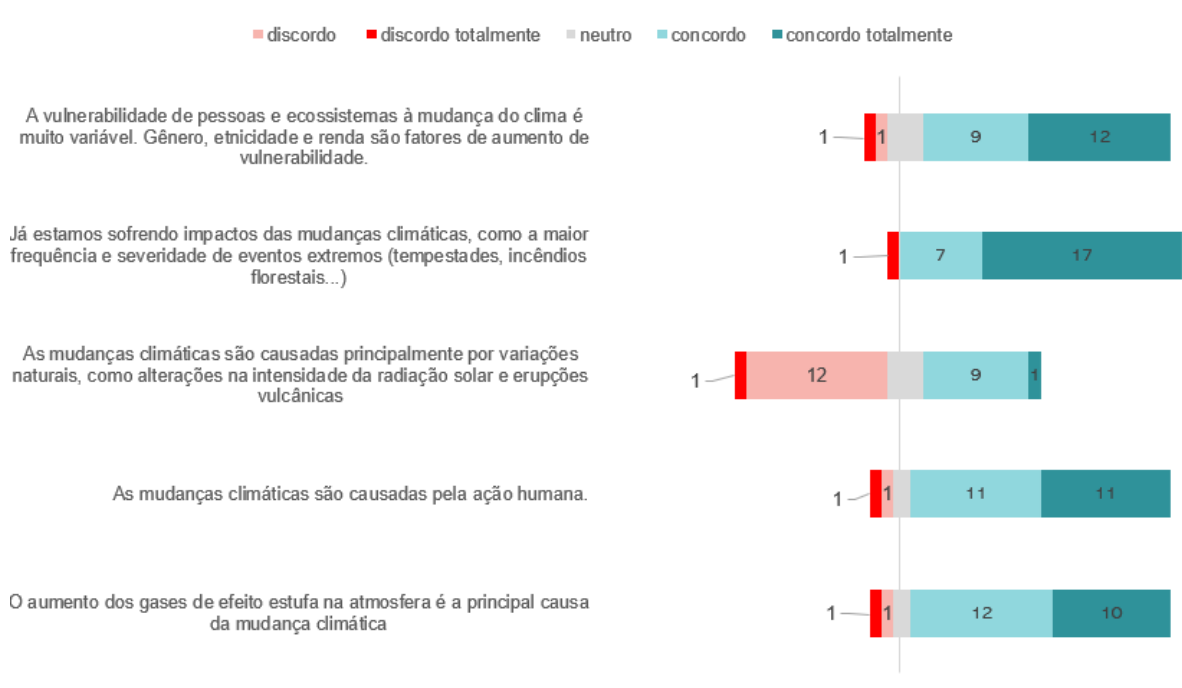
Apesar de, no geral, os respondentes demonstrarem algum nível de conhecimento, com graus de concordância mais altos para as afirmações verdadeiras e grau de discordância maior para a única afirmação falsa, as manifestações revelaram que há menos familiaridade com os aspectos relacionados às causas das mudanças climáticas do que com aqueles relacionados às suas consequências.

Dois terços dos participantes acreditam fortemente que já estamos sofrendo os impactos das mudanças climáticas, e muitos acreditam que há diferenças entre a forma como cada pessoa e ecossistema experimenta seu impacto.

Cerca de 40% dos participantes (11 pessoas) têm convicção de que as mudanças climáticas são causadas pela ação humana e geradas pela maior concentração de gases de efeito estufa na atmosfera. Este percentual dobra, se considerarmos aqueles com algum grau de concordância. Apesar da maioria dos respondentes discordarem que as mudanças climáticas são causadas principalmente por fenômenos naturais como erupções vulcânicas, 40% (10 pessoas) manifestaram concordância com esta afirmação. Este tipo de engano foi revelado em outros estudos onde a amostra concorda ou diz não saber se as mudanças climáticas são causadas naturalmente por variações na energia solar, radiação e erupções vulcânicas (DHOMUNN, 2016). Os resultados sugerem uma elevada autopercepção e um conhecimento incompleto sobre as mudanças climáticas, no entanto, parece não influenciar negativamente o nível de consciência que os participantes possuem sobre os riscos que as mudanças climáticas representam para o turismo.

A literatura demonstra que a informação e o conhecimento desempenham um papel importante na forma como os indivíduos percebem e respondem aos riscos (SLOVIC, 1987). No entanto, como a percepção de risco é moldada por uma série de variáveis que vão além da informação objetiva, as experiências pessoais, os valores culturais e os vieses cognitivos podem modular a forma como a informação influencia o senso de perigo (JOHNSON e SWEDLOW, 2021; TVERSKY e KAHNEMAN, 1974).

Gráfico 10 - Distribuição das respostas às afirmações sobre mudanças climáticas usadas para medir o conhecimento



Fonte: Elaborado pela autora

4.3.2. Experiência Passada

Viver uma situação pessoal onde haja a materialização de perigos, é um dos principais preditores da ampliação da percepção de risco, modulando inclusive outras variáveis como a confiança nas instituições. Para identificar o contato direto dos respondentes com situações onde o impacto das mudanças climáticas já se manifestou no ambiente, foram aplicadas duas perguntas relacionadas a frequência e a temporalidade da experiência concreta.

De acordo com os dados da amostra, 84% dos entrevistados (21) afirmaram ter experimentado alguma alteração em seu ambiente ou impacto associado às mudanças climáticas. A maioria (54%) afirmou ter vivenciado tais impactos entre 02 e 05 anos atrás, no período de 2018 a 2022, enquanto 23% indicaram ter sentido os efeitos das mudanças climáticas no último ano (2023), 9,5% reconhecem ter vivido experiências há mais de 05 anos (antes de 2018), e 14,3% apontaram ocorrências no presente ano (2024)⁷.

Para Slovic (1987), experiências pessoais e emocionais podem ter um impacto mais forte na percepção de risco do que informações que podem ser consideradas abstratas. A

⁷ A pesquisa foi aplicada no primeiro semestre de 2024, no período de maio a junho.

experiência direta com riscos, como eventos climáticos incomuns, pode amplificar as percepções de risco. As pessoas que vivenciaram esses eventos tendem a ter uma maior consciência dos perigos potenciais, e são mais propensas a considerá-los sérios (SHAKEELA E BECKEN, 2015).

VAN DER LINDEN (2014) explora a interação entre experiência vivida, heurística do afeto e cognição para estudar a percepção de risco da mudança climática entre indivíduos britânicos. Os resultados encontrados sugerem que a experiência pessoal com eventos climáticos extremos predispõe as pessoas a perceber o risco das mudanças climáticas, e esse processo, por sua vez, influencia suas emoções.

O Brasil tem experimentado nos últimos anos uma série de impactos relacionados com secas severas, chuvas intensas e ondas de calor. Portanto, o elevado percentual de conselheiros e conselheiras respondentes que declararam ter experimentado mudanças em seu ambiente ou consequências associadas às mudanças climáticas pode, em parte, explicar os níveis elevados de percepção de risco observados.

Bertoldo (2021) utiliza o conceito de objetificação do risco para explicar como os indivíduos reagem ao risco após experimentarem uma situação concreta. Ela argumenta que embora o conhecimento científico sobre riscos tenha se tornado compreensível e aplicável a diferentes contextos, as sociedades ainda enfrentam dificuldades em reagir às ameaças consideradas abstratas ou distantes, como as mudanças climáticas. Assim, ao vivenciar consequências diretas ou indiretas de eventos naturais, grupos sociais utilizam imagens e emoções compartilhadas para facilitar a objetivação do risco, tornando-o mais concreto e fácil de comunicar.

4.3.3. Comunicação

A amplificação ou atenuação do risco ocorre quando informações sobre o perigo são processadas e retransmitidas por diversos canais, conhecidos na estrutura da amplificação social do risco como "estações de amplificação". Segundo a SARF, esse processo coloca a comunicação em um papel central na construção da percepção de risco (KASPERSON, 2022). Nesse contexto, o processamento da informação é influenciado pela interação entre características da fonte, o modo de transmissão pela mídia, o nível de confiança e as interações sociais.

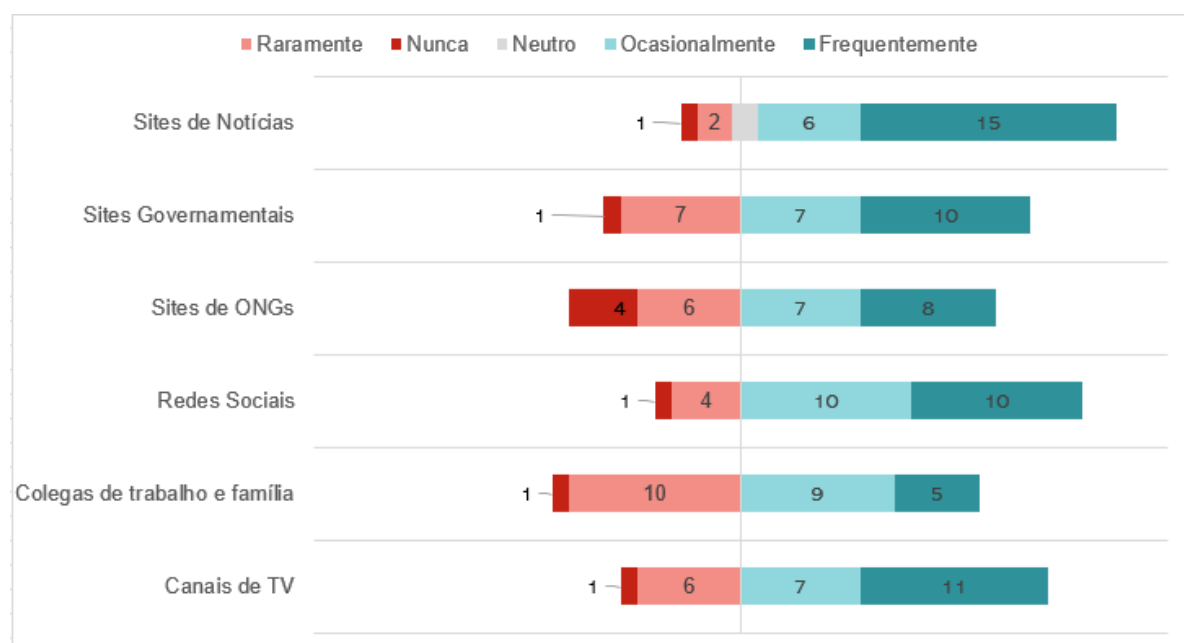
Esta parte da pesquisa busca compreender o acesso à informação e a confiança nas diferentes fontes e canais de comunicação que são usados para obter informações sobre

mudanças climáticas. Para medir o acesso à informação, a amostra foi convidada a avaliar, numa escala que varia de “nunca” a “frequentemente”, cinco diferentes canais de informação.

Para medir o nível de confiança nas diferentes fontes de informação, os conselheiros e conselheiras foram convidados a avaliar seis atores institucionais envolvidos no processo de produção de informações sobre mudanças climáticas. Destaca-se que as fontes não correspondem necessariamente aos canais de informação, pois um canal pode recorrer a diferentes fontes para estruturar e apresentar o conteúdo.

Entre os canais de comunicação apresentados, 15 entrevistados (60%) disseram acessar frequentemente *sites* de notícias, enquanto 6 pessoas (24%) o fazem de forma ocasional. Os resultados de acesso às redes sociais e *sites* governamentais e de ONGs tornam a internet o principal canal de informação utilizado pela amostra para obter dados sobre mudanças climáticas, seguida por canais de televisão (18 respondentes), e interações com colegas de trabalho e familiares (14 respondentes).

Gráfico 11 - Frequência da busca por informações sobre as mudanças climáticas em diferentes canais de comunicação



Fonte: Elaborado pela autora

O resultado é reflexo da popularização do acesso à internet que emerge com o aumento da conectividade, especialmente por meio de dispositivos móveis, uma realidade que

impacta inclusive as dinâmicas de relacionamento entre empresas, governos e instituições com os seus públicos. Porém, a disseminação rápida e ampla de *fake news* e a superficialidade das informações, em especial nas mídias sociais, é um ponto que afeta em especial a qualidade e a credibilidade das informações sobre mudanças climáticas.

Um estudo de AL-RAWI et al. (2021) analisou 6,8 milhões de *tweets* mencionando *fake news*, focando naqueles que se referiam a "mudanças climáticas" e/ou "aquecimento global". A maioria dos *tweets* mais retuitados (55,8%) negava a existência das mudanças climáticas ou afirmava que elas não eram causadas pela atividade humana.

Pesquisa semelhante de DRUMMOND, SIEGRIST e ÁRVAI (2020) descobriu que a exposição a *fake news* sobre o clima teve um impacto relativo nas crenças sobre a mudança climática e na percepção do consenso científico. Os participantes expostos a notícias falsas tenderam a demonstrar menor crença na influência antropogênica sobre as mudanças climáticas, e estimaram um consenso científico menor do que aqueles no grupo de controle.

A pesquisa não se aprofundou em levantar informações quanto ao tipo de informação e suas fontes específicas. No entanto, os participantes demonstraram ter um alto nível de consciência sobre os riscos das mudanças climáticas, portanto, infere-se que a comunicação não se mostrou como um fator atenuador da percepção de risco.

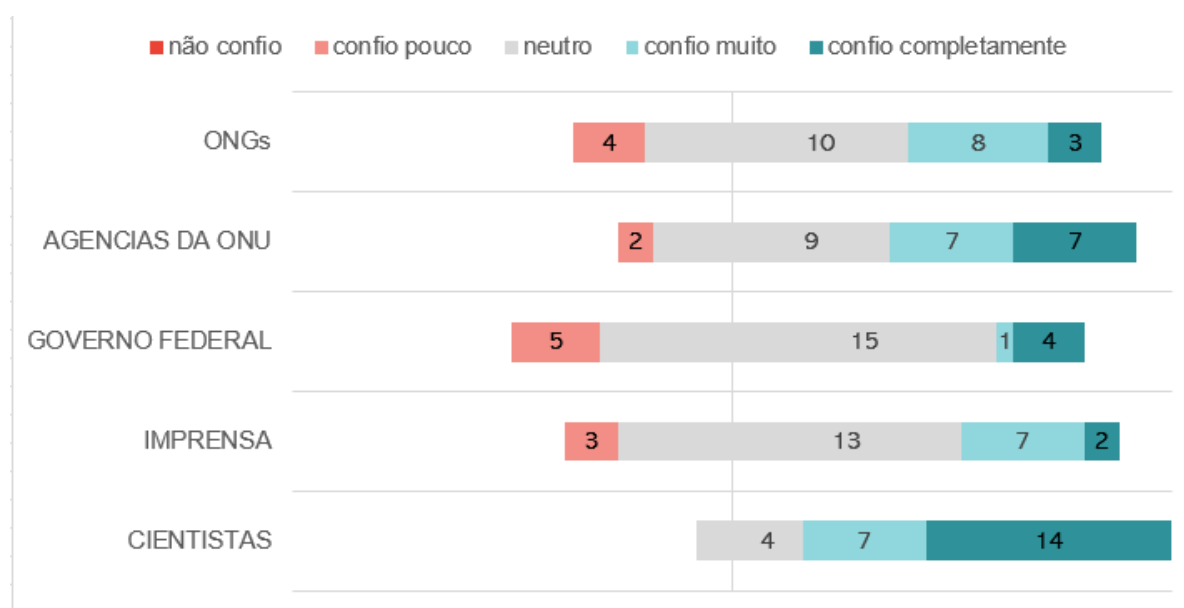
Os resultados demonstram ainda que embora as fontes de informação especializadas - agências governamentais e meios de comunicação - sejam as mais acessadas, mais da metade dos respondentes recorrem aos amigos, familiares e vizinhos, para buscar informações.

Ainda que fontes não especializadas possam variar na precisão técnica das informações que fornecem, elas têm o benefício de serem altamente interativas e individualizadas. Portanto, este não é um número irrelevante. BRENKERT-SMITH et al. (2013) entendem que a comunicação interpessoal e as interações sociais desempenham um papel importante na formação das percepções de risco. Eles avaliam que a informação proveniente de amigos, familiares e vizinhos pode ser particularmente influente, pois é frequentemente vista como mais pessoal e relevante para as experiências cotidianas.

No Gráfico 11, que demonstra a variação entre os níveis de confiança nas informações relativas às mudanças climáticas oferecidas por diferentes atores, observa-se uma incerteza em relação a todas as fontes, exceto os cientistas, que desfrutaram de um elevado grau de confiança (21 participantes). Embora os participantes relacionem acessar a mídia com maior frequência para obter informações sobre o tema, a confiança no conteúdo produzido pela imprensa é baixa, com apenas 36% dos entrevistados (9 participantes) declarando confiar nas informações elaboradas e validadas por jornalistas e meios de comunicação.

A confiança nas fontes de informação especializadas pode variar, influenciando a forma como a informação é interpretada e assimilada (BRENKERT-SMITH et al, 2013). O estudo de DONG, HU e ZHU (2018) revela que a credibilidade da fonte modera a relação entre informação e ação climática. Segundo os autores, o efeito da informação sobre a percepção de risco e, conseqüentemente, sobre a ação climática é significativamente maior quando a fonte da informação é percebida como confiável.

Gráfico 12 - Confiança no que dizem as diferentes fontes de informação sobre as mudanças climáticas

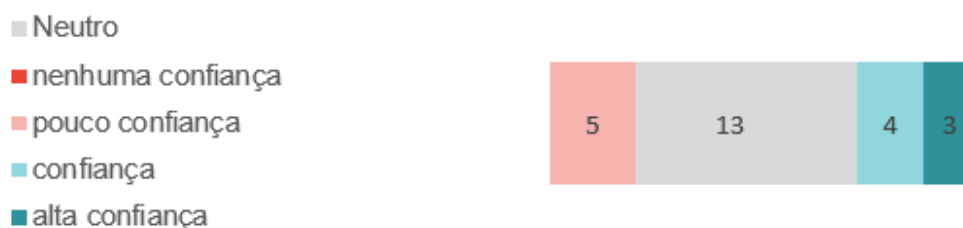


Fonte: Elaborado pela autora

4.3.4. Confiança nas Instituições

O Gráfico 12, demonstra a percepção sobre a capacidade de resposta das autoridades, e das políticas disponíveis nos níveis superiores, avaliada com base no grau de confiança que os participantes têm nas instituições responsáveis pela gestão dos efeitos das mudanças climáticas. Em uma escala que varia de "nenhuma confiança" a "alta confiança", apenas 7 respondentes afirmam ter confiança nas instituições, enquanto 13 participantes demonstram alguma confiança e 5 pessoas indicam ter pouca confiança nessas organizações.

Gráfico 13 - Nível de confiança nas instituições quanto a gestão dos efeitos das mudanças climáticas



Fonte: Elaborado pela autora

A sensação de insegurança diante da suposta incapacidade institucional em gerir os riscos da mudança climática para o turismo, pode ser um dos fatores que interferem na alta percepção de risco dos participantes. Segundo a teoria do paradigma psicométrico, a percepção sobre o grau de controle do risco é uma das variantes que modulam o medo, logo quando os indivíduos acreditam que os riscos são controláveis por ações institucionais, a percepção de risco tende a diminuir. Nesse contexto, quando as instituições não são percebidas como competentes e eficazes na gestão de riscos, a confiança diminui e a percepção de risco é amplificada (CHASSANG, ROHMER e CHAUVIN, 2024).

4.4. Atitudes em Relação ao Risco

Esta seção estuda como a alta consciência sobre os riscos que as mudanças climáticas podem gerar para o turismo se manifesta em eventuais impactos subjacentes ao risco concreto.

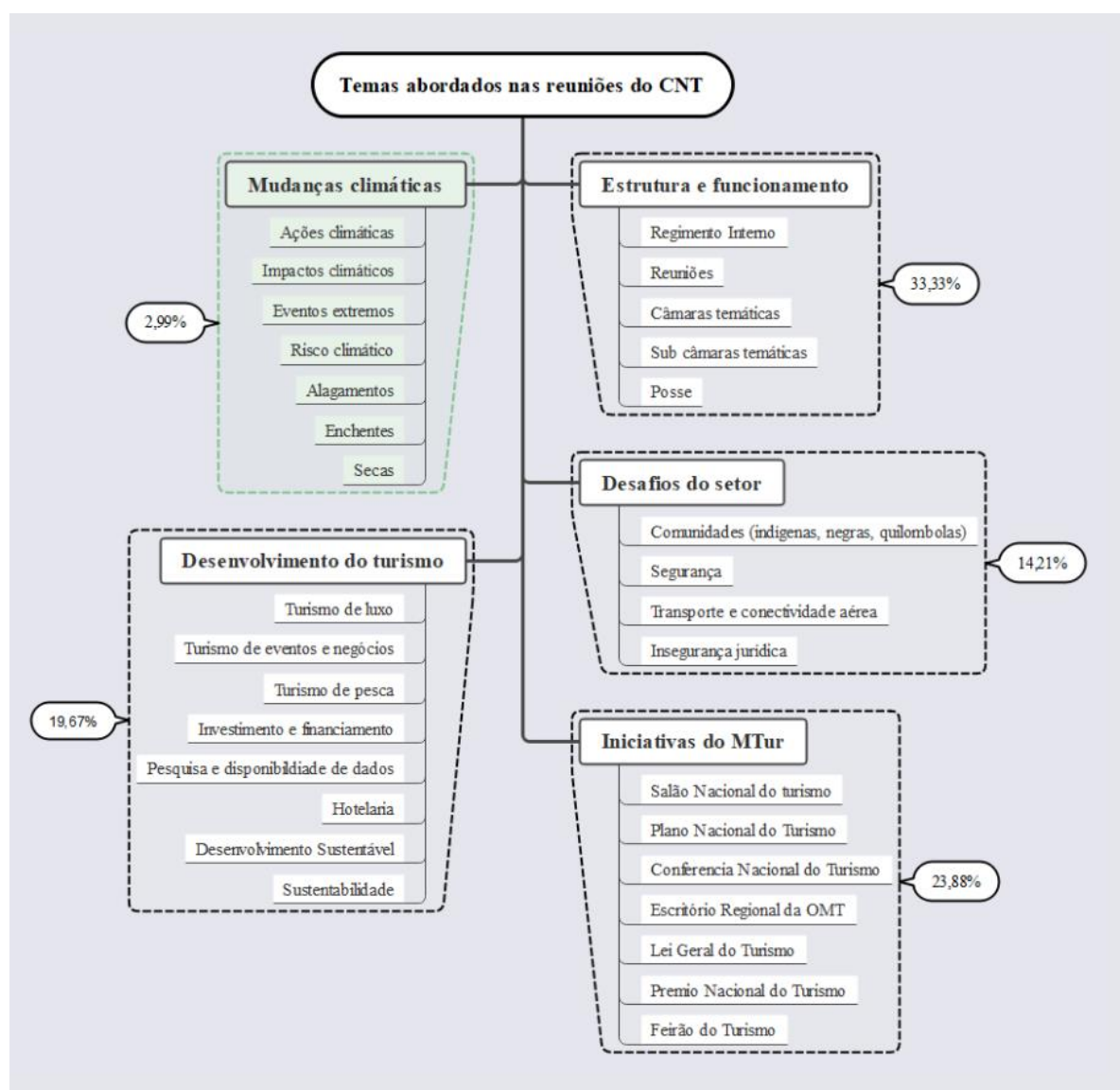
Estes impactos serão medidos observando os níveis de relevância e responsabilidade atribuídos ao setor de turismo para o controle do aquecimento global, e as proposições de ações, políticas ou regulações relacionadas às mudanças climáticas. Para tanto, foram combinados a análise de conteúdo das reuniões ordinárias e extraordinárias do CNT e a aplicação de questionários.

Os resultados da análise de conteúdo combinam a quantificação das ocorrências dos códigos pré-estabelecidos complementada por uma análise qualitativa, que aprofunda a compreensão dos discursos e argumentos utilizados pelos conselheiros em relação a cada tema.

4.4.1. Relevância das mudanças climáticas nas reuniões do CNT

Os assuntos mais abordados pelos conselheiros e conselheiras durante as reuniões do Conselho Nacional do Turismo foram organizados em 05 categorias e 31 códigos. O diagrama a seguir ilustra essa relação:

Figura 9 - Diagrama com a representação da categorização dos temas abordados durante as reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Nacional do Turismo, no período de agosto de 2023 a setembro de 2024⁸.



Fonte: Elaborado pela autora

⁸ Houve ainda outras duas reuniões no período: 61ª reunião ordinária ocorrida em 10 de agosto de 2024 e uma reunião extraordinária ocorrida em 10 de setembro de 2024, no entanto as atas não se tornaram públicas devido aos trâmites burocráticos que envolvem elaboração e aprovação da plenária do Conselho.

Ao categorizar os temas tratados nas reuniões do Conselho Nacional do Turismo, verificou-se que os assuntos mais recorrentes foram: a estrutura e funcionamento do Conselho (33,33%), as iniciativas empreendidas pelo Ministério do Turismo (23,88%), o desenvolvimento do setor (19,67%), os desafios enfrentados pelo setor (14,21%). A análise das atas revelou que as mudanças climáticas e seus impactos não são temas discutidos no âmbito das reuniões do Conselho Nacional de Turismo, que priorizam outros assuntos.

As únicas menções explícitas aos códigos que compõem a categoria "mudanças climáticas" são em decorrência da aprovação e demais trâmites relacionados às Câmaras Temáticas (2,99%). Uma das 13 Câmaras aprovadas é relativa a "Sustentabilidade e Ações Climáticas no Turismo" que fica sob a responsabilidade da "Coordenação-Geral de Sustentabilidade e Ações Climáticas", setor que compõe a estrutura do Ministério do Turismo. A criação da câmara mencionada sugere a relevância do tema para o Conselho, mesmo sem uma discussão aprofundada sobre o assunto na ata.

Além desta menção, o termo "impactos climáticos" aparece nas menções ao texto do Plano Nacional do Turismo 2024-2027, em elaboração e validação pelos membros do Conselho, indicando que as mudanças climáticas serão objeto de atenção para as políticas públicas de turismo nos próximos anos.

Pediu contribuições para a minuta do Plano (Plano Nacional de Turismo - PNT), abordando temas como desenvolvimento sustentável, inclusão produtiva, mitigação de impactos climáticos, inovação, turismo social e acessibilidade (ata 59ª reunião ordinária CNT).

Os códigos "eventos extremos", "risco climático", "alagamentos", "enchentes" e "secas" não tiveram ocorrências.

Para aprofundar a análise, se mostrou necessário examinar as memórias das reuniões da Câmara Temática específica, de modo a verificar a abordagem de temas em suas discussões que se relacionam aos riscos climáticos. Portanto, foram analisadas duas memórias de reuniões. A primeira realizada em 11 de abril de 2024 e a segunda realizada em 23 de maio de 2024. Esta última diz respeito à reunião da Subcâmara de Gestão de Crises e Desastres, instalada no âmbito da Câmara Temática de Sustentabilidade e Ações Climáticas no Turismo e da Câmara Temática de Segurança Turística.

As Câmaras Temáticas são ambientes de discussão técnica formados pelos membros do Conselho, ou especialistas vinculados às organizações que os representam. Entre as suas atribuições estão a apresentação de análises, estudos, pesquisas e emissão de pareceres e

recomendações sobre os temas em discussão que devem ser posteriormente submetidos ao Conselho.

A Câmara de Sustentabilidade e Ações Climáticas no Turismo é composta por 16 entidades representativas da sociedade civil organizada e 14 órgãos e entidades permanentes, incluindo o setor público, o sistema S e o sistema financeiro. A análise das atas de reunião revelou a ausência de debates com encaminhamentos concretos em ambas as reuniões realizadas até o momento. Na reunião de 11 de abril de 2024, a única deliberação foi a definição do tema a ser abordado pelo grupo em encontros subsequentes: o Plano Clima de Adaptação Setorial para o Turismo, em desenvolvimento em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. No entanto, durante as manifestações espontâneas, os membros expressaram expectativas em relação a temas de interesse para discussão no âmbito da Câmara, incluindo o branqueamento de corais, os desafios de sustentabilidade para municípios insulares, questões relacionadas com melhores condições de trabalho e a realização da COP 30, que ocorrerá na cidade de Belém, em 2025.

A reunião da subcâmara de gestão de crises e desastres foi convocada em decorrência de demandas do setor, após as enchentes ocorridas no Rio Grande do Sul, em maio de 2024. A situação despertou a *necessidade de o setor de turismo ter protocolos de apoio próprios para auxílio em situações de emergência climática*.

Os resultados revelam que a Câmara de Sustentabilidade e Ações Climáticas no Turismo, embora configurada para promover discussões e articulações em torno de temas estratégicos para a sustentabilidade e ações climáticas no setor de turismo, ainda se encontra em uma fase inicial de organização de pautas e estabelecimento de prioridades de ação.

A análise das atas de reunião do CNT, teve como objetivo central investigar como a percepção de risco das mudanças climáticas se manifesta nas deliberações do Conselho Nacional do Turismo. No entanto, para compreender de forma mais ampla as prioridades temáticas das reuniões, foi necessário considerar não apenas as discussões voltadas para as ações climáticas.

Embora o estudo não tenha se aprofundado nos debates específicos sobre outros temas que não fazem parte do escopo da pesquisa, a análise das atas revelou, entre outros aspectos, um esforço inicial de organização e consolidação dos espaços deliberativos do Conselho, em função da nova composição instituída pelo Decreto nº 11.623, de 1º de agosto de 2023.

Grande parte das atas se dedica à estrutura e funcionamento do Conselho, abordando a apresentação das entidades e a nomeação e posse de novos conselheiros que as representam.

As discussões também ocorreram em função da aprovação do regimento interno, suas normas de funcionamento e processos de tomada de decisão. A criação, composição e funcionamento das câmaras e sub câmaras temáticas, espaços responsáveis por acolher o debate de temas específicos, onde são formuladas propostas de trabalho do CNT foi um tema recorrente.

As iniciativas do Ministério do Turismo (MTur) ocupam um espaço significativo nas atas. As discussões sobre o Plano Nacional de Turismo (PNT) foram objeto de grande parte das deliberações da reunião extraordinária, além de outras agendas de interesse do MTur como o Feirão de Turismo e o Salão Nacional do Turismo que, à época das reuniões, estavam em processo de organização.

Os desafios que o setor de turismo enfrenta para o seu fortalecimento. Preocupações com a conectividade aérea no Brasil, especialmente os altos preços das passagens e a falta de voos para a região Norte.

(...) a necessidade de melhorar a conectividade aérea no Brasil, principalmente na região Norte (ata da 60ª reunião ordinária do CNT)

(...) destacou a problemática da conectividade aérea no Norte do Brasil e os altos preços das passagens, sugerindo uma maior intervenção para melhorar a malha aérea e facilitar o turismo na região (ata da 60ª reunião ordinária do CNT).

Discussões sobre a segurança de turistas no Brasil, incluindo a necessidade de políticas públicas para garantir a segurança dos visitantes.

No entanto, a inclusão da palavra "seguro" foi defendida por alguns, destacando que a segurança é um atributo importante para atrair turistas (ata da reunião extraordinária do CNT).

Discussões sobre a legislação que afeta o setor turístico, incluindo a necessidade de atualizar leis e regulamentos e garantir a segurança jurídica para as operações do *trade*.

No entanto, levantou preocupações sobre o aumento de custos e a insegurança jurídica no setor, especialmente após a decisão da Câmara dos Deputados em retirar o transporte aéreo de um regime especial (ata 59ª reunião ordinária CNT).

O Desenvolvimento do turismo abrangeu o debate sobre a importância dos observatórios de turismo e iniciativas de pesquisa e desenvolvimento, discussões sobre investimentos públicos e privados no setor turístico, incluindo linhas de crédito, incentivos fiscais e captação de recursos. Além disso, foram realizadas significativas menções ao turismo de negócios e eventos, refletindo a sua importância para o desenvolvimento do setor,

incluindo a realização de feiras, congressos e outros eventos. Também foram mencionados o potencial do turismo de luxo no Brasil, e a necessidade de promover o país como um destino de alto padrão.

As menções sobre o desenvolvimento do turismo em comunidades tradicionais, como indígenas, quilombolas e ribeirinhas foram realizadas, em sua maioria, durante a 59ª reunião do CNT, o que pode ser reflexo da primeira participação do Ministérios da Igualdade Racial e do Ministério dos Povos Indígenas.

(...) trouxe uma perspectiva crucial sobre o turismo nas comunidades negras do Brasil, e frisou a importância de criar oportunidades de desenvolvimento sustentável e geração de renda (representante do Ministério da Igualdade Racial/ata da 59ª reunião ordinária do CNT).

Esclareceu que o diálogo destacando as questões específicas das comunidades negras é fundamental para garantir uma representação equitativa e promover avanços significativos (representante do Ministério da Igualdade Racial/ata da 59ª reunião ordinária do CNT).

O Ministério dos Povos Indígenas, o Ministério da Igualdade Racial e o Ministério da Cultura propuseram a criação de uma Câmara Temática específica para incentivar o turismo em comunidades negras e indígenas, e da importância de abordar esse tema de maneira mais enfocada, reconhecendo as particularidades e desafios enfrentados por essas comunidades (ata da 59ª reunião ordinária do CNT).

As muitas ocorrências dos termos sustentabilidade e desenvolvimento sustentável estão ligadas a atributos de projetos, entidades e iniciativas reportados durante a 59ª reunião ordinária do CNT.

Essa iniciativa (Câmara temática específica para incentivar o turismo em comunidades negras e indígenas) visa promover o desenvolvimento sustentável e a valorização das culturas locais, contribuindo para uma representação mais equitativa no turismo (ata 59ª reunião ordinária CNT).

Destacou, ainda, a autenticidade, diversidade e sustentabilidade (do turismo de luxo) como pilares fundamentais (ata 59ª reunião ordinária CNT).

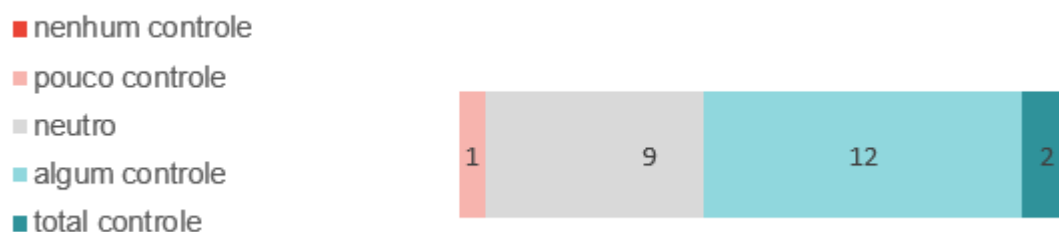
(...) a iniciativa (Projeto Experiências do Brasil Original) focada em atender povos quilombolas e indígenas é uma contribuição valiosa para promover o turismo de forma inclusiva e sustentável (ata 59ª reunião ordinária CNT).

4.4.2. Níveis de responsabilidade e relevância

A avaliação das atitudes em relação ao risco das mudanças climáticas pelos membros do Conselho Nacional do Turismo, também foi realizada medindo os níveis de relevância e responsabilidade atribuídos ao setor de turismo para o controle do aquecimento global. A responsabilidade foi medida combinando a percepção do nível de controle das mudanças climáticas pelos seres humanos e a autodeclaração de responsabilidade na tomada de medidas para proteger o setor de turismo contra os impactos das mudanças climáticas

Os resultados demonstram que a maioria dos participantes (60%) acredita que os seres humanos têm a capacidade de influenciar os efeitos das mudanças climáticas, seja de forma positiva ou negativa. No entanto, embora 94% reconheçam a importância do setor de turismo no controle do aquecimento global e seus impactos, apenas 64% dos participantes se consideram responsáveis por adotar medidas para proteger o setor.

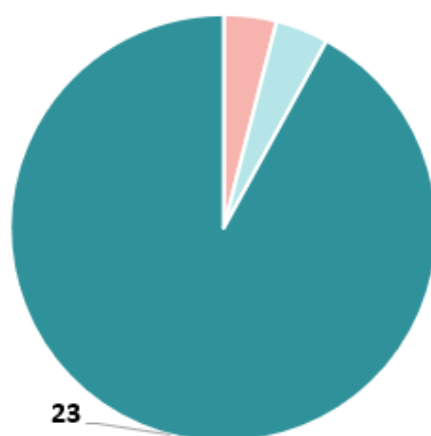
Gráfico 14 - Nível de controle das mudanças climáticas pelas ações humanas nas mudanças climáticas (melhorar ou piorar)



Fonte: Elaborado pela autora

Gráfico 15 - Relevância da adesão do setor de turismo à agenda climática

■ sem relevância ■ pouca relevância ■ relevante ■ muito relevante



Fonte: Elaborado pela autora

Gráfico 16 - Grau de responsabilidade na tomada de medidas para proteger o setor de turismo contra os impactos das mudanças climáticas

■ Neutro
■ nenhuma responsabilidade
■ pouca responsabilidade
■ alguma responsabilidade
■ muita responsabilidade



Fonte: Elaborado pela autora

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo analisar a percepção dos membros do Conselho Nacional de Turismo sobre os riscos das mudanças climáticas para o setor, e investigar como essas percepções se manifestam na disposição para a criação de uma agenda climática para o turismo no Brasil.

A hipótese principal foi a de que existe no Brasil uma baixa percepção dos riscos das mudanças climáticas pelos atores-chave do turismo, com reflexos na ausência de uma liderança nacional do setor para a condução da agenda climática, e uma governança não estabelecida em nível nacional e pouco atuante nos diálogos internacionais.

Para alcançar o objetivo proposto foi realizada uma revisão narrativa da literatura sobre percepção de risco e seu uso no estudo do turismo. Com base na aplicação de questionários e na análise de conteúdo das atas e das memórias das reuniões do CNT, foram analisadas as percepções de risco associadas às mudanças climáticas entre os membros, bem como foram examinados os fatores que influenciam as suas percepções, para depois explorar a relação entre os riscos percebidos e o papel ocupado pelo Conselho Nacional do Turismo como uma estação de amplificação ou atenuação do risco percebido.

Contrariando a hipótese inicial, os resultados revelaram que os membros do Conselho Nacional do Turismo estão conscientes dos riscos climáticos e demonstram preocupação significativa com os impactos do aquecimento global no planeta, no setor de turismo e em suas próprias operações. Há uma governança climática em formação, todavia a sua relevância de atuação no nível internacional não foi objeto de estudo.

A pesquisa revelou que a maioria dos respondentes reconhece a interdependência entre a estabilidade ambiental e a sustentabilidade do turismo. Eventos climáticos como chuvas intensas, proliferação de doenças transmitidas por vetores, elevação do nível do mar e ondas de calor são considerados os maiores riscos para o setor, enquanto o branqueamento de corais, apesar de sua importância para o turismo, recebe menor atenção.

O resultado do estudo da influência do conhecimento e da informação, da experiência passada, da comunicação e da confiança nas instituições, como moduladores do julgamento dos riscos das mudanças climáticas, sugere que, todos esses fatores atuam como amplificadores da percepção de risco, em diferentes graus. As experiências pessoais com mudanças no ambiente promovidas pelas mudanças climáticas e a baixa confiança nas instituições são os fatores que mais se evidenciaram.

Apesar de uma elevada autopercepção de conhecimento sobre o tema, a popularização da compreensão científica ainda é limitada, particularmente em relação às causas das mudanças climáticas. Isso pode sugerir o acesso à informação superficial, especialmente nas mídias sociais que estão entre os canais de comunicação mais acessados. A imprensa, desfrutou de um baixo nível de confiança entre os participantes, o que sugere que as informações divulgadas por esses meios não tenham tanto impacto na percepção de risco.

Experiências pessoais com eventos climáticos extremos ou alterações ambientais devido às mudanças climáticas podem ter influenciado o aumento da percepção de risco dos participantes. A literatura indica que esse tipo de experiência direta traz uma percepção mais concreta e pessoal dos perigos. Já a baixa confiabilidade das instituições afeta negativamente a percepção de capacidade de resposta a crises climáticas, sugerindo que há a percepção entre os respondentes, da inexistência de uma estrutura institucional confiável, em níveis superiores, o que intensifica o senso de vulnerabilidade dos participantes.

O modelo da amplificação social do risco preconiza que grupos e indivíduos funcionam como estações de amplificação e atenuação da percepção de riscos, gerando implicações subsequentes àqueles impactos que afetam diretamente pessoas e sistemas. Considerando a estrutura proposta pela SARF e os resultados da pesquisa, não é possível afirmar que o Conselho Nacional do Turismo se configura como uma estação atenuante ou amplificadora do risco.

Ainda que a grande maioria dos participantes da pesquisa perceba uma alta relevância e responsabilidade do setor turístico no combate ao aquecimento global, pouco mais da metade do grupo estudado se sente pessoalmente responsável por implementar ações de proteção para o setor frente aos impactos das mudanças climáticas. No contexto desta pesquisa, esta é uma informação que ganha relevância, uma vez que o indivíduo em questão ocupa uma posição estratégica em um fórum legítimo de proposição de medidas necessárias para conter os impactos climáticos que ameaçam o turismo.

A literatura aponta que a característica multinível da tomada de decisão para a adaptação climática cria um contexto em que a percepção individual influencia diretamente as esferas organizacionais e institucionais (BRITO, 2022). Além disso, a interação entre a inércia institucional e os processos cognitivos dos gestores interagem para criar barreiras à ação climática. As instituições moldam os contextos nos quais os gestores tomam decisões, influenciando seus enquadramentos cognitivos e a forma como dão sentido à informação. Por sua vez, a complacência gerencial pode contribuir para a perpetuação da inércia institucional, dificultando a implementação de mudanças necessárias (MUNCK AF ROSENSCHÖLD;

ROZEMA; FRYE-LEVINE, 2014; WADE; GRIFFITHS, 2022). Ou seja, mesmo em posições estratégicas, a tendência à complacência pode retardar as mudanças necessárias, dificultando o enfrentamento dos desafios climáticos no setor.

Essa situação se reflete nas atas e registros das reuniões do CNT. Embora a análise tenha revelado a preocupação da alta gestão do MTur e CNT, bem como dos membros do Conselho com a implementação de ações climáticas, essas questões ainda não têm sido debatidas de forma aprofundada nas reuniões do Conselho, que direcionam a prioridade a outras demandas do setor, como questões estruturais e operacionais, conectividade aérea, segurança e desenvolvimento regional.

As menções ao tema ocorrem principalmente no contexto da criação de Câmaras Temáticas e no desenvolvimento do Plano Nacional de Turismo 2024-2027, evidenciando que a questão climática é reconhecida como um desafio estratégico para o setor, mas ainda não ocupa uma posição central nas deliberações.

A criação da Câmara de Sustentabilidade e Ações Climáticas no Turismo reflete um esforço inicial para estruturar debates sobre o impacto climático e desenvolver estratégias adaptativas. No entanto, a ausência de discussões aprofundadas nesses fóruns aponta a necessidade de maior engajamento em temas como sustentabilidade e adaptação climática.

A alta consciência sobre a questão climática parece não se traduzir em senso de urgência na ação, apesar das recentes tragédias climáticas com impacto relevante no setor, ampla cobertura midiática e crescente atenção governamental ao tema. Diante deste cenário é possível inferir que o CNT possui potencial para ser uma estação de amplificação da percepção de risco, com desdobramentos importantes para a mitigação e adaptação do setor às mudanças climáticas.

A percepção de risco é um elemento relevante para o fortalecimento da capacidade adaptativa, entendida como o potencial de adaptação às mudanças climáticas. Nesse sentido, os resultados contribuem tanto para os debates sobre a sustentabilidade do setor de turismo, como para o debate científico, ao evidenciar que uma elevada percepção de risco não se traduz, necessariamente, em adaptação, especialmente em níveis superiores de tomada de decisão.

A amostra insuficiente para extrapolar os resultados se mostrou como uma limitação da pesquisa, uma vez que não representa a opinião e o posicionamento de todo o Conselho Nacional do Turismo. Essa baixa adesão também pode ser interpretada como um resultado que simboliza a baixa prioridade do tema das mudanças climáticas nas deliberações do fórum. Logo, o resultado encontrado que sugere uma alta percepção de risco, pode ser reflexo da

influência direta das características da amostra, formada, em sua maioria, por pessoas que já possuem uma propensão e interesse pelo tema, justificada pela sua preocupação com o quanto e como as mudanças climáticas podem impactar o setor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABDALA, V. **Nova onda de branqueamento afeta corais brasileiros: Monitoramento detecta fenômeno em Pernambuco e Sergipe**. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-03/nova-onda-de-branqueamento-afeta-corais-brasileiros>>. Acesso em: 24 out. 2024

ABEAR. **Panorama da Aviação Brasileira**. Disponível em: <<http://panorama.abear.com.br/prioridades-do-setor/sustentabilidade/#c>>. Acesso em: 2 set. 2023.

ADELOYE, D.; CARR, N.; INSCH, A. Domestic tourists' types of exposure to terrorism and travel intentions. **Current Issues in Tourism**, v. 24, n. 17, p. 2489–2500, 2021.

AGÊNCIA SENADO. **Tragédia no RS mostrou que Brasil precisa se preparar para mudanças no clima**. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2024/06/tragedia-no-rs-mostrou-que-brasil-precisa-se-preparar-para-mudancas-no-clima#:~:text=Nos%20dias%20finais%20de%20abril,173%20mortos%20e%2038%20desaparecidos>>. Acesso em: 27 nov. 2024

ALDRIGUI, M. **Turismo e os setores da economia**. Medium.2018. Disponível em: <<https://marialdrigui.medium.com/turismo-e-os-setores-da-economia-4941063dbaa9>>. Acesso em: 2 set. 2023.

AL-RAWI, A. et al. Twitter's Fake News Discourses around Climate Change and Global Warming. **Frontiers in Communication**, v. 6, 2021.

AVILA-DIAZ, A. et al. Avaliando tendências atuais e futuras de extremos climáticos no Brasil com base em reanálises e projeções de modelos do sistema terrestre. **Climate Dynamics**, p. 1–24, 2020.

AZUL. **O Céu é azul: Relatório de Sustentabilidade 2022**. Disponível em: <<https://ri.voeazul.com.br/informacoes-e-relatorios/sustentabilidade/>>. Acesso em: 2 set. 2023.

BECK, U. **Sociedade de risco: Rumo a uma Outra Modernidade**. 2ª ed. São Paulo: Editora 34 Ltda, 2011.

BECKEN, S.; CLAPCOTT, R. National tourism policy for climate change. **Journal of Policy Research in Tourism, Leisure and Events**, v. 3, n. 1, p. 1–17, mar. 2011.

BELHASSEN, Y.; CATON, K. ADVANCING UNDERSTANDINGS. A Linguistic Approach to Tourism Epistemology. **Annals of Tourism Research**, v. 36, n. 2, p. 335–352, 2009.

BENI, M. C.; MOESCH, M. A Teoria da Complexidade e o Ecossistema do Turismo. **Turismo - Visão e Ação**, v. 19, n. 3, p. 430, 2017.

BERTOLDO, R. A comparative frame for a contextualised analysis of local natural risk management. **International Journal of Disaster Risk Reduction**, v. 52, 1 jan. 2021.

BRASIL. Ministério do Turismo. Plano Nacional de Turismo: diretrizes, metas e programas 2003-2007. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2003.

BRASIL. Ministério do Turismo. Plano Nacional de Turismo 2007-2010: uma viagem de inclusão. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2007.

BRASIL. Ministério do Turismo. Plano Nacional de Turismo 2013-2016: o turismo fazendo muito mais pelo Brasil. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2013. Disponível em: <http://antigo.turismo.gov.br/sites/default/turismo/noticias/todas_noticias/Noticias_download/PNT_2013-2016.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2023.

BRASIL. Ministério do Turismo. Plano Nacional de Turismo 2018-2022: mais emprego e renda para o Brasil. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2018. Disponível em: <<https://www.gov.br/turismo/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/plano-nacional-do-turismo>>. Acesso em: 7 fev. 2023.

BRASIL. Ministério do Turismo. Plano Nacional de Turismo 2024-2027: O turismo como protagonista do desenvolvimento sustentável e inclusivo. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2024.

BRASIL. Ministério do Turismo. O Impacto da Pandemia de Covid-19 nos Setores de Turismo e Cultura do Brasil. Dados e Fatos do Turismo no Brasil. Brasília: Ministério do Turismo, 2021.

BRASIL. Ministério do Turismo. Estudo da Demanda Turística Internacional: Brasil - 2019. Brasília: Ministério do Turismo, 2020.

BRASIL, C. **Chuvas no RS podem impactar em R\$ 97 bilhões a economia nacional**. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-07/chuvas-no-rs-podem-impactar-em-r-97-bilhoes-economia-nacional>>. Acesso em: 27 nov. 2024

BRENNERT-SMITH, H. et al. Social Amplification of Wildfire Risk: The Role of Social Interactions and Information Sources. **Risk Analysis**, v. 33, n. 5, p. 800–817, 2013.

BRITO, R. P. The multilevel path to climate change adaptation. **RAE Revista de Administração de Empresas**, v. 62, n. 6, 2022.

BROCKHAUS, M.; KAMBIRÉ, H. Decentralization: a window of opportunity for successful adaptation to climate change? Em: **Adapting to climate change: thresholds, values, governance**. 1ª ed. New York: United States of America by Cambridge University Press, p. 399–416, 2009.

BUSH, S. S.; CLAYTON, A. Facing Change: Gender and Climate Change Attitudes Worldwide. **American Political Science Review**, v. 117, n. 2, p. 591–608, 2023.

CABER, M. et al. Does perceived risk really matter in travel behaviour? **Journal of Vacation Marketing**, v. 26, n. 3, p. 334–353, 2020.

CÂMARA, J. **Bonito é o 1º destino de ecoturismo carbono neutro no mundo**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/noticia/2023/08/07/bonito-e-o-1o-destino-de-ecoturismo-carbono-neutro-do-mundo-veja-atrativo-certificado.ghtml>>. Acesso em: 7 set. 2023.

CARBALLO, R. R.; LEÓN, C. J.; CARBALLO, M. M. The impact of terrorist attacks in cities on the relationship between tourists' risk perception, destination image and behavioural intentions. **Cities**, v. 119, 2021.

CARBALLO, R. R.; LEÓN, C. J.; CARBALLO, M. M. Gender as moderator of the influence of tourists' risk perception on destination image and visit intentions. **Tourism Review**, v. 77, n. 3, p. 913–924, 2022.

CHASSANG, I.; ROHMER, O.; CHAUVIN, B. Cultural values, risk characteristics, and risk perceptions of controversial issues: How does cultural theory work? **Risk Analysis**. p. 1-19, 2024. DOI: <https://doi.org/10.1111/risa.17636>

CLIA BRASIL. **Sustentabilidade Ambiental**. Disponível em: <<https://abremar.com.br/sustentabilidade/>>. Acesso em: 2 set. 2023.

CLIMAINFO. **Amazônia seca: rio Madeira cai para o menor nível da história**. Disponível em: <<https://climainfo.org.br/2024/09/08/amazonia-seca-rio-madeira-cai-para-o-menor-nivel-da-historia/>>. Acesso em: 27 nov. 2024

CLIMAINFO. **Sob emergência por fumaça de queimadas, Santarém sofre com mortandade de peixes**. Disponível em: <<https://climainfo.org.br/2024/11/27/sob-emergencia-por-fumaca-de-queimadas-santarem-sofre-com-mortandade-de-peixes/>>. Acesso em: 27 nov. 2024

CNN. **Rio de Janeiro tem recorde de calor e sensação térmica chega a 58°C**. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/rio-de-janeiro-tem-recorde-de-calor-e-sensacao-termica-chega-a-58oc/>>. Acesso em: 12 fev. 2023.

CNN BRASIL. **“Comida limitada”**. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/Co5jxbYv_Lr/?igshid=MDJmNzVkMjY%3D>. Acesso em: 16 mar. 2023.

COFEN. **Dengue aumentou 400% no Brasil em 2024 em comparação ao ano passado**. Disponível em: <<https://www.cofen.gov.br/dengue-aumentou-400-no-brasil-em-2024-em-comparacao-ao-ano-passado/>>. Acesso em: 10 set. 2024.

DHOOMUN, L. Perceptions of climate change and climate change policies within the tourism sector in Mauritius. 2016. 156 f. Dissertação (Master of Environmental Management) - Massey University, New Zealand, 2016.

DHOOMUN, L.; HYTTEN, K. F.; PERRY, P. Perceptions of climate change and climate change policies within the tourism sector in Mauritius. **Journal of the Indian Ocean Region**, v. 18, n. 1, p. 36–59, 2022.

DI GIULIO, G.; PEREIRA, N.; FIGUEIREDO, B. O papel da mídia na construção social do risco: o caso Adrianópolis, no Vale do Ribeira. **História, Ciências, Saúde**, v. 15, n. 2, p. 293–311, 2008.

DONG, Y.; HU, S.; ZHU, J. From source credibility to risk perception: How and when climate information matters to action. **Resources, Conservation and Recycling**, v. 136, p. 410–417, 2018.

DOUGLAS, M. **Risk and Blame: Essays in Cultural Theory**. London: Routledge, 1994.

DRUMMOND, C.; SIEGRIST, M.; ÁRVAI, J. Limited effects of exposure to fake news about climate change. **Environmental Research Communications**. v.2, 2020. DOI: 10.1088/2515-7620/abae77

FENG, Y. et al. Do companies' risk perceptions affect investor confidence? Evidence from textual risk disclosure in the tourism industry. **Tourism Management Perspectives**, v. 49, 2023. DOI: 10.1016/j.tmp.2023.101189

FINUCANE, M. L.; HOLUP, J. L. Psychosocial and cultural factors affecting the perceived risk of genetically modified food: an overview of the literature. **Social Science & Medicine**, v. 60, n. 7, p. 1603–1612, 2005.

FISCHHOFF, B. et al. How Safe Is Safe Enough? A Psychometric Study of Attitudes Toward Technological Risks and Benefits. **Policy Sciences**, v. 9, p. 127–152, 1978.

FUNDAÇÃO O BOTICÁRIO. Oceano sem mistérios: Desvendando os recifes de corais. Fundação Grupo Boticário, 2023.

Disponível em: <<https://www.fundacaogrupoboticario.org.br/pt/acontece-por-aqui/Paginas/Entenda-como-os-Recifes-de-corais-contribuem-para-a-economia-do-pais.aspx>> Acesso em: 15 out 2024

G1. **Onda de calor: Inmet amplia alerta vermelho de grande perigo para 11 estados e o DF e o estende até terça (26)**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2023/09/22/onda-de-calor-inmet-amplia-alerta-vermelho-de-grande-perigo-para-11-estados-e-o-df-e-o-estende-ate-terca-26.ghtml>>. Acesso em: 22 set. 2023.

GIL, J.; MARQUES, N. R.; DE ANDRADE, G. N. The climate agenda & tourism in Brazil: contributions to public policies for adaptation to climate change. **Brazilian Journal of Tourism Research**, v. 17, n. 1, 2023.

GOL LINHAS AÉREAS. **Política de Sustentabilidade**. Disponível em: <<https://www.voegol.com.br/sobre-a-gol/sustentabilidade>>. Acesso em: 2 set. 2023.

GÖSSLING, S. et al. Tourist perceptions of climate change: A study of international tourists in Zanzibar. **Current Issues in Tourism**, v. 9, n. 4–5, p. 419–435, 2006.

GREEN INITIATIVE. **A Climate Action Guide for Tourism Businesses and Destinations**. 2022. Disponível em: <<https://greeninitiative.eco/building-tourism-back-better/>>. Acesso em: 15 dez. 2023.

GRIMM, I. J. Impactos das mudanças climáticas no sistema turístico: o caso brasileiro. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 19, n. 1, 2019.

GUO, Q.; MUHETAER, P.; HU, P. Cultural worldviews and support for governmental management of COVID-19. **Humanities & Social Sciences Communications**, v. 10, n. 1, 2023.

HAO, J. et al. Impacts of Risk Perception, Disaster Knowledge, and Emotional Attachment on Tourists' Behavioral Intentions in Qinling Mountain, China. **Frontiers in Earth Science**, v. 10, 2022.

HOPKINS, D; MACLEAN, K. Climate change perceptions and responses in Scotland's ski industry. **Tourism Geographies**. v.16, p. 400-414, 2014.

HU, Q.; BECKEN, S.; HE, X. Climate risk perception and adaptation of tourism sector in China. **Journal of Destination Marketing & Management**, v. 23, 2022.

HUANG, Q. Understanding public perceptions of genetically modified organisms in China: The role that heuristics play during digital media exposure. **Chinese Journal of Communication**, v. 13, n. 3, p. 293–311, 2020.

IATA. **Net Zero Roadmaps: Executive Summary**. Montreal, Quebec, Canada. 2024. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.iata.org/contentassets/8d19e716636a47c184e7221c77563c93/executive-summary---net-zero-roadmaps.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2024.

IBGE. **Economia do Turismo: análise das atividades características do turismo 2003**. Rio de Janeiro: [s.n.]. Disponível em: <http://dados.efatos.turismo.gov.br/images/pdf/outros_estudos/economia_do_turismo/economia_turismo___dados_de_2003.pdf>. Acesso em: 5 mar. 2023.

IBGE. **Estudo da Economia do Turismo: Uma Perspectiva Macroeconomica 2003-2009**. Rio de Janeiro:[s.n.]. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=261658>>. Acesso em: 5 mar. 2023.

IBGE. **Turismo 2020-2021: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/17270-pnad->>. Acesso em: 5 mar. 2023.

IPCC. Alterações Climáticas 2014: Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade - Resumo para Decisores. **Contribuição do Grupo de Trabalho II para o Quinto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas**, p. 1–32, 2014.

IPCC. Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability. Em: **Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change**. [s.l.: s.n.]. p. 1–3056, 2022.

JOHNSON, B. B.; SWEDLOW, B. **Cultural Theory's Contributions to Risk Analysis: A Thematic Review with Directions and Resources for Further Research**. Risk Analysis Blackwell Publishing Inc., 2021.

JOIREMAN, J.; TRUELOVE, H. B.; DUELL, B. Effect of outdoor temperature, heat primes and anchoring on belief in global warming. **Journal of Environmental Psychology**, v. 30, n. 4, p. 358–367, 2010.

JOVIČIĆ VUKOVIĆ, A. et al. Travel intentions in pandemic circumstances—the case of Balkan tourists. **Economic Research-Ekonomska Istrazivanja**, v. 36, n. 2, 2023.

KASPERSON, R. E. et al. The Social Amplification of Risk: A Conceptual Framework. **Risk Analysis**, v. 8, n. 2, p. 177–187, 1988.

KASPERSON, R. E. et al. The social amplification of risk framework: New perspectives. **Risk Analysis**. v.42, p. 1367-1380, 2022.

LATAM AIRLINES. **Programa Um Destino Necessário**. Disponível em: <<https://www.latamairlines.com/br/pt/sustentabilidade>>. Acesso em: 2 set. 2023.

LAZARO, H. Risk Perception and Climate Adaptation in Tuvalu: A Combined Cultural Theory and Traditional Knowledge Approach. **Human Organization**, v. 74, n. 1, p. 52–61, 2015.

LEÃO, Z. M. A. N.; KIKUCHI, R. K. P.; TESTA, V. Corals and coral reefs of Brazil. Em: JOSÉ CORTÉS (Ed.). **Latin American Coral Reefs**. [s.l.] Elsevier Science, 2003.

LEISEROWITZ, A. Climate change risk perception and policy preferences: the role of affect, imagery, and values. **Climatic Change** [s.l.] Springer. p. 45-72, 2005. DOI: 10.1007/s10584-006-9059-9

LEISEROWITZ, A. A. Day after tomorrow: Study of climate change risk perception. **Environment**, v. 46, n. 9, p. 22–39, 2004.

LI, J. et al. Tourism companies' risk exposures on text disclosure. **Annals of Tourism Research**, v. 84, 2020.

LI, Y. et al. Would You Accept Virtual Tourism? The Impact of COVID-19 Risk Perception on Technology Acceptance from a Comparative Perspective. **Sustainability**, v. 14, n. 19, 2022.

LINDOSO, D.; RODRIGUES FILHO, S. Vulnerabilidade e adaptação: bases teóricas e conceituais da pesquisa. Em: **O Clima em Transe: vulnerabilidade e adaptação da agricultura familiar**. 1 ed. ed. Rio de Janeiro: Garamond, v. 1p. 19–34, 2016.

LITRE, G.; BURSZTYN, M. Percepções e Adaptação aos Riscos Climáticos e Socioeconômicos na Pecuária Familiar do Bioma Pampa. **Ambiente & Sociedade**, v. XVIII, n.3, p. 55–80, 2015.

MARENGO, J. A.; RODRIGUES-FILHO, S.; SANTOS, D. V. Impacts, vulnerability and adaptation to climate change in Brazil: An integrated approach. **Sustentabilidade em Debate**, v. 11, n. 3, p. 14–18, 2020.

MCDANIELS, T. L. et al. Perception of ecological risk to water environments. **Risk Analysis**, v. 17, n. 3, p. 341–352, 1997.

MCNEELEY, S. M.; LÁZARO, H. The cultural theory of risk for climate change adaptation. **Weather, Climate, and Society**, v. 6, n. 4, p. 506–519, 2014.

MCTI. **Em 2023, Cemaden registrou maior número de ocorrências de desastres no Brasil: Centro também emitiu no ano passado a terceira maior quantidade de alertas de desastres**. Disponível em: <<https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/noticias/2024/01/em-2023-cemaden-registrou-maior-numero-de-ocorrencias-de-desastres-no-brasil#:~:text=Foram%20registrados%201.161%20eventos%20de,registros%20de%202022%20e%202020>>. Acesso em: 30 out. 2024.

MENG, Y. et al. The Effects of COVID-19 Risk Perception on Travel Intention: Evidence From Chinese Travelers. **Frontiers in Psychology**, v. 12, 2021.

MINAYO, M. C. et al. **Pesquisa Social - Teoria, Método e Criatividade**. 21ª ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Começa hoje a consulta pública do Plano Setorial de Adaptação Climática do Ministério do Turismo**. Disponível em: <<https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/noticias/comeca-hoje-a-consulta-publica-do-plano-setorial-de-adaptacao-climatica-do-ministerio-do-turismo>>. Acesso em: 29 nov. 2024.

MOLINA, M.; SARUKHÁN, J. **El cambio climático - causas, efectos y soluciones**. Primeira ed. Ciudad de México: Fondo de Cultura Económica, 2017.

MORSS, R. E. et al. The influence of cultural worldviews on people's responses to hurricane risks and threat information. **Journal of Risk Research**, v. 23, n. 12, p. 1620–1649, 2020.

MOSER, S. C. Whether our levers are long enough and the fulcrum strong? Exploring the soft underbelly of adaptation decisions and actions. Em: ADGER, W. N.; LORENZONI, I.; O'BRIEN, K. (Eds.). **Adapting to climate change: thresholds, values, governance**. 1ª ed. New York: United States of America by Cambridge University Press, p. 313–334, 2009

MTUR. **Mapa do Turismo Brasileiro**. Disponível em: <<https://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home>>. Acesso em: 22 set. 2023.

MUNCK AF ROSENSCHÖLD, J.; ROZEMA, J. G.; FRYE-LEVINE, L. A. **Institutional inertia and climate change: A review of the new institutionalist literature**. Wiley **Interdisciplinary Reviews: Climate Change**Wiley-Blackwell, 2014.

NEGRUL, S. V; TRUBCHENKO, T. G.; LEMESHKO, E. Y. Safety and risks of nuclear power: Changing the discourse (by the example of Tomsk region). **SHS Web of Conferences**, 2015.

O'BRIEN, K. L. Do values subjectively define the limits to climate change adaptation? Em: ADGER, W. N.; LORENZONI, I.; O'BRIEN, K. (Eds.). **Adapting to climate change: thresholds, values, governance**. 1^a ed. New York: United States of America by Cambridge University Press, p. 164–180, 2009.

ONE PLANET. **Glasgow Declaration: a Commitment to a Decade of Climate Action**. , 2021. Disponível em: <https://www.oneplanetnetwork.org/sites/default/files/2022-02/GlasgowDeclaration_ES_0.pdf>. Acesso em: 7 fev. 2023

ONU. **Pandemia transforma 2020 no pior ano para o setor de turismo internacional** | **ONU News**. Disponível em: <<https://news.un.org/pt/story/2020/12/1736672>>. Acesso em: 6 mar. 2022.

ONU TURISMO. Djerba Declaration on Tourism and Climate Change. **UNWTO Declarations | Déclarations de l'OMT | Declaraciones de la OMT**, v. 13, n. 1, p. 1–8, 2003.

ONU TURISMO. Climate Change and Tourism – Responding to Global Challenges. **Climate Change and Tourism – Responding to Global Challenges**, 2008.

ONU TURISMO. **El turismo en la COP28 – Cumplir los compromisos para la acción climática de la Declaración de Glasgow**.

ONU TURISMO; ITF. **Las emisiones de CO² del sector turístico correspondientes al transporte: modelización de resultados**. [s.l.] World Tourism Organization, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.18111/9789284421992>>.>. Acesso em: 10 mar. 2023.

ORGANIZAÇÃO METEOROLÓGICA MUNDIAL (OMM) et al. **United in Science**. Genebra: [s.n.]. p. 1- 48, 2024.

PANDY, W. R.; ROGERSON, C. M. Urban tourism and climate change: Risk perceptions of business tourism stakeholders in Johannesburg. **Urbani izziv**. South África. v. 30, p. 225 – 243, 2019. DOI: 10.5379/urbani-izziv-en-2019-30-supplement-015

PEREIRA, N. B.; PASINI, P.; BITTENCOURT, E. M. Impacto das mudanças climáticas no contexto do patrimônio cultural de cidades europeias e brasileiras: breve panorama de estudos sobre o tema entre 2000 e 2020. **PerCursos**, v. 22, n. 49, p. 46–72, 2021.

PINHO, P. F. et al. Projeções de resiliência dos biomas brasileiros e riscos socioambientais às. **Sustainability in Debate**, v. 11, p. 242–259, 2020.

REDAÇÃO EXAME. **Brasil enfrenta onda de calor histórica com temperaturas de até 45 °C.** Disponível em: <<https://exame.com/brasil/brasil-enfrenta-onda-de-calor-historica-com-temperaturas-de-ate-45oc-veja-previsao/>>. Acesso em: 15 out 2024.

REMBISCHEVSKI, P.; CALDAS, E. Teorias e abordagens da percepção de risco: o contexto da saúde humana riscos. **Boletim do Instituto de Saúde**, v. 21, p. 47–61, 2020.

RENN, O. et al. The Social Amplification of Risk: Theoretical Foundations and Empirical Applications. **Journal of Social Issues**, v. 48, n. 4, p. 137–160, 1992.

RENN, O. Concepts of Risk: An Interdisciplinary Review – Part 1: Disciplinary Risk Concepts. **GAIA - Ecological Perspectives for Science and Society**, p. 50–66, 2008.

RESET. **Guia RESET de Créditos de Carbono**. [s.l: s.n.]. p. 1 -27, 2022.

ROCKSTRÖM, J.; GAFFNEY, O. **Breaking Boundaries: the science of our planet**. Primeira edição, ed. London: DK, 2021.

SAMPAIO, R. C.; LYCARIÃO, D. **Análise de conteúdo categorial: manual de aplicação**. Brasília: ENAP, 2021.

SANTOS, C. B.; COSTA, D. H. Turismo no Brasil: Estratégias e contribuições para economia brasileira. **E-Acadêmica**, [S. l.], v. 3, n. 3, p. e5433350, 2022. Disponível em: <https://eacademica.org/eacademica/article/view/350>. Acesso em: 19 jan. 2025.

SANTOS, E.; MARENGO, J. A. Desafío e Impacto del cambio climático em el turismo: el escenario brasileño. **Estudios y Perspectivas en Turismo - 30° Aniversario**, v. 29, p. 864–885, 2020.

SCHIERMEIER, Q. Hot Air. **Nature**, p. 656–658, 2012.

SELLERS, S. **Gender and Climate Change: A Closer Look at Existing Evidence**. [s.l: s.n.]. 2016

SHAKEELA, A.; BECKEN, S. Understanding tourism leaders' perceptions of risks from climate change: an assessment of policy-making processes in the Maldives using the social amplification of risk framework (SARF). **Journal of Sustainable Tourism**, v. 23, n. 1, p. 65–84, 2015.

SHEN, K.; YANG, J. Residents' Support for Tourism Amidst the COVID-19 Era: An Application of Social Amplification of Risk Framework and Knowledge, Attitudes, and Practices Theory. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 19, n. 6, 2022.

SIEGRIST, M. et al. Laypeople's and experts' perception of nanotechnology hazards. **Risk Analysis**, v. 27, n. 1, p. 59–69, 2007.

SIEGRIST, M.; ÁRVAI, J. Risk Perception: Reflections on 40 Years of Research. **Risk Analysis**, v. 40, p. 2191–2206, 2020.

SLOVIC, P. Perception of Risk. **Science**, v. 236, p. 280–285, 1987.

SLOVIC, P. et al. The affect heuristic. **European Journal of Operational Research**, v. 177, n. 3, p. 1333–1352, 16 mar. 2007.

SLOVIC, P.; FISCHHOFF, B.; LICHTENSTEIN, S. Facts versus fears: Understanding perceived risk. Em: **Judgment under Uncertainty**. [s.l.] Cambridge University Press, p. 463–490, 2013.

SONG, G. Understanding Public Perceptions of Benefits and Risks of Childhood Vaccinations in the United States. **Risk Analysis**, v. 34, n. 3, p. 541–555, 2014.

SPALDING, M. et al. Mapping the global value and distribution of coral reef tourism. **Marine Policy**, v. 82, p. 104–113, 2017.

STEFFEN, W. et al. **Global Change and the Earth System: a Planet under Pressure**. [s.l.] Springer. v. 9, 2006.

TASSO, J. P.; PERINOTTO, A.; REZENDE-FILHO, M. Welcome to Brazilian Overtourism: A retomada da saturação e da irresponsabilidade em destinos turísticos brasileiros. **Novos Cadernos NAEA**, v. 26, p. 243–272, 2023.

TEIXEIRA, A. F.; GOMES, R. C. Governança pública: uma revisão conceitual. **Revista do Servidor Público Brasília**, v. 70, n. 4, 2019.

TONETTO, L. M; KALIL, L. L; MELO, W. V; SCHNEIDER, D; STEIN, L. O papel das heurísticas no julgamento e na tomada de decisão sob incerteza. **Estudos de Psicologia**. Campinas. 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2006000200008>

TONG, S. T.; SOPORY, P. Does integral affect influence intentions to use artificial intelligence for skin cancer screening? A test of the affect heuristic. **Psychology & Health**, v. 34, n. 7, p. 828–849, 2019.

TRAWÖGER, L. Convinced, ambivalent or annoyed: Tyrolean ski tourism stakeholders and their perceptions of climate change. **Tourism Manage**.v.40, p. 338–351, 2014

TRIBE, J. The Indiscipline of Tourism. **Annals of Tourism Research**. [s.l.: s.n.].

TRIDELLO, V.; SPINOLA, C.; CISAPINO, T. **50 Boas Ideias para um Turismo + Resiliente em Salvador**. Brasília: [s.n.]. Disponível em: <www.giz.de/brasil>.

TVERSKY, A.; KAHNEMAN, D. Judgment under Uncertainty: Heuristics and Biases **Science**. v. 185, n. 4157, p. 1124–1131, 1974. DOI: 10.1126/science.185.4157.1124. PMID: 17835457.

UNGARETTI, M.; AGUIAR, L. **Destaques da reunião com a Verra, maior certificadora global de créditos de carbono**. Disponível em: <<https://conteudos.xpi.com.br/esg/>>. Acesso em: 5 set. 2023.

VAN DER LINDEN, S. On the relationship between personal experience, affect and risk perception: The case of climate change. **European Journal of Social Psychology**, v. 44, n. 5, p. 430–440, 2014.

VARGAS, D. B.; DELAZERI, L.; FERREIRA, V. **Mercado de Carbono Voluntário no Brasil na Realidade e na Prática**. São Paulo: [s.n.]. Disponível em: <<https://agro.fgv.br/publicacao/ocbio-mercado-de-carbono-voluntario-no-brasil-na-realidade-e-na-pratica>>. Acesso em: 4 set. 2023.

WADE, B.; GRIFFITHS, A. Exploring the Cognitive Foundations of Managerial (Climate) Change Decisions. **Journal of Business Ethics**, v. 181, n. 1, p. 15–40, 2022.

WOLFFENBÜTTEL, Cristina. Pesquisa Qualitativa e Quantitativa: compreendendo as abordagens e construindo possíveis combinações. In: ARAÚJO, Andréa; COSTA, Edwaldo; FREITAS, Patrícia (Org.). *Conhecimento e divulgação científica: investigação e transformação para popularização da ciência*. Rio de Janeiro: e -Publicar, p.39-53, 2023.

WONG, E; JIANG, M; KLINT, L.M; DOMINEY-HOWES, D; DELACY, T. Evaluation of policy environment for climate change adaptation in tourism. **Tourism and Hospitality Research**. v.13, p.201-225, 2013

WONG, J. C. S.; YANG, J. Z.; LIU, Z. L. It's the Thoughts That Count: How Psychological Distance and Affect Heuristic Influence Support for Aid Response Measures During the COVID-19 Pandemic. **Health Communication**, v. 38, n. 12, p. 2702–2710, 2023.

WTTC. **A Net Zero Roadmap for Travel & Tourism: Proposing a new Target Framework for the Travel & Tourism Sector**. [s.l: s.n.].

YOON, A.; HAN, S.; YOON, J. H. What Drives People to Travel during a Pandemic: The Role of Media Information and Trust in the Government. **International Journal of Hospitality and Tourism Administration**, v. 25, n. 1, p. 125–152, 2024.

APÊNDICES

Apêndice 1 - Questionário

SEÇÃO A – Perfil Socioeconômico

gênero

faixa etária

nível de escolaridade

localização/UF

SEÇÃO B – Conhecimento/Informação

1. Quão informado você se sente sobre as mudanças climáticas?

De “muito bem-informado” a “não tenho nenhuma informação”

2. Quão preocupado você está sobre os efeitos das mudanças climáticas sobre cada um dos itens/lugares?

para cada uma das variáveis (o planeta, o Brasil, o setor do turismo, o meu setor de atuação em específico, minha vida) - ***De “não estou preocupado” à “estou muito preocupado”***

3 - Quando você acha que as mudanças climáticas começarão a afetar cada um dos itens a seguir?

para cada uma das variáveis (o planeta, o Brasil, o setor do turismo, o meu setor de atuação em específico, minha vida) - ***De “já começaram” à “nunca”***

4 - Se nada for feito para reduzir as mudanças climáticas, quão grave você acha que isso será para cada um dos seguintes itens?

para cada uma das variáveis (o planeta, o Brasil, o setor do turismo, o meu setor de atuação em específico, minha vida) - ***De “nada grave” à “muito grave”***

5 - Na sua opinião, até que ponto as intervenções humanas podem controlar as mudanças climáticas?

de “não são controláveis” à “completamente controláveis”

Até que ponto você concorda ou discorda com cada uma das seguintes afirmações?

	Discordo fortemente	discordo	concordo	Concordo fortemente
O aumento dos gases de efeito estufa na atmosfera é a principal causa da mudança climática.				
As mudanças climáticas são causadas pela ação humana.				
As mudanças climáticas são causadas principalmente por variações naturais, como alterações na intensidade da radiação solar e erupções vulcânicas.				
Já estamos sofrendo impactos das mudanças climáticas, como a maior frequência e severidade de eventos extremos (tempestades, incêndios florestais...)				
A vulnerabilidade de pessoas e ecossistemas à mudança do clima é muito variável. Gênero, etnicidade e renda são fatores de aumento de vulnerabilidade.				

14 - Que nível de relevância você atribui para a adesão do turismo à uma agenda climática para o controle do aquecimento global e seus efeitos?

De “nada relevante” a “muito relevante”

15 - Que nível de importância você atribui para a adoção de medidas de mitigação (redução de emissão de gases de efeito estufa ou compensação de emissões) na sua área de atuação no controle das mudanças climáticas?

De “nada importante” a “muito importante”

SEÇÃO C - Experiência passada

16 - Você experimentou alguma mudança em seu ambiente/ou impacto que associa como consequência/efeito das mudanças climáticas?

Sim / Não

18 - Quando você experimentou as mudanças/impactos mais recentes?

de “ nos últimos 6 meses” a “3 anos atrás”

SEÇÃO D – Comunicação

19 - Em geral, com que frequência você obtém informações sobre as mudanças climáticas nas seguintes fontes?

De “nunca” a “frequentemente” para cada um dos seguintes canais de comunicação - canais abertos de TV, TV por assinatura, colegas de trabalho, redes sociais (twitter, instagran, youtube, linkedin, tiktok), artigos científicos, documentários, filmes, amigos e família, sites de notícias, sites de ONGS, site governamentais.

20 - Quanto você confia no que cada umas dessas diferentes fontes dizem sobre as mudanças climáticas?

De “não confio em nada” a “confio completamente” para cada um dos seguintes canais de comunicação – canais abertos de TV, TV por assinatura, colegas de trabalho, redes sociais (twitter, instagran, youtube, linkedin, tiktok), artigos científicos, documentários, filmes, amigos e família, sites de notícias, sites de ONGS, site governamentais.

SEÇÃO E – Confiança nas instituições

21 - Quanto você confia no que cada umas dessas diferentes fontes dizem sobre as mudanças climáticas?

De “não confio em nada” a “confio completamente” para cada uma das seguintes fontes – cientistas, imprensa, governo federal, amigos e família, ONGs.

22 - Em geral, qual o seu nível de confiança nas autoridades que fazem a gestão dos efeitos das mudanças climáticas?

De “nenhuma confiança” para “alta confiança” para cada uma das instituições – Governo Federal, ONU, OMT.

23 – Como você classifica o grau de responsabilidade que cada um dos seguintes atores deveria ter na tomada de medidas para proteger o setor do turismo contra os impactos das mudanças climáticas?

De “nenhuma responsabilidade” à “alta responsabilidade”, para cada um dos seguintes atores – Ministério do Turismo, Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, ONGs (ambientalistas), governo dos estados e cidades, cada uma das categorias que compõem o CNT conforme Decreto nº 11.623 de 1º de agosto de 2023 (*avaliar o nível de responsabilidade atribuído aos outros e a si institucionalmente*).

Apêndice 2 - Resultados das frequências absoluta e relativa dos códigos definidos para a análise de conteúdo das atas de reunião do Conselho Nacional de Turismo

Categorias	Códigos	Frequência absoluta	Frequência relativa
Estrutura e funcionamento do Conselho	regimento interno	7	
	reuniões	8	
	câmaras temáticas	41	
	sub câmaras temáticas	6	
	posse	5	
Total		67	33,33%
Desenvolvimento do Turismo	insegurança jurídica	1	
	transporte e conectividade aérea	9	
	hotelaria	8	
Total		18	8,96%
Segmentos turísticos	turismo de luxo	2	
	turismo de eventos e negócios	10	
	turismo de pesca	1	
Total		13	6,47%
Desafios do setor	comunidades (indígenas, negras, quilombolas)	6	
	desenvolvimento sustentável	6	
	sustentabilidade	12	
	segurança	10	
	investimento e financiamento	5	
	pesquisa e disponibilidade de dados	10	
Total		49	24,38%
Mudanças Climáticas	ações climáticas	4	

	impactos climáticos	2	
	eventos extremos	0	
	risco climático	0	
	alagamentos	0	
	enchentes	0	
	secas	0	
Total		6	2,99%
Iniciativas do Ministério do Turismo	salão nacional do turismo	12	
	Plano Nacional do Turismo	19	
	conferência nacional do turismo	5	
	escritório regional da OMT	4	
	Lei Geral do turismo	1	
	Prêmio Nacional do Turismo	1	
	Feirão do Turismo	6	
Total		48	23,88%

ANEXOS

Anexo 1 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Título do Estudo: Crise climática no turismo - a percepção de risco entre gestores do setor público e da iniciativa privada

Pesquisador Responsável: Gabrielle Nunes de Andrade

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

O (A) Sr. (a) está sendo convidado (a) a participar de uma pesquisa. Por favor, leia este documento com bastante atenção antes de assiná-lo. Caso haja alguma palavra ou frase que o (a) senhor (a) não consiga entender, converse com o pesquisador responsável pelo estudo para esclarecê-los.

A proposta deste termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) é explicar tudo sobre o estudo e solicitar a sua permissão para participar do mesmo. Este estudo é realizado no âmbito do Mestrado em Desenvolvimento Sustentável, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília (PPGCDS/UnB).

Após receber as informações a seguir, se você aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento. Esclareço que em caso de recusa na participação não há forma alguma de penalização.

Você foi convidado (a) por ser Conselheiro(a) Titular ou Suplente do Conselho Nacional do Turismo. Primeiramente você precisará responder um questionário com tópicos acerca de diversos aspectos que envolvem sua percepção sobre as mudanças climáticas e, posteriormente, poderá ser convidado a participar de uma entrevista, realizada em ambiente virtual, que aprofundará alguns desses tópicos.

1. Informações Importantes sobre a Pesquisa:

A pesquisa "Crise climática no turismo: a percepção de risco entre gestores do setor público e da iniciativa privada" tem por objetivo conhecer as percepções, de atores-chave do turismo brasileiro, sobre os riscos climáticos.

Trata-se de um estudo que conta com aplicação de questionários e realização de entrevistas como principais estratégias de coleta de dados. Não serão captadas imagens e, no caso de seu consentimento, o conteúdo da possível entrevista será gravado apenas em áudio e não haverá uso da voz nos resultados publicados da pesquisa.

Sua participação nessa pesquisa auxiliará na obtenção de dados que serão utilizados para fins científicos, proporcionando maiores informações e balizando discussões que poderão trazer

benefícios para a área do turismo, para a construção de novos conhecimentos e para a identificação de novas alternativas e possibilidades para agenda climática do setor de turismo.

As perguntas envolvem a percepção pessoal do respondente, no entanto, a participação na pesquisa pode ensejar riscos apenas de ordem institucional ou organizacional, decorrentes de opiniões pessoais que possam divergir das políticas praticadas no nível organizacional. Para minimizar tal risco, nas publicações dela decorrente, a coordenação da pesquisa compromete-se a não identificar as(os) participantes, tampouco caracterizar situações a ponto da identificação do órgão ou instituição. Portanto, garante-se o anonimato e a segurança de privacidade.

Diante de eventuais prejuízos pessoais ou institucionais, a(o) participante pode contar com assistência imediata por meio do contato com a coordenadora de pesquisa pelo e-mail ou telefone indicados acima.

É garantida a liberdade do(a) participante de se recusar a responder questões que lhe causem desconforto emocional e/ou constrangimento institucional. Sendo facultado ao sujeito se recusar a participar ou retirar o seu consentimento, sem penalização ou prejuízo algum.

Não haverá armazenamento de informações em bancos de dados públicos.

Este projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Brasília (CEP/CHS). O CEP é responsável pela avaliação e acompanhamento dos aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos, visando garantir a dignidade, os direitos, a segurança e o bem-estar dos participantes de pesquisas.

Caso o(a) Sr.(a) tenha dúvidas, poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável, Gabrielle Nunes de Andrade, pelo e-mail gabrielleandrade96@gmail.com e pelo telefone/WhatsApp 61 – 99241 1159, ou com o Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais da Universidade de Brasília (CEP/CHS), pelo e-mail cep_chs@unb.br ou pelo telefone 61 3107-1592.

1.2 Consentimento da Participação da Pessoa como Sujeito da Pesquisa:

Eu, _____, inscrito(a) sob o CPF _____, abaixo assinado(a), concordo em participar do estudo “Crise climática no turismo: a percepção de risco entre gestores do setor público e da iniciativa privada”. Declaro que minha participação é voluntária e que fui informado(a) e esclarecido(a) sobre a pesquisa e seus procedimentos, assim como os possíveis benefícios e riscos decorrentes de minha participação no estudo. Foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade ou prejuízo. Declaro, portanto, que concordo com a minha participação no projeto de pesquisa acima descrito e autorizo a gravação de áudio de minha entrevista.

Brasília, _____ de abril de 2024.

Anexo 2 - Manifestação negativa da Ouvidoria do MTur sobre a disponibilização das atas da 61ª reunião ordinária do CNT e de reunião ordinária ocorrida em 10 de setembro de 2024

Informações da Resposta

▼ Data da resposta: 09/10/2024, às 10:00

Tipo	Responsável pela resposta	Decisão	Especificação decisão
Resposta Conclusiva	CNT/Assessor da Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Turismo	Acesso Negado	Processo decisório em curso

Destinatário Recurso 1*

CNT/Secretaria-Executiva do Conselho Nacional de Turismo

Prazo para recorrer

21/10/2024 23:59

Resposta

Prezado(a),

Em atendimento ao Pedido de Acesso à Informação, informamos que:

Atas das Reuniões Ordinárias:

. 61ª Reunião Ordinária (10 de agosto de 2024): A ata está em fase de elaboração (degravação e diagramação). Conforme a Resolução do CNT, a ata será disponibilizada para consulta somente após sua aprovação, que ocorrerá durante a 62ª Reunião Ordinária, cuja data ainda será definida.

Atas das Reuniões Extraordinárias:

. Reunião Extraordinária (10 de setembro de 2024): A ata t

ambém se encontra em processo de elaboração (degravação e diagramação) e, da mesma forma, será disponibilizada após sua aprovação, que ocorrerá na 62ª Reunião Ordinária, ainda sem data marcada.

Informamos que as atas solicitadas estarão disponíveis no site do Ministério do Turismo após a 62ª Reunião Ordinária. Ressaltamos que as atas já disponíveis podem ser acessadas por meio do link: <https://www.gov.br/turismo/pt-br/composicao/conselho-nacional-de-turismo>.

Diante do exposto, reitero que permaneço à disposição para demais esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente*